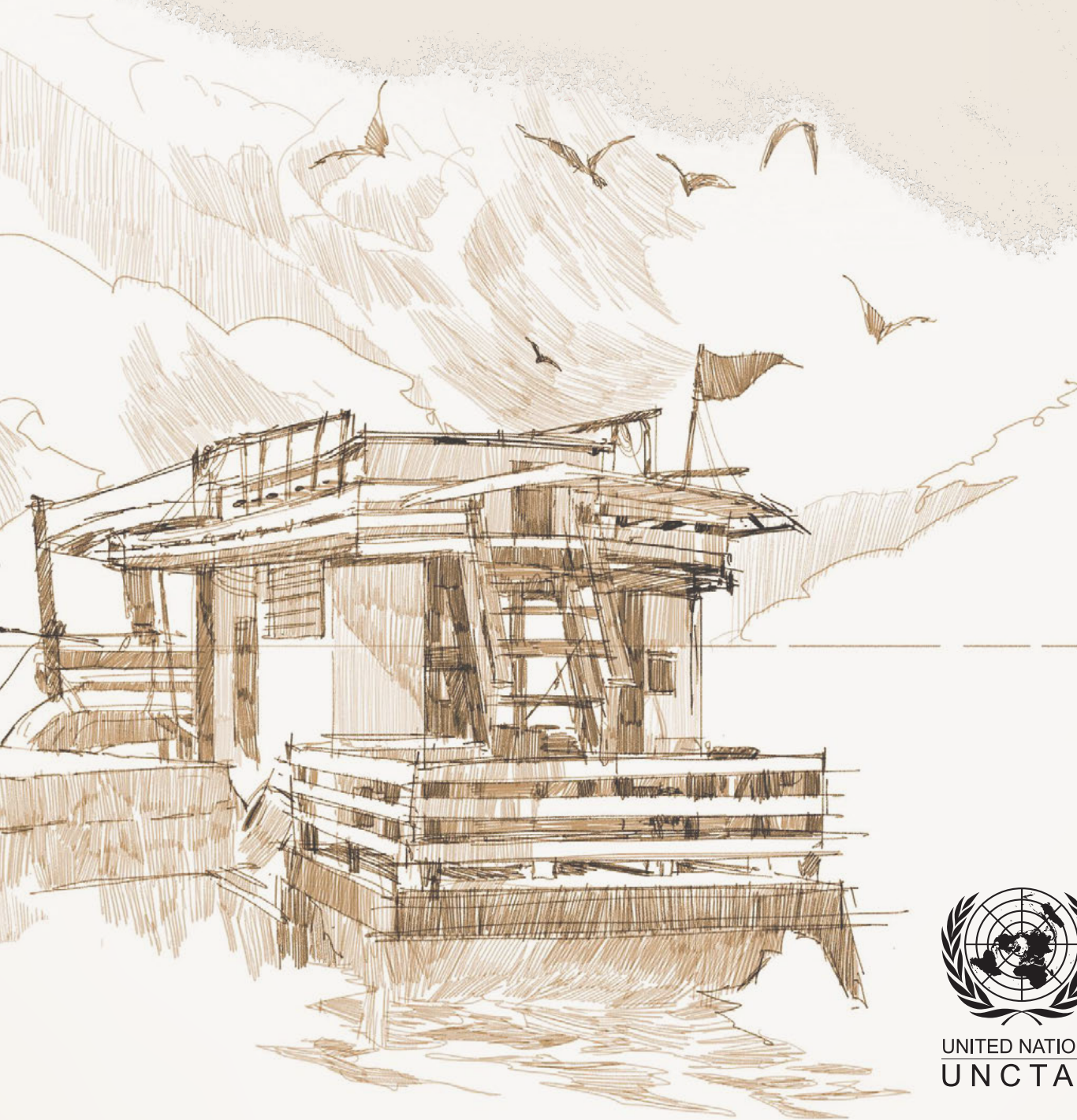


APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HALIÊUTICOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO LIÇÕES DE ANGOLA E DO HAITI



UNITED NATIONS
UNCTAD

As designações utilizadas e a apresentação de material em qualquer mapa neste trabalho não implicam a expressão de qualquer opinião por parte das Nações Unidas relativamente ao estatuto legal de qualquer país, território, cidade ou área ou das suas autoridades, ou relativamente à delimitação das suas fronteiras.

Esta tradução é uma versão não oficial do texto original em inglês da publicação “Aproveitamento dos recursos haliêuticos para o desenvolvimento socioeconómico: Lições de Angola e do Haiti”

Esta publicação foi editada externamente.

A tradução desta publicação foi facilitada com o apoio financeiro da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade do autor e não reflete necessariamente a posição da União Europeia.

Train for Trade II

Programa Conjunto UE-CNUCED para Angola



União Europeia



AGRADECIMENTOS

Esta publicação é o resultado do trabalho em curso da CNUCED sobre o aproveitamento sustentável do potencial dos recursos pesqueiros e aquícolas para o desenvolvimento socioeconómico em países que possuem ricos recursos marinhos e de água doce. Trabalhos anteriores da CNUCED sobre o assunto, incluindo no contexto do Projecto 1415M da Conta das Nações Unidas para o Desenvolvimento: Desenvolver as Capacidades de PMA Seleccionados com Vista a Melhorar e Diversificar as Suas Exportações de Peixe, revelou um potencial e perspectivas significativas para várias economias estruturalmente fracas e vulneráveis se tornarem exportadores bem-sucedidos de recursos pesqueiros e aquícolas. Além disso, o desenvolvimento sustentável do sector pode aumentar as oportunidades de emprego, particularmente para as mulheres, e contribuir para reduzir a pobreza e aumentar a segurança alimentar de segmentos vulneráveis das sociedades em áreas urbanas e rurais.

A presente publicação complementa os resultados e conclusões anteriores, examinando o potencial, oportunidades e desafios que Angola e Haiti enfrentam na maximização dos seus recursos pesqueiros e aquícolas. Os dois países possuem grandes áreas costeiras, Zonas Económicas Exclusivas, e recursos de água doce com enorme potencial para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura. Contudo, estes sectores nos dois países continuam subdesenvolvidos e dominados por actividades de pesca artesanal e/ou tradicional. A publicação extrai particularmente lições operacionais e políticas da experiência bem-sucedida do Chile no desenvolvimento de um sector do salmão à escala industrial, e fornece recomendações políticas para acção em Angola e Haiti sobre como desenvolver os respectivos sectores da pesca e da aquicultura.

Sob a orientação geral de Paul Akiwumi, Director, Divisão para África, PMA e Programas Especiais, esta publicação foi preparada por uma equipa liderada por Mussie Delelegn (Chefe, Secção dos Países em Desenvolvimento sem Fronteiras), e composta por Moritz Meier-Ewert (Responsável pelos Assuntos Económicos), Johanna Silvander (Responsável pela Gestão de Programas), e membros do pessoal da Secção dos Países em Desenvolvimento sem Fronteiras. Patrick Osakwe (Chefe, Secção de Comércio e Pobreza), Lisa Borgatti (Responsável pelos Assuntos Económicos), Stefanie Garry (Responsável pelos Assuntos Económicos), Mario Jales (Responsável pelos Assuntos Económicos) e Kris Terauds (Responsável pelos Assuntos Económicos) forneceram comentários e contributos úteis para a publicação.

Serviços valiosos de consultoria internacional foram prestados por Lahsen Ababouch (antigo Director da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) e Tesfachew Taffere (Consultor Sénior, Instituto Tony Blair). Teodoro Camarada e William Gustave prepararam estudos de casos nacionais sobre o estado dos subsectores da pesca e da aquicultura, respectivamente, em Angola e no Haiti. Estas conclusões estão incluídas na publicação.

A publicação foi editada externamente por David Einhorn.

O apoio administrativo e de secretariado foi prestado por Regina Ledesma e Paulette Lacroix.

A capa foi concebida por Magali Studer e Juan Carlos Korol foi responsável pelo layout geral e pela edição electrónica.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	2
ACRÓNIMOS	4
RESUMO EXECUTIVO	6
1. ABORDAGEM ESTRATÉGICA AO DESENVOLVIMENTO DO SECTOR DAS PESCAS E DA AQUICULTURA: REEXAMINAR O PAPEL DA POLÍTICA INDUSTRIAL	7
2. AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA GOVERNAÇÃO E GESTÃO DO SECTOR DAS PESCAS E DA AQUICULTURA	14
3. O SECTOR DAS PESCAS E DA AQUICULTURA EM ANGOLA: OPORTUNIDADES E DESAFIOS	22
4. O SECTOR DAS PESCAS E DA AQUICULTURA NO HAITI: OPORTUNIDADES E DESAFIOS	42
5. LIÇÕES E RECOMENDAÇÕES POLÍTICAS	57

ACRÓNIMOS

ACP	Grupo de Estados de África, Caraíbas e Pacífico
AECID	Agência Espanhola de Cooperação Internacional
AIPEX	Agência para o Investimento Privado e Promoção das Exportações (Angola)
ATLAFCO	Conferência Ministerial sobre Cooperação Pesqueira entre Estados Africanos Limítrofes do Oceano Atlântico
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCLME	Grande Ecossistema Marinho da Corrente de Benguela
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CCB	Comissão da Corrente de Benguela
CCRF	Código de Conduta para Esquemas de Documentação de Capturas de Pesca Responsável
CDS	Instituto Politécnico de Angola
CEFOPECAS CITA	Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Extinção
CNUCED	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
CRFM	Mecanismo Regional de Pesca das Caraíbas
DAP	Dispositivo agregador de peixe
DFA	Direcção das Pescas e Aquicultura (Haiti)
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
GCFI	Instituto de Pesca do Golfo e Caraíbas
I&D	Investigação e desenvolvimento
ICCAT	Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico
ICRI	Iniciativa Internacional Coral Reef
INAPEM	Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (Angola)
IUU	Pesca ilegal, não declarada e não regulamentada
MANRRD	Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural (Haiti)
MASFAMU	Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (Angola)
MCI	Ministério do Comércio e Indústria (Haiti)
MCTA	Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente (Angola)
MDE	Ministério do Ambiente (Haiti)
MEF	Ministério da Economia e Finanças (Haiti)
MINAGRIP	Ministério da Agricultura e Pescas (Angola)
MINDCOM	Ministério da Indústria e Comércio (Angola)
MINFIN	Ministério das Finanças (Angola)
MINTRÂNEOS	Ministério dos Transportes (Angola)
MIREX	Ministério dos Negócios Estrangeiros (Angola)
MNP	Medida não pautal

MPCE	Ministério do Planeamento e Cooperação Externa (Haiti)
MTPTC	Ministério das Obras Públicas, Transportes, Comunicações e Energia (Haiti)
Norad	Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento
OCDE-DAC	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico/ Comité de Assistência ao Desenvolvimento
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização não governamental
PAFPF	Quadro Político Pan-Africano da Pesca e Aquicultura
PEID	Pequenos estados insulares em desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PMA	País Menos Avançados
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSMA	Acordo sobre Medidas do Estado do Porto
RNB	Rendimento Nacional Bruto
SADC	Comissão de Desenvolvimento da África do Sul
SDA	Agenda de Desenvolvimento Sustentável
SEAFO	Organização das Pescarias do Sudeste do Atlântico
SFS	Medidas sanitárias e fitossanitárias
SSTC	Cooperação Triangular Sul-Sul
SWOT	Pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças
UE	União Europeia
UNIDO	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
WECAFC	Comissão de Pescas do Atlântico Centro-Oeste
ZEE	Zona Económica Exclusiva

RESUMO EXECUTIVO

O sector das pescas e da aquicultura possui um potencial significativo nos países menos avançados (PMA) para a redução da pobreza, geração de emprego, diversificação das exportações e transformação estrutural. Infelizmente, o sector continua subdesenvolvido e dominado por actividades artesanais e/ou tradicionais. Este estudo examina o sector das pescas e da aquicultura em dois PMA, Angola e Haiti, e os desafios e oportunidades enfrentados por estes países no aproveitamento dos seus recursos pesqueiros como motores de crescimento e diversificação das exportações. O subdesenvolvimento do sector pesqueiro em Angola e no Haiti e o seu papel menos favorável na industrialização e transformação estrutural são devidos a constrangimentos estruturais bem conhecidos e profundamente enraizados que as suas economias enfrentam. Estes incluem (mas não estão limitados a) fraca capacidade produtiva, o que mina o âmbito da transformação socioeconómica; políticas e instituições descoordenadas; a incapacidade de cumprir as normas internacionais de segurança e qualidade alimentar; e normas ambientais tanto privadas como públicas que são inadequadas.

Apesar destas limitações, bem como da falta de quadros políticos e institucionais sólidos (incluindo gestão e governação eficiente dos recursos pesqueiros), existe uma margem considerável para que os PMA como Angola e Haiti se juntem a países em desenvolvimento bem-sucedidos, como o Chile, Maurícias e Vietname, para aproveitarem de forma eficaz e sustentável o potencial dos recursos pesqueiros para o desenvolvimento socioeconómico. Neste contexto, o presente estudo fornece conhecimentos e lições úteis sobre o desenvolvimento da indústria do salmão no Chile. O estudo argumenta ainda que existem ganhos dinâmicos para os PMA decorrentes da actualização tecnológica, controlo de qualidade e redes e ligações de comercialização, particularmente no sector das pescas e da aquicultura. Embora as políticas industriais se tenham centrado originalmente em grande parte no sector da manufactura, este estudo argumenta que a agricultura e a pesca também proporcionam oportunidades para uma maior adição de valor e actualização tecnológica. Consequentemente, o potencial do sector das pescas e da aquicultura merece a atenção dos decisores políticos dos PMA e de outros países em desenvolvimento. Este estudo oferece novas perspectivas e conclusões políticas destinadas a fomentar a industrialização baseada em recursos e a diversificação das exportações, e propõe uma série de medidas sob a forma de uma Matriz de Acção para intervenções a curto, médio e longo prazo por parte dos decisores políticos e dos seus parceiros de desenvolvimento nos dois países do estudo de caso.

Capítulo 1

ABORDAGEM ESTRATÉGICA AO DESENVOLVIMENTO DO SECTOR DAS PESCAS E DA AQUICULTURA: REEXAMINAR O PAPEL DA POLÍTICA INDUSTRIAL

1.1 Introdução e objectivos do estudo

O sector das pescas e da aquicultura possui um grande potencial de redução da pobreza, emprego, diversificação das exportações e transformação estrutural. A CNUCED identificou o sector como uma das actividades económicas mais importantes que geram ganhos dinâmicos para os países menos avançados (PMA) tais como Angola e Haiti.¹ Como países costeiros, tanto Angola como o Haiti têm importantes vantagens comparativas para a adição de valor e promoção das exportações.

O peixe é responsável por quase 17% de todas as proteínas animais consumidas em todo o mundo, e 26% destas são consumidas em países menos avançados, países em desenvolvimento sem litoral, e pequenos estados insulares em desenvolvimento (PEID). Globalmente, a indústria pesqueira emprega directamente cerca de 60 milhões de pessoas e gera aproximadamente 200 milhões de empregos, tanto directos como subsidiários (FAO, 2020a). O peixe é um dos produtos alimentares mais comercializados a nível mundial, e 54% desse comércio provém de países em desenvolvimento, gerando mais rendimento do que a maioria dos outros produtos alimentares combinados. A sustentabilidade da pesca torna-se assim fundamental para a subsistência das pessoas nas comunidades costeiras em todo o mundo, especialmente nos países pobres. No entanto, nos últimos anos, as unidades populacionais de peixe têm sido sobre-exploradas, pondo em perigo o futuro de algumas espécies de peixe, embora a taxa de exploração possa ter abrandado desde o surto da COVID-19.

De facto, a pandemia da COVID-19 expôs a vulnerabilidade de actividades chave na cadeia de abastecimento da pesca, incluindo a pesca, a transformação, o transporte de suprimentos, a distribuição, e a comercialização por grosso e a retalho. Dada a interligação destas actividades, tem havido uma cadeia de declínio em cascata desde o surto da COVID-19 e perturbações na pesca, comercialização e exportação (FAO, 2020d). De acordo com a Global Fishing Watch, a actividade da pesca comercial tinha diminuído globalmente em cerca de 6,5% em Abril de 2020 devido às restrições e encerramentos relacionados com a COVID-19. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e para a Agricultura (FAO) estima que o sector é susceptível de ter dificuldades em manter a sua actividade e manter ciclos de produção planeados enquanto a actual perturbação nos mercados, o fornecimento de suprimentos de produção (por exemplo, sementes e rações), e o acesso ao crédito continuar. Para os operadores de aquicultura, a baixa procura é a principal preocupação, uma vez que estes lutam com os recursos haliêuticos vivos em crescimento que não podem vender, mas que ainda devem ser alimentados por um período indeterminado. Se a COVID-19 terá um impacto "acidentalmente positivo" na reconstituição das populações de peixes, a preservação das espécies ameaçadas, e uma redução da poluição da água está por confirmar.

Para os PMA, a recuperação do choque da COVID-19 exigirá uma abordagem multidimensional do desenvolvimento do sector das pescas e da aquicultura que se concentre tanto em restrições do lado da procura (como a falta de cumprimento das normas de qualidade e segurança alimentar pelos países importadores) e restrições do lado da oferta. Estas últimas incluem instalações de transporte e armazenamento deficientes; infra-estruturas energéticas deficientes e custos de electricidade elevados; baixo investimento, financiamento ou crédito para pequenos operadores; sobrepesca e esgotamento dos recursos haliêuticos; poluição da água; abastecimento e qualidade da água e falta de políticas comuns de pesca entre os países que partilham recursos hídricos. Recuperação a partir da actual crise apresenta também uma oportunidade para repensar a estratégia de diversificação económica e transformação estrutural e o papel que o sector das pescas e da aquicultura pode desempenhar nestes processos. Nos PMA, há uma necessidade urgente de diversificação de produtos e de cumprimento das normas de qualidade e segurança a curto prazo, bem como de sofisticação do produto e adição de valor a longo prazo.

¹ Os países são classificados pela Assembleia Geral das Nações Unidas como PMA com base no baixo rendimento nacional bruto (RNB) per capita, baixas pontuações do Índice de Activos Humanos, e altas pontuações do Índice de Vulnerabilidade Económica.

Este estudo explora algumas destas questões e identificará as oportunidades e desafios na transformação do sector das pescas e da aquicultura num importante motor de diversificação económica e de transformação estrutural. Em suma, os objectivos do presente estudo são os seguintes:

- Rever o contexto estratégico do sector das pescas e da aquicultura como motor da diversificação económica e transformação estrutural
- Examinar os principais constrangimentos vinculativos enfrentados pelo sector das pescas e da aquicultura de Angola e do Haiti, tanto no lado da oferta e da procura
- Avaliar os quadros políticos, de governação e institucionais existentes para a gestão sectorial da pesca e da aquicultura em Angola e Haiti centrando-se principalmente em:
 - Restrições do lado da oferta, particularmente infra-estruturas (instalações de desembarque e armazenagem frigorífica, transporte, suprimentos tais como alimentos para animais e sementes para aquicultura, laboratórios e serviços de apoio à segurança alimentar e qualidade, etc.)
 - Restrições do lado da procura, particularmente os desafios colocados pelas normas internacionais de acesso ao mercado e de promoção das exportações
- Avaliar as acções políticas necessárias para actualizar os conhecimentos técnicos, os conhecimentos especializados e as práticas e para superar desafios enfrentados pelo sector da pesca e da aquicultura em Angola e no Haiti
- Recomendar políticas e estratégias, nomeadamente tirando lições das melhores práticas internacionais, para melhorar a capacidade de Angola e do Haiti para cumprir as normas internacionais, aumentar as suas exportações de produtos da pesca, e transformar o sector num importante motor de redução da pobreza, criação de emprego, diversificação económica, e transformação estrutural.

Este estudo é orientado para a política, com enfoque na diversificação económica e de exportação, e atenção específica à sustentabilidade social e ambiental da pesca e da aquicultura em Angola e no Haiti. Ambos os países têm grandes áreas costeiras e amplas águas doces para aproveitar o potencial da pesca e da aquicultura para o seu desenvolvimento socioeconómico, incluindo a criação de emprego, a redução da pobreza, a segurança alimentar e a diversificação das exportações. Contudo, os sectores nos dois países continuam subdesenvolvidos, caracterizados pelo domínio das actividades de pesca artesanal e tradicional. O estudo tem em conta o interesse manifestado pelos governos dos dois países em promover a pesca e a aquicultura para a redução da pobreza e a segurança alimentar e nutricional, por um lado, e o potencial que os sectores possuem para o desenvolvimento socioeconómico (incluindo a diversificação das exportações), por outro. Por conseguinte, o estudo está alinhado e baseia-se nas diferentes iniciativas levadas a cabo nos dois países, com ênfase na aquisição de know-how para melhor desenvolvimento da aquicultura, processamento pós-captura, adição de valor, acesso ao mercado internacional e promoção comercial. Baseia-se em lições políticas, experiências bem-sucedidas e melhores práticas de outros países do continente africano e de outras regiões em desenvolvimento.

O estudo tem como objectivo servir dois objectivos. Em primeiro lugar, espera-se que os resultados e as recomendações políticas ajudem os governos de Angola e do Haiti a melhorar a capacidade do seu sector das pescas e da aquicultura. Em segundo lugar, espera-se que as conclusões contribuam para o desenvolvimento de projectos de assistência técnica para a criação de valor acrescentado e promoção comercial que sejam adaptados às necessidades e circunstâncias específicas da pesca e da aquicultura em Angola e no Haiti. Espera-se que o estudo contribua para o programa da CNUCED para melhorar os conhecimentos técnicos e capacidade dos PMA, incluindo através de formação prática para melhorar a produção e exportação de peixe, bem como as normas nacionais em matéria de segurança alimentar e sanitária. O objectivo do programa de formação é aproveitar o potencial do sector pesqueiro e aquícola para fomentar o desenvolvimento socioeconómico e a transformação estrutural nos países menos avançados. Isto deve ser conseguido aliviando significativamente as restrições vinculativas no sector, e melhorando a capacidade nacional para o cumprimento de medidas e regulamentos sanitários internacionais e outras normas de mercado relevantes.

1.2 Porque é que a diversificação económica e a transformação estrutural são importantes para os países menos avançados: o papel da política industrial

Uma característica típica dos PMA, e o que os distingue de outros países em desenvolvimento, é o desenvolvimento limitado da sua capacidade produtiva (CNUCED, 2006a, 2016a) e o seu fracasso em conseguir uma transformação estrutural no sentido de actividades e sectores mais modernos e mais produtivos. Geralmente, estas economias sofrem de restrições estruturais, falta de diversificação económica e dependência de produtos para a produção e exportação. Isto explica em grande parte as causas profundas das vulnerabilidades dos PMA, a sua incapacidade de gerar empregos produtivos e decentes, e o domínio de sistemas de produção de baixo valor e baixa produtividade. Estima-se que mais de 70% dos PMA, particularmente os do continente africano, dependem de produtos de base para mais de metade das suas receitas de exportação, e que cerca de 800 milhões de pessoas nos PMA se encontram no nível de rendimento mais baixo e dependem de empregos relacionados com produtos de base para a sua subsistência (CNUCED, 2019). Consequentemente, as exportações dos PMA estão altamente concentradas em produtos de base e produtos de baixo valor acrescentado. Os produtos de base representam quase 60% do total das exportações de mercadorias dos PMA. O desempenho positivo de crescimento económico registado pelos PMA desde o início dos anos 2000 não resultou na diversificação económica nem na melhoria das suas cestas de exportação.

A diversificação económica e a transformação estrutural são elementos-chave do desenvolvimento económico, uma vez que sugerem uma mudança no sentido de uma produção e comércio mais diferenciados, bem como sectores ou actividades económicas de maior valor e maior produtividade. A falta de diversificação económica está frequentemente associada a uma maior vulnerabilidade a choques externos que podem minar as perspectivas de crescimento económico a longo prazo. Os PMA tendem a ter as estruturas económicas mais concentradas, apesar das dotações de recursos e oportunidades para diversificar as suas economias e estrutura de exportação.

A política industrial é um instrumento político importante para identificar sectores dinâmicos, orientar o investimento, desenvolver a competitividade das empresas, melhorar as capacidades tecnológicas e promover as exportações. No entanto, prosseguir políticas industriais bem-sucedidas requer a garantia de que fazem parte de um todo coeso e não se cruzam com outras políticas igualmente importantes, tais como as de comércio e investimento, inovação, macroeconomia, ambiente, etc. Como será explicado na próxima secção, após muitos anos de timidez em relação à política industrial, o mundo passou a apreciar o seu importante papel na reorientação do investimento para sectores de crescimento e na retirada dos países da crise económica. Em muitos aspectos, a crise financeira global de 2008 foi o ponto de viragem no debate sobre o papel da política industrial e se ainda é relevante para os países em desenvolvimento, especialmente as economias de baixo rendimento que ainda dependem da agricultura de subsistência e das exportações de mercadorias. Desde a crise financeira global, o debate sobre a política industrial passou de uma política industrial para uma política industrial mais eficaz e adequada às condições de cada país (Salazar-Xirinachs et al., 2014). A política industrial de "nova geração" já não diz respeito apenas à indústria transformadora, mas também ao desenvolvimento de outros sectores que permitem aos países alcançar a transformação estrutural através da transferência de capital e mão-de-obra de sectores de baixo valor, baixa tecnologia e baixa produtividade para sectores mais dinâmicos, de alto valor e de alta produtividade.

1.3 A relevância de uma nova geração política industrial para os países menos avançados

1.3.1 O debate sobre a política industrial em perspectiva

Desde a Segunda Guerra Mundial, o diálogo sobre política industrial passou por várias fases influenciado por diferentes factores, escolas de pensamento e modelos económicos. Os anos 50 e 60 assistiram à popularidade das políticas industriais associadas a estratégias de substituição de importações para promover a industrialização no pós-guerra e o arranque do desenvolvimento industrial em países emergentes do domínio colonial. Durante este período, as políticas industriais consistiram principalmente em encorajar o desenvolvimento da capacidade de produção interna através da protecção das indústrias emergentes (com políticas de substituição de importações e protecção comercial), e "escolher vencedores" aos quais prestar apoio. Estas políticas foram implementadas principalmente através do processo de planeamento centralizado e do envolvimento directo do Estado tanto nas actividades económicas como na gestão das regras e regulamentos que regem o mercado. Em meados dos anos 70, era evidente que o custo da política industrial

conduzida pelo Estado e orientada para o futuro era elevado, como evidenciado pelo declínio consistente no crescimento económico dos países que prosseguiram estratégias de industrialização de substituição de importações.

Tais estratégias conduziram a uma dívida externa excessiva, ao desenvolvimento de indústrias não competitivas, à proliferação da procura de empresas nacionais rent-seeking, má afectação de recursos e consumo ineficiente de bens (Krueger, 1974; Lin, 2010). Em suma, estas políticas acabaram por conduzir a resultados decepcionantes, uma vez que os níveis de rendimento nos países em desenvolvimento estagnaram, o fosso com os países desenvolvidos aumentou, e muitos países em desenvolvimento não conseguiram alcançar a transformação estrutural (Lin, 2010).

Consequentemente, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela liberalização na maioria dos países em desenvolvimento, abrangendo uma vasta gama de políticas, particularmente as de comércio, investimento e indústria. O objectivo era promover as exportações, atraindo o investimento directo estrangeiro em busca de eficiência e aprofundando a integração no sistema de comércio internacional. Já nos anos 90, o processo de liberalização acelerou ainda mais com a introdução de programas de ajustamento estrutural por instituições financeiras internacionais, a redução do papel do Estado na economia, e a eliminação do planeamento como instrumento de política económica. O chamado "Consenso de Washington", que defendia um processo de crescimento conduzido pelo mercado e a remoção da política industrial, que era vista como intervencionista, tornou-se o modelo dominante de desenvolvimento económico e foi imposto aos países em desenvolvimento como condição prévia para um apoio contínuo das instituições internacionais.

Nos países em desenvolvimento com mais sucesso, a transformação estrutural foi associada à melhoria da produtividade laboral agregada e a uma mudança no capital e mão-de-obra de sectores com grande intensidade de mão-de-obra para sectores mais produtivos e com maior intensidade de competências (Lin 2010, 2012; Lin e Monga, 2014; Ocampo et al., 2009). A melhoria da produtividade laboral agregada é geralmente o resultado de dois processos: (1) reafectação da mão-de-obra de sectores de baixa produção para sectores de maior produção (geralmente de fabrico); e (2) aumento da produtividade dentro dos sectores devido a melhorias nas capacidades das empresas resultantes de melhores meios de produção, melhores capacidades de gestão e tecnológicas, etc. (McMillan e Rodrik, 2011; Kucera e Roncolato, 2016). A melhoria das capacidades das empresas pode também dever-se a um processo de "destruição criativa" em que as empresas de baixa produção são forçadas a abandonar o sector e são substituídas por empresas recentemente estabelecidas e de alta produtividade.

Para resumir uma longa história, o debate sobre crescimento e desenvolvimento económico ao longo das últimas cinco décadas tem-se concentrado na procura de um equilíbrio entre o papel do Estado e o papel do mercado na criação de um ambiente político conducente ao desenvolvimento e crescimento do sector privado. O diálogo foi dominado principalmente por duas escolas principais de pensamento: o já mencionado Consenso de Washington, e a escola de desenvolvimento estruturalista.

O Consenso de Washington, baseado no modelo neoclássico (neoliberal), argumenta que os governos são intrinsecamente fracos quando se trata de "acertar o preço de mercado", escolher os vencedores, e atribuir os recursos de forma eficiente e rentável. Assim, argumenta-se, a intervenção activa do governo numa economia levará a distorções no mercado, incluindo a má alocação de recursos e distorções de preços (Lin, 2010). Portanto, de acordo com o Consenso de Washington, o papel do Estado deveria limitar-se a melhorar o ambiente empresarial e a adoptar políticas "horizontais".

Em contraste, a escola de desenvolvimento estruturalista reconhece que à medida que os países crescem e se desenvolvem, as suas economias tornam-se maiores e inevitavelmente a estrutura das suas economias muda. Assim, a mudança estrutural é considerada como uma característica central de um processo de desenvolvimento e indica uma evolução na importância relativa de diferentes sectores numa economia nacional. Por exemplo, nas fases iniciais de desenvolvimento, o peso do sector primário (por exemplo agricultura) no produto interno bruto (PIB) é geralmente maior do que outros sectores, tais como a indústria transformadora e os serviços. Mas à medida que o país se desenvolve gradualmente, a importância do sector primário diminui enquanto as quotas dos sectores secundário e terciário (serviços) aumentam. Assim, à medida que um país se desenvolve, o processo do seu desenvolvimento económico está interligado com a mudança estrutural económica.

No entanto, esta forma de mudança estrutural nem sempre é sustentável, uma vez que se realiza sem necessariamente gerar melhorias significativas na produtividade laboral ou no movimento para a produção de produtos de maior valor em diferentes sectores ou áreas de actividades económicas. Esta última representa a "transformação estrutural", que Rodrik

(2014) define como a passagem do trabalho e do capital de sectores de baixo valor e baixa produtividade para sectores ou actividades de alto valor e alta tecnologia. Este processo significa que a estrutura de produção do país está a subir progressivamente as escadas de valor e produtividade e a começar a gerar e empregos bem pagos e criar as condições para uma maior prosperidade e acesso a serviços essenciais de que os países necessitam para criar capacidade produtiva. É também um sinal de evolução para um sistema económico mais complexo com um maior grau de processamento e produção de bens finais (Ocampo et al., 2009).

A escola estruturalista acredita que o desenvolvimento bem-sucedido deve basear-se na transformação estrutural, o que requer uma intervenção activa do Estado para enfrentar as falhas do mercado que podem tornar-se um constrangimento vinculativo ao crescimento e à transformação estrutural (Lin 2010, 2012; Lin e Monga, 2014). Assim, para a escola de desenvolvimento estruturalista, as políticas industriais desempenham um papel importante na garantia do crescimento sustentável e na promoção da transformação estrutural. Curiosamente, a transformação estrutural bem-sucedida dos países da Ásia Oriental, particularmente da República da Coreia, Singapura, Província de Taiwan da China e, mais recentemente, da China e do Vietname, lançou uma nova luz sobre o papel que o Estado pode desempenhar na diversificação económica e transformação estrutural através da implementação de políticas industriais bem concebidas e orquestradas (Lin, 2010).

A transformação bem-sucedida da Ásia Oriental é atribuível ao papel activo do Estado na focalização em sectores dinâmicos, influenciando os fluxos de investimento dentro da economia e criando um ambiente de negócios e incentivos conducente ao crescimento e desenvolvimento industrial. O sucesso das economias da Ásia Oriental é também atribuído à qualidade das instituições e da estrutura de governação, incluindo a qualidade da colaboração entre os sectores público e privado. Chang (1997) indica que as políticas industriais nos países da Ásia Oriental tiveram mais sucesso do que noutros países devido a melhores redes e colaboração bem implementada com o sector privado, o que facilitou os fluxos de informação.

1.3.2 Principais características das políticas industriais da nova geração

Na sequência da experiência asiática, houve uma renovação do interesse pelas políticas industriais nos países em desenvolvimento. De facto, as respostas políticas à crise financeira global de 2008 também ajudaram a reavivar o interesse nas políticas industriais. As políticas industriais de nova geração, também denominadas "políticas industriais modernas" na literatura, incluem lições de experiências anteriores em política industrial, particularmente a noção de que a aprendizagem não se realiza apenas entre empresas, mas também por governos que podem aprender com os erros políticos.

Por exemplo, Rodrik (2004) salienta que não são só os mercados que podem falhar; os governos também podem falhar. Por outro lado, não são só os governos que carecem de informação e afectam mal os recursos; o sector privado também o pode fazer. Por conseguinte, as políticas industriais não devem concentrar-se nos resultados, mas sim no processo, e devem basear-se na aprendizagem mútua em que os actores públicos e privados aprendem uns com os outros e encontram soluções em conjunto.

Na redefinição das políticas industriais, a segmentação dos sectores surge como uma questão crítica: devem os países, especialmente os PMA e outros países de baixo rendimento, continuar a concentrar-se na indústria transformadora ou expandir-se para sectores de elevado crescimento nos serviços? Como já foi referido, as políticas industriais visam apoiar a transformação estrutural de uma economia e o desenvolvimento de sectores de alta produtividade. Tradicionalmente, a transformação estrutural tem sido associada à mudança dos sistemas de produção da agricultura, que tende a ser dominada por actividades agrícolas de baixa produtividade e baixo valor, para o sector industrial, particularmente a indústria transformadora.

O apelo da manufactura como um importante motor da transformação estrutural está relacionado com três factores. Primeiro, a manufactura tem uma propensão para induzir uma melhoria contínua da capacidade produtiva, levando a ganhos de produtividade através da entrada em novas áreas de actividade económica. Segundo, tem uma propensão para criar empregos com melhores salários (pelo menos em comparação com a agricultura), impulsionam a aplicação de tecnologias mais avançadas, e permitem a produção de bens de maior valor que podem ser exportados através de cadeias de valor internacionais. Em terceiro lugar, a expansão da manufactura cria uma procura de factores de produção agrícola, apoiando assim um aumento da produtividade agrícola, e cria uma necessidade de certas actividades de apoio no sector dos serviços, tais como serviços financeiros, logística, desenvolvimento empresarial, imobiliário, etc.

No entanto, embora seja evidente que a manufactura tem características conducentes a uma produtividade contínua melhorias e adição de valor, estas características não se limitam ao sector de fabrico. Vastos sectores económicos como a agricultura, pescas, mineração e serviços têm também grandes diferenças em termos de produtividade entre actividades específicas dentro de cada sector. Isto tem encorajado alguns economistas a defender políticas industriais que se centram num leque mais vasto de sectores, incluindo a agricultura, a indústria transformadora e os serviços. De facto, Stiglitz e Greenwald (2015: 207) definem as políticas da indústria moderna como "qualquer política que reorienta a afectação sectorial de uma economia (ou outras decisões de produção, tais como a escolha da técnica ou a natureza da inovação) em que os incentivos de mercado, tal como moldados por regras e regulamentos, estão desalinhados com objectivos públicos". Outros têm argumentado que, uma vez que a economia global está cada vez mais voltada para os serviços, as políticas industriais teriam de se concentrar no desenvolvimento de actividades económicas modernas de forma mais ampla em vez de apenas na manufactura (Aiginger e Rodrik, 2020). Há mesmo uma sugestão para renomear "política industrial" como "política de transformação estrutural".

O novo pensamento sobre política industrial é altamente relevante para os PMA, como Angola e Haiti, que ainda se encontram numa fase inicial de desenvolvimento e precisam de diversificar as suas economias e alcançar uma transformação estrutural através do investimento em novos sectores ou actividades económicas. Tipicamente, o foco da política industrial dos PMA é o desenvolvimento do sector transformador e a adição de valor em produtos manufacturados de mão-de-obra intensiva para exportação. Contudo, os PMA precisam de reavaliar o âmbito e o foco da sua política industrial e os sectores de escolha para investimento e actualização tecnológica. Além disso, o foco central da sua política industrial deve ser o de alcançar a transformação estrutural através da identificação e desenvolvimento de novos sectores com base nas suas vantagens comparativas, e onde é possível subir a escada de valor e tecnologia através de melhorias na produtividade laboral. Neste contexto, os países em desenvolvimento, e particularmente os PMA como Angola e Haiti, precisam de continuar a melhorar as políticas e estratégias micro e macroeconómicas para abordar as fraquezas económicas estruturais, o subdesenvolvimento, e a dependência excessiva da exportação de um único produto ou de um punhado de produtos. Também precisam de reforçar a coerência e a complementaridade entre as suas políticas e estratégias comerciais, industriais e outras políticas e estratégias sectoriais. O principal objectivo destes países é fomentar a capacidade produtiva e transformar estruturalmente as suas economias com enfoque nos sectores em que têm vantagens comparativas. O objectivo é enfrentar os seus múltiplos desafios comerciais e de desenvolvimento e colocar gradualmente as suas economias no caminho do crescimento e desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Um desses sectores que pode ser objecto de tal enfoque é a pesca e a aquicultura, que tem o potencial de permitir a Angola e ao Haiti diversificar as suas economias e exportações, criar empregos decentes, e promover a transformação estrutural. Isto está de acordo com um estudo anterior da UNTAD (2008b) que argumenta que existem ganhos potencialmente dinâmicos para os países menos avançados, decorrentes da actualização tecnológica, controlo de qualidade, redes de comercialização, e ligações de mercado em sectores como a horticultura, a pesca e o turismo. O mesmo estudo argumenta ainda que apesar dos muitos obstáculos complexos, existe uma margem considerável para que muitos PMA se juntem ao grupo de exportadores bem-sucedidos nos sectores identificados.

Contudo, o desenvolvimento de um sector das pescas e da aquicultura mais dinâmico e moderno exige não só uma política industrial moderna, mas também uma estrutura de governação eficaz, um quadro regulamentar, e a capacidade de produzir bens segundo normas internacionais. Este estudo irá rever o estado da governação da pesca e da aquicultura em Angola e Haiti. Antes disso, contudo, é importante examinar o actual entendimento de governação e gestão, bem como as implicações das medidas não pautais (MNP) no contexto do comércio internacional e do acesso ao mercado. De facto, os requisitos do mercado internacional para peixe e marisco legais, sustentáveis, seguros e de alta qualidade tornaram-se as componentes mais importantes das políticas de aprovisionamento de importadores, comerciantes e retalhistas de peixe e marisco. O objectivo das MNP é garantir a segurança e qualidade dos produtos, a sustentabilidade dos recursos capturados, e a aplicação de métodos que são legais. O objectivo é assegurar que a pesca não tenha um impacto negativo no ecossistema aquático e esteja em conformidade com um método baseado em provas e num sistema de gestão eficaz (CNUCED, 2020).

As lições das melhores práticas internacionais sugerem que o desenvolvimento de um sector dinâmico da pesca e da aquicultura requer os seguintes factores-chave:

1. Governação e gestão sectorial pró-activa e orientada por políticas
2. Ter capacidade para cumprir as normas internacionais em matéria de segurança alimentar, sustentabilidade ambiental, padrões sociais e MNP

3. Luta contra a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada
4. Desenvolvimento de cadeias de valor aos níveis nacional e internacional
5. Participação em acordos de cooperação internacional e regional
6. Construção da capacidade local para a captura da pesca offshore
7. Avaliações ambientais nacionais, incluindo considerações de água doce para o desenvolvimento da aquicultura.

Capítulo 2

AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA GOVERNAÇÃO E DA GESTÃO DO SECTOR DAS PESCAS E DA AQUICULTURA

2.1 Governação e gestão sectorial

A governação da pesca e da aquicultura é o exercício da autoridade económica, política e administrativa para gerir os recursos aquáticos vivos.² Inclui a definição de princípios e objectivos orientadores, instituições e instrumentos políticos, mobilizando formas e meios (incluindo finanças), identificando os principais interessados e delineando os seus papéis e responsabilidades, e promulgando políticas, regulamentos, planos e medidas para alcançar os objectivos finais. Através do estabelecimento dos princípios e objectivos fundamentais do sector e desenvolvimento da política e quadros de regulamentação, a governação define e equilibra a interacção das partes interessadas, faz cumprir as decisões e regulamentos, e mantém a coerência entre as escalas jurisdicionais, espaciais e temporais. Globalmente, condiciona a atribuição do poder de decisão, recursos e benefícios e mantém a capacidade do sistema de governação para aprender e melhorar.

A governação e gestão do sector das pescas e da aquicultura tem dimensões internacionais, regionais, nacionais e locais. Inclui regras juridicamente vinculativas, tais como políticas nacionais, legislação, regulamentos e normas, e tratados regionais ou internacionais, bem como disposições sociais consuetudinárias. É multi-escala, abrangendo planeamento estratégico a longo prazo e gestão operacional a curto prazo sobre a pesca local ou ecossistemas aquáticos inteiros. Tem componentes de parcerias públicas, privadas e público-privadas que interagem para assegurar uma gestão adequada dos recursos aquáticos/ecossistemas vivos e a sua exploração.

A gestão da pesca e da aquicultura consiste num vasto conjunto de tarefas que visam colectivamente alcançar benefícios sustentados e óptimos dos recursos aquáticos vivos. Envolve um processo integrado de recolha de informação, análise, planeamento, consulta, tomada de decisões e atribuição de recursos. Inclui também a formulação e implementação – com o necessário mecanismo de aplicação – de legislação, regulamentos e regras que regem as actividades de pesca e aquicultura, a fim de assegurar a produtividade contínua dos recursos aquáticos vivos e a realização de outros objectivos das pescas e aquicultura.³

O processo de gestão das pescas é orientado pelos objectivos globais das políticas ao abrigo das quais o sector das pescas e da aquicultura opera. Estes objectivos são frequentemente adoptados em instrumentos políticos nacionais, tipicamente expressos como estratégias e planos sectoriais, leis, regulamentos e normas baseadas em instrumentos políticos internacionais que visam impor o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura, equilibrando os aspectos ecológicos, biológicos, sociais e económicos.

Uma das primeiras tarefas de boa governação e gestão é traduzir os objectivos políticos de alto nível em objectivos operacionais que podem ser alcançados através da aplicação de medidas de gestão específicas. Consequentemente, os planos de gestão da pesca e da aquicultura representam a interface entre os objectivos políticos e as actividades dos interessados que exploram os recursos aquáticos vivos (incluindo pescadores e pescadoras, piscicultores, transformadores, comerciantes, consumidores, etc.).

Com base nas experiências de muitos países, tanto desenvolvidos como em desenvolvimento, corpos de água e espaços pode tornar-se uma questão de disputa entre vários utilizadores. Pesca, aquicultura, turismo, agricultura, silvicultura, desenvolvimento urbano e industrial, navegação, exploração de petróleo e gás, e exploração de fundos marinhos são todos exemplos de actividades económicas que podem afectar directa e indirectamente o estado dos recursos aquáticos e competir uns com os outros pela utilização do espaço aquático. Em situações em que múltiplos utilizadores competem pelos recursos aquáticos e pelo espaço, e em que as regras que regulam o acesso e a utilização desses recursos e os espaços não estão bem estabelecidos e aplicados, os conflitos sociais podem degenerar num ponto de confrontação,

² FAO, "Fisheries and aquaculture governance," disponível em <http://www.fao.org/fishery/governance/en> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

³ FAO (2000). *Gestão das Pescas. Directrizes Técnicas da FAO para uma Pesca Responsável*. Disponível em <http://www.fao.org/3/a-w4230e.pdf>. (acedido em 15 de Outubro de 2021).

tensão e agitação social (CNUCED, 2020). Algumas guerras civis devastadoras têm ocorrido em resultado de disputas sobre recursos e espaços, e, infelizmente, tais disputas continuarão provavelmente a ser fontes de conflito no futuro.

A participação dos utilizadores dos recursos e dos interessados na gestão e estruturas de governação da pesca e da aquicultura é altamente desejável. Tal participação pode assumir muitas formas, desde a consulta do governo com as partes interessadas, até às partes interessadas com plena responsabilidade por uma pescaria, e ao estabelecimento de uma zona de desenvolvimento ou área de gestão de aquicultura. Outras formas de participação incluem a organização de organismos de consultoria em pesca e aquicultura com representação de vários subsectores, e cooperação no planeamento e execução a nível da comunidade. Como veremos no Capítulo 4, as associações de pesca no Haiti são os principais actores na governação e gestão do sector das pescas e da aquicultura. Na co-gestão da pesca e da aquicultura, há uma partilha eficaz do poder de decisão e da responsabilidade entre o Estado e os grupos de utilizadores dos recursos.

As medidas e ferramentas típicas que são frequentemente utilizadas para a gestão da pesca e da aquicultura incluem a regulação das artes e métodos de pesca, controlos de entrada e saída, restrições de área e tempo, gestão da pesca baseada em direitos, medidas baseadas em ecossistemas, mecanismos de incentivo, e monitorização, controlo e vigilância. No caso da aquicultura, as medidas e ferramentas de gestão incluem a avaliação avançada dos efeitos do desenvolvimento da aquicultura na diversidade genética e integridade do ecossistema com base na melhor informação científica disponível; regulação e monitorização da actividade aquícola para minimizar as consequências ambientais e socioeconómicas adversas resultantes da extracção de água, uso da terra, descarga de efluentes, e uso de drogas e produtos químicos; e aplicação de práticas de cultivo eficazes e práticas de gestão da saúde dos peixes (FAO, 1995).

Naturalmente, as medidas e regulamentos de gestão só são eficazes se forem aplicados. Devem ter a sua base no direito internacional, como a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Nações Unidas, 1982), o Acordo de Cumprimento da FAO (FAO, 1993), o Código de Conduta da Pesca Responsável da FAO (CCRF) (FAO, 1995), e o Acordo da FAO sobre Medidas de Estado do Porto (PSMA) (FAO, 2009). Por exemplo, o Marine Stewardship Council envolve três tarefas diferentes:

- Monitorização: Um requisito contínuo para a medição do esforço de pesca e dos rendimentos dos recursos
- Controlo: Condições regulamentares sob as quais a exploração do recurso pode ser conduzida
- Vigilância: O grau e os tipos de observações necessários para manter o cumprimento dos controlos regulamentares impostos à pesca.

2.2 Cumprimento das normas internacionais e medidas não pautais

2.2.1 Comércio de peixe e medidas não pautais

O peixe e os mariscos continuam a ser alguns dos produtos alimentares mais comercializados no mundo. Em 2018, mais de 67 milhões de toneladas, ou seja, 38% da produção total de peixe, foram comercializadas a nível internacional. Um total de 221 estados e territórios relataram alguma actividade de comércio de peixe, expondo cerca de 78 por cento da produção de peixe e marisco à concorrência do comércio internacional. A União Europeia (UE) foi o maior importador de peixe (34% em valor), seguido pelos Estados Unidos (14%) e Japão (9%). A Oceânia, os países em desenvolvimento da Ásia, e a América Latina e a região das Caraíbas continuam a ser exportadores de peixe de rede sólida. A Europa e a América do Norte são caracterizadas por um défice no comércio de peixe. A África é um importador líquido em termos de volume, mas um exportador líquido em termos de valor. As importações de peixe africano, principalmente pequenos pelágicos e tilápias a preços acessíveis, representam uma importante fonte de nutrição, especialmente para as populações que de outra forma dependem de uma estreita gama de alimentos básicos (FAO, 2020d).

O desenvolvimento significativo no comércio internacional de peixe tem sido facilitado por medidas favoráveis ao acesso ao mercado (tarifas) que não são particularmente elevadas e têm vindo a diminuir gradualmente desde 2011. Os dados sugerem que as tarifas aplicadas foram globalmente cerca de 4,8% em média para peixe cru e filetes de peixe em 2014, caindo de 6,7% em 2009 (CNUCED, 2016b). No entanto, a escalada tarifária é normalmente encontrada nas linhas pautais que cobrem os produtos de peixe processados.

Por exemplo, as tarifas da UE para peixe e produtos da pesca transformados estão sujeitas a picos tarifários de 25 por cento para o atum transformado, 20% para camarões transformados, e 12% para conservas de sardinha. Vale a pena notar que os produtos da pesca do Grupo de Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) beneficiam do Sistema Geral de Preferências da UE.⁴ Os PMA como Angola e Haiti beneficiam de tarifas zero ao abrigo do Acordo "Tudo Menos Armas". Após a graduação do estatuto de PMA, o objectivo para os PMA africanos, como Angola, é beneficiar do Acordo de Parceria Económica entre a UE e o continente africano.

À medida que as tarifas (e portanto as preferências pautais) caem nos principais mercados de peixe, as MNP, particularmente as normas públicas e privadas de protecção social, ambiental e do consumidor, tornaram-se as principais barreiras a ultrapassar para entrar nos mercados regionais e internacionais de peixe. O cumprimento das MNP é muito difícil para as pequenas e médias empresas e para os Estados fiscalmente pressionados que são menos capazes de repartir os custos de investimento necessários para cumprir tais medidas. Os consumidores são muito influentes a este respeito. As MNP resultam da crescente consciencialização e exigência dos consumidores em relação a géneros alimentares seguros, de alta qualidade e responsáveis em termos sociais e ambientais. Os consumidores esperam que os seus peixes e mariscos:

- Sejam seguros e de qualidade aceitável, independentemente de como e onde são produzidos, processados ou finalmente vendidos
- Sejam oriundos de pescarias geridas de forma sustentável e de explorações de aquicultura
- Sejam legalmente pescados, cultivados e processados, em plena conformidade com a responsabilidade social e os requisitos de protecção ambiental.

2.2.2 Medidas sanitárias e fitossanitárias

Uma série de medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS) nacionais e internacionais, que consistem em sistemas de controlo e certificação alimentar através das fronteiras nacionais, juntamente com normas privadas, são implementadas para assegurar a protecção do consumidor, que continua a ser o requisito mais importante para a entrada no mercado. Os sistemas modernos de segurança e qualidade de peixe e marisco para cumprir as medidas SPS internacionais exigem a implementação das melhores práticas de higiene durante a captura, desembarque, processamento e distribuição. Dependendo das espécies de peixe, as principais medidas SPS que precisam de ser implementadas incluem:

- Monitorização das áreas de captura para prevenir e controlar a sua poluição por agentes químicos e biológicos provenientes de actividades terrestres ou aquáticas (urbanas, humanas, agrícolas, industriais)
- Implementar Boas Práticas de Aquicultura, Boas Práticas de Higiene e Boas Práticas de Fabrico durante as fases de produção e pós-captura
- Aplicação dos regulamentos de segurança e qualidade alimentar e sistemas de gestão.

Tipicamente, estes são os tipos de normas e medidas de segurança alimentar – e as competências e conhecimentos técnicos associados – que devem ser desenvolvidos e cumpridos se os PMA quiserem exportar com sucesso produtos relacionados com a pesca. Normalmente, as autoridades governamentais são responsáveis pelo controlo dos locais de captura e pela certificação de que as boas práticas são respeitadas durante a pesca, em maternidades e pisciculturas, e durante o processamento e distribuição pós-captura. A indústria é a principal responsável pela implementação de boas práticas durante as fases de captura e pós-captura, sob a supervisão e controlo das autoridades governamentais responsáveis pela certificação de que as boas práticas são cumpridas ao longo da cadeia de valor do peixe e marisco.

As directrizes internacionais para a segurança e qualidade alimentar, promovidas pelo *Codex Alimentarius*, aconselham as autoridades nacionais sobre estratégias para reforçar os sistemas de controlo alimentar para proteger a saúde pública, prevenir fraudes e enganar, evitar a adulteração de alimentos e facilitar o comércio. Atribuem os seguintes objectivos aos sistemas nacionais de controlo alimentar:

- Proteger a saúde pública e dos consumidores, reduzindo o risco de doenças de origem alimentar
- Proteger os consumidores de alimentos não higiénicos, não saudáveis, mal rotulados ou adulterados

⁴ Comissão Europeia, "Do you want to export to the EU", Expert Helpdesk Tool, disponível em https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2013/may/tradoc_151173.pdf (acedido em 12 de Setembro de 2021).

- Contribuir para o desenvolvimento económico, mantendo a confiança dos consumidores no sistema alimentar e fornecendo uma base regulamentar sólida para o comércio nacional e internacional de alimentos.

São necessários quatro componentes essenciais para implementar sistemas nacionais robustos de controlo de peixe e marisco:

- Leis e regulamentos alimentares
- Gestão do controlo alimentar
- Serviços de inspecção
- Informação, educação, comunicação e formação.

2.2.3 Normas ambientais e sociais

Embora a segurança e qualidade dos alimentos continuem a ser a principal preocupação dos consumidores, cada vez mais consumidores estão também preocupados com o impacto social e ambiental dos alimentos que consomem. Isto deve-se em parte à cobertura mediática e ao activismo de conservação por parte de organizações não-governamentais (ONG) e organizações da sociedade civil de assistência social. Para o peixe e marisco, isto significa que cada vez mais consumidores exigem que as populações de peixes selvagens sejam geridas de forma sustentável, que os ecossistemas aquáticos e a vida vegetal e animal relacionada sejam protegidos, que a aquicultura seja ambientalmente sustentável e que a responsabilidade social seja exercida ao longo de toda a cadeia de valor dos peixes e mariscos, desde a produção até à distribuição (CNUCED, 2020).

Para além da gama de medidas sanitárias públicas, foi também introduzida toda uma série de normas privadas por produtores, importadores, comerciantes e retalhistas, mais uma vez impulsionados em grande parte por ONG e organizações da sociedade civil. Estas normas voluntárias tornaram-se a chave para a entrada em mercados lucrativos. Infelizmente, e apesar de algumas notáveis histórias de sucesso, a maioria dos países em desenvolvimento exportadores fornecem actualmente segmentos de mercado que ocupam os segmentos mais baixos do mercado internacional, e estas não foram em grande parte afectadas por normas privadas voluntárias, embora as medidas sanitárias públicas continuem a ser obrigatórias.

As normas públicas e privadas no comércio de peixe e marisco são geralmente sustentadas por esquemas de certificação. As normas públicas são certificadas através de acordos de equivalência e reconhecimento entre as autoridades sanitárias dos países comerciais. Normas privadas relacionadas com a alimentação a segurança e a qualidade são tipicamente acordos B2B (business-to-business), enquanto que as relacionadas com a sustentabilidade ou protecção ambiental, ou dirigidas a outros nichos de mercado como os orgânicos ou o comércio justo, normalmente seguem um modelo business-to-consumer (B2C). As ONG de conservação desempenham um papel importante através da sua rotulagem ecológica e esquemas de certificação. As suas acções são concebidas para influenciar os consumidores e as suas escolhas de compra de alimentos. Funcionam de acordo com quatro modos básicos:

- Lista vermelha das espécies de peixe sobreexploradas ou em perigo de extinção e encorajando os consumidores a evitar o seu consumo⁵
- Relatórios sobre o desempenho ambiental dos retalhistas e informar o público em conformidade⁶
- Organizar uma "Campanha de Nome e Vergonha", na presença dos meios de comunicação, para denunciar um retalhista, uma empresa ou mesmo um país por práticas consideradas nocivas para o ambiente ou socialmente irresponsáveis
- Envolver os principais actores do mercado na adopção de rótulos ecológicos e esquemas de certificação (por exemplo, MSC, Friends of the Sea, Naturland, Global Good Agricultural Practices, Global Agricultural Alliance).

⁵ Greenpeace, "Red list fish," disponível em <https://www.greenpeace.org/usa/oceans/sustainable-seafood/red-list-fish/> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

⁶ Greenpeace, "2018 Supermercado de produtos do mar", disponível em <https://www.greenpeace.org/usa/2018-supermarket-seafood-ranking/> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

2.3 Medidas para combater a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada

Uma questão-chave para a pesca é a grande difusão da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (IUU) que tem lugar nas Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) de vários países em desenvolvimento que não têm a capacidade de monitorizar e controlar as suas águas. A pesca IUU envolve actividades de pesca que violam as medidas de conservação e gestão aplicáveis na zona em questão. Isto inclui, inter alia, a pesca sem licença válida, a pesca numa zona de defeso, a pesca para além de uma profundidade fechada ou durante um período de defeso, a utilização de artes proibidas, o não cumprimento das obrigações de declaração, a falsificação da identidade das capturas, ou a obstrução do trabalho dos inspectores.

A pesca IUU representa uma séria ameaça para a exploração sustentável dos recursos aquáticos vivos e um grande perigo para o ambiente marinho e a biodiversidade. A pesca IUU aumentou nos últimos 20 anos, especialmente na pesca de alto mar, e os produtos derivados da pesca IUU continuam a encontrar o seu caminho para os mercados internacionais. A natureza altamente móvel e clandestina da pesca IUU impede uma estimativa fiável do seu impacto. Cálculos grosseiros indicam que a pesca IUU através dos oceanos do mundo vale entre 11 milhões e 26 milhões de toneladas de peixe por ano num valor entre 10 mil milhões e 23 mil milhões de dólares.

Vários instrumentos foram desenvolvidos nos últimos anos para combater a pesca IUU. Estes podem ser divididos em medidas para estados de porto, estados de bandeira ou estados de mercado. Em 2009, a comunidade internacional adoptou o PSMA da FAO para prevenir, impedir e eliminar a pesca IUU.⁷ O PSMA, que entrou em vigor em 2016, visa impedir que as embarcações envolvidas na pesca IUU utilizem portos para desembarcar as suas capturas, reduzindo assim o incentivo para que tais embarcações continuem a operar e bloqueando o acesso aos mercados nacionais e internacionais dos produtos da pesca derivados da pesca IUU. O acordo abrange também o papel dos Estados de bandeira e das organizações regionais de gestão das pescas na implementação das medidas do Estado do porto.

Para além do PSMA, foram adoptadas em 2014 as Directrizes Voluntárias para o Desempenho do Estado de Bandeira da FAO,⁸ e em 2017 foram adoptadas as Directrizes Voluntárias sobre Esquemas de Documentação de Capturas (CDS).⁹ Os CDS são utilizados como uma referência para estabelecer sistemas que possam rastrear os peixes desde o seu ponto de captura ao longo de toda a cadeia de abastecimento até impedir a entrada de peixe IUU nos mercados. Os CDS oferecem um meio de restringir o comércio de peixe IUU, exigindo que as remessas de peixe sejam certificadas pelas autoridades nacionais como sendo capturadas legalmente e em conformidade com as melhores práticas, com cópias impressas da documentação que acompanha o peixe à medida que é processado e comercializado a nível nacional ou internacional. Apenas peixe com documentação válida pode ser exportado ou comercializado para mercados com um requisito de CDS.

Estes instrumentos internacionais foram traduzidos na regulamentação nacional dos principais países importadores de peixe. Por exemplo, a UE, o maior mercado mundial de peixe e marisco, adoptou um regulamento em 2010 para impedir o peixe IUU de aceder ao mercado único da UE. O regulamento da UE aplica-se a todos os desembarques e transbordos de navios de pesca da UE e de países terceiros em portos europeus, e a todo o comércio de peixe e marisco de e para a UE.¹⁰

O regulamento exige que os Estados de bandeira certifiquem a origem e legalidade do peixe, assegurando assim a total rastreabilidade dos produtos comercializados de e para a UE. O sistema assegura assim que os países cumpram as suas próprias regras de conservação e gestão, bem como as regras internacionais acordadas.

Importadores, comerciantes e retalhistas também estão ansiosos por garantir que só se abastecem de peixe e marisco em áreas legalmente capturadas. A fonte mais utilizada por países e empresas privadas envolvidos no comércio

⁷ O acordo está disponível em <http://www.fao.org/port-state-measures/en/> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

⁸ As directrizes estão disponíveis em <http://www.fao.org/iuu-fishing/international-framework/voluntariamente-orientacoes-para-o-desempenho-do-estado-da-bandeira/pt/> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

⁹ Ibid.

¹⁰ Ver Eur-Lex, "Access to European Union law", disponível em <https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2008/1005/oj> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

internacional de peixe é o Índice da Pesca IUU.¹¹ Este índice fornece uma medida do grau a que um país está exposto e combate eficazmente a pesca IUU. Para todos os estados costeiros, o índice fornece uma pontuação de pesca IUU entre 1 (o melhor) e 5 (o pior). O índice avalia os países pela sua vulnerabilidade, prevalência da pesca IUU, e resposta à pesca IUU. O índice é composto por 40 indicadores, para os quais os dados são derivados tanto de fontes secundárias como da opinião de peritos. Os indicadores utilizados relacionam-se com a bandeira, o litoral, o porto e a responsabilidade geral do Estado. As responsabilidades costeiras relacionam-se com a gestão de um Estado da sua ZEE. As responsabilidades do Estado de bandeira são medidas que os Estados devem implementar para gerir os navios que arvoram a sua bandeira. As responsabilidades portuárias relacionam-se com o controlo dos barcos de pesca quando se encontram nos portos. Os indicadores gerais, principalmente por mercados estatais, relacionam-se com medidas regulamentares implementadas pelos Estados de mercado para impedir a entrada de peixe IUU nos seus mercados.

2.4 Cadeias de valor na pesca e sector da aquicultura¹²

Uma cadeia de valor descreve a gama de actividades, actores e serviços necessários para trazer um produto desde a fase inicial até às várias fases subsequentes de produção e processamento e para o seu destino final no mercado. As fases de produção e transformação envolvem uma combinação de transformações físicas e a participação de vários actores e serviços (FAO, 2014; UNIDO, 2009; CNUCED, 2020b).

Como o nome sugere, o valor incremental é acrescentado ao produto nos sucessivos nós de uma cadeia de valor, quer por adição de valor, quer por criação de valor. A adição de valor pode resultar do processamento para converter peixe cru em produto elaborado ou semi-elaborado que tem mais valor no mercado. A criação de valor resulta da diferenciação de atributos do produto, tais como localização geográfica (por exemplo, atum mediterrânico, salmão do Alasca, camarão tigre preto da Tailândia, molho de peixe Khmer, etc.); rotulagem ambiental (por exemplo, rotulagem ecológica, peixe biológico); e rotulagem de qualidade alimentar (por exemplo, rótulo rouge em França ou camarão de qualidade tailandesa) (FAO, 2014). A adição ou criação de valor pode incluir ganhos económicos (preço mais elevado, maior competitividade, maior prazo de validade, mercado alargado, etc.), mas também ganhos sociais (por exemplo, mais emprego, direitos de acesso garantido aos recursos naturais, igualdade de género, melhor nutrição) ou ganhos ambientais (por exemplo, redução das perdas pós-captura e da pressão sobre os recursos, redução da poluição e da pegada de carbono, etc.) (UE, 2018).

O desenvolvimento de cadeias de valor na pesca e aquicultura pode ter um impacto positivo no emprego, na criação e adição de valor, e oportunidades de acesso ao mercado para os pequenos proprietários, e ajudará a criar ligações comerciais para as pequenas e médias empresas. Contudo, requer políticas, leis, regulamentos e normas adequadas, bem como actividades de apoio tais como investigação e inovação, desenvolvimento de recursos humanos, sistemas de informação de mercado e gestão e outros serviços de apoio. As cadeias de valor podem servir como uma ferramenta muito útil para compreender as tendências de reorganização sectorial e identificar agentes-chave de mudança e alavancar nós para políticas, investimentos e intervenções e incentivos técnicos.

É fundamental realizar uma análise da cadeia de valor para compreender a posição de um país a nível nacional e cadeias de valor globais e para permitir aos decisores políticos identificar oportunidades de investimento, exportação e criação de valor acrescentado. Tal análise ajuda a explicar as interações e sinergias entre e entre os actores e o ambiente empresarial e político, bem como a forma como são criadas barreiras à entrada e distribuídos os ganhos e riscos. A análise da cadeia de valor pode ajudar os actores a desenvolver uma visão partilhada da forma como a cadeia funciona e identificar relações de colaboração que podem levar a melhorias no desempenho da cadeia. Para os decisores políticos, a análise da cadeia de valor é um meio de identificar oportunidades de investimento e desenvolvimento de capacidades, incentivos e medidas de monitorização e correctivas. Por conseguinte, as cadeias de valor podem ser vistas como capacitando os vários mas muitas vezes fragmentados intervenientes, uma vez que reconhecem oportunidades inovadoras para contribuir para e aumentar o valor do seu produto.

¹¹ O índice, que foi desenvolvido pela Poseidon Aquatic Resource Management Ltd., uma empresa global de consultoria em pesca e aquicultura, e pela Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional, uma rede de ONG, está disponível em <https://iuufishingindex.net> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

¹² Para uma cadeia de valor típica no sector das pescas, ver figura 4.5 ("Cadeia de valor e exemplos de distribuição de custos e benefícios durante a pesca e processamento secundário)" na CNUCED (2020b) Manual de Formação CNUCED/ALDC/MISC/2020/4.

Contudo, para os PMA, participar em cadeias de valor regionais e globais e beneficiar da produção fragmentada e as redes de abastecimento não são automáticas nem simples. Requer uma série de políticas e medidas institucionais para melhorar a integração benéfica dos PMA nas cadeias de valor regionais ou globais em sectores onde têm vantagens. Tal como a CNUCED tem defendido consistentemente, a chave para que os PMA tirem o máximo partido das cadeias de valor regionais e globais é construir a capacidade produtiva necessária e a capacidade de transformar recursos produtivos de sectores de baixa para alta produtividade e de exportações de baixo valor acrescentado para exportações de alto valor acrescentado.

2.5 Participação em projectos internacionais e acordos de cooperação regional

Até há 50 anos atrás, a riqueza dos recursos aquáticos vivos era considerada um dom ilimitado da natureza. Contudo, com o aumento do conhecimento científico, este mito desvaneceu-se ao percebermos que os recursos aquáticos, embora renováveis, não são infinitos e precisam de ser devidamente geridos. Ao longo dos anos, os quadros internacionais, regionais e nacionais de governação conferiram aos Estados costeiros direitos e responsabilidades pela gestão e utilização dos recursos haliêuticos no âmbito das suas ZEEs, que abrangem cerca de 90 por cento da pesca marítima mundial. Paralelamente e durante mais de 25 anos, a pesca e a aquicultura mundiais tornaram-se um sector da indústria alimentar impulsionado pelo mercado e em desenvolvimento dinâmico, e os Estados costeiros esforçaram-se por tirar partido das suas oportunidades, investindo em frotas de pesca, infra-estruturas e serviços em resposta à crescente procura internacional de peixe e marisco.

Infelizmente, tornou-se claro no final da década de 1980 que os recursos pesqueiros já não podiam sustentar tão exploração rápida, frequente e descontrolada. Surgiu uma necessidade urgente de novas abordagens à pesca, à aquicultura e à gestão pós-captura, que abranjam considerações de conservação e ambientais. Instrumentos internacionais, Planos de Acção Internacionais, resoluções e compromissos para oceanos mais saudáveis foram postos em prática ao longo dos anos. Simultaneamente, a CNUCED racionalizou a sustentabilidade dos recursos aquáticos vivos nos seus programas de comércio e desenvolvimento e estabeleceu parcerias com outras organizações para apoiar e permitir aos países em desenvolvimento costeiros, em particular os PMA e os PEID, ajudá-los a obter maiores benefícios do comércio sustentável de peixe e marisco, ao mesmo tempo que se enfrenta o comércio ilegal e a concorrência desleal.

Apesar das notáveis melhorias alcançadas nalgumas áreas, os progressos reais na abordagem das principais ameaças dos recursos aquáticos vivos não têm sido substanciais. A implementação tem sido desigual em muitos países, e o sucesso no cumprimento das metas estabelecidas para enfrentar os principais motores da deterioração na saúde dos oceanos têm permanecido esquivos – com grandes custos para a economia global e particularmente para os países em desenvolvimento costeiros e insulares. No entanto, ainda é possível cumprir os compromissos assumidos a nível mundial para que os oceanos sejam mais saudáveis. As causas para o declínio da saúde dos oceanos são bastante conhecidas. O desafio a ser resolvido pela comunidade global não reside no estabelecimento de um novo tratado ou acordo para a saúde dos oceanos, mas sim na aceleração dos esforços para implementar esses sucessivos compromissos para inverter o declínio da saúde dos oceanos.

Uma nova oportunidade para a pesca e a aquicultura surgiu em Setembro de 2015 com a adopção da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030 pelos 193 estados membros das Nações Unidas. A Agenda para 2030 consiste em 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), apoiados por 169 objectivos adoptados para orientar as acções de desenvolvimento dos governos, organizações internacionais, sociedade civil e outras instituições no período de 2016-2030.¹³ Apela aos países para que expressem as suas prioridades e compromissos, formulem estratégias e políticas, e adoptar planos, programas e parcerias para alcançar os seus objectivos e metas nacionais.

Embora a pesca e a aquicultura contribuam para vários ODS, a Agenda 2030 adoptou pela primeira vez um Objectivo Global sobre Oceanos e Mares. A SDG 14 é exclusivamente dedicada à "conservação e utilização sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável". Inclui 10 objectivos relativos à poluição marinha, à protecção dos ecossistemas marinhos e costeiros, à minimização da acidificação dos oceanos, à gestão sustentável da

¹³ Ver o sítio web do GDS das Nações Unidas em <https://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

pesca e ao fim dos subsídios prejudiciais à pesca, à conservação das zonas costeiras e marinhas, e aumento dos benefícios económicos para os PEID e PMA.

Estes acordos internacionais impõem obrigações a países como Angola e Haiti, mas também criam oportunidades de cooperação e para a sustentabilidade do sector a longo prazo. No desenvolvimento das suas políticas e estratégias de pesca e aquicultura, tanto Angola como o Haiti promulgaram legislação e políticas de pesca em conformidade com a CCRF da FAO e instrumentos relacionados. No entanto, como será discutido nos Capítulos 3 e 4, tanto Angola como o Haiti ainda precisam de desenvolver as suas capacidades para cumprir algumas das obrigações internacionais para além do simples apoio ao cumprimento da Agenda 2030 e das ODS relevantes, em particular as ODS 1, 2, 9, e 14.

Capítulo 3

O SECTOR DAS PESCAS E DA AQUICULTURA EM ANGOLA: OPORTUNIDADES E DESAFIOS

3.1 O sector das pescas e da aquicultura em Angola – perspectiva histórica

A República de Angola está localizada na parte sudoeste de África. Apresenta uma faixa costeira de 1.650 km no Oceano Atlântico e uma Zona Económica Exclusiva de 497.800 km², oferecendo um grande potencial para a pesca e a aquicultura marinha. Ao longo da faixa costeira, a corrente fria de Benguela, a partir do sul encontra a corrente mais quente de Angola vinda do norte, causando um afloramento que cria um ecossistema marinho diversificado. Além disso, os rios que correm em Angola contêm várias espécies de água doce, tais como tilápias, peixes-gato e camarões de água doce, todos com grande procura no mercado local (FAO, 2020a). Consequentemente, a pesca tem sido sempre uma importante fonte de alimento e nutrição, emprego, comércio, cultura e benefícios económicos em Angola.

Após a independência de Angola em 1975, o sector das pescas tornou-se um centro económico fundamental durante a guerra civil que se seguiu e que assolou o país durante 27 anos. A guerra destruiu as infra-estruturas e os bens produtivos e deslocou grandes populações que procuraram refúgio nas costas atlânticas angolanas. As más condições económicas e as sucessivas secas que limitavam as oportunidades agrícolas levaram as comunidades rurais para as costas, onde a pesca era uma das poucas escolhas que os angolanos tinham para a sua subsistência. A migração para procurar uma vida melhor na costa continuou após a guerra civil, resultando num aumento do número daqueles que dependem da pesca para o seu sustento.

Desde o fim da guerra civil em 2002, o país tem investido fortemente na reconstrução da sua economia, utilizando recursos gerados pelos seus ricos sectores petrolífero e mineral. Em resultado disso, Angola tornou-se uma das economias de crescimento mais rápido do mundo, duplicando o seu PIB entre 2003 e 2015, antes de o PIB ter estagnado ou diminuído em resultado da queda dos preços do petróleo. Desde 2015, Angola é a terceira maior economia da África Subsaariana, o segundo maior produtor de petróleo em África, e o quarto maior produtor de diamantes do mundo (Banco Mundial, 2020a). Infelizmente, esta riqueza não tem beneficiado a maioria dos angolanos. De facto, apesar da riqueza e da dotação de recursos do país, um terço da população do país vive abaixo do limiar da pobreza.

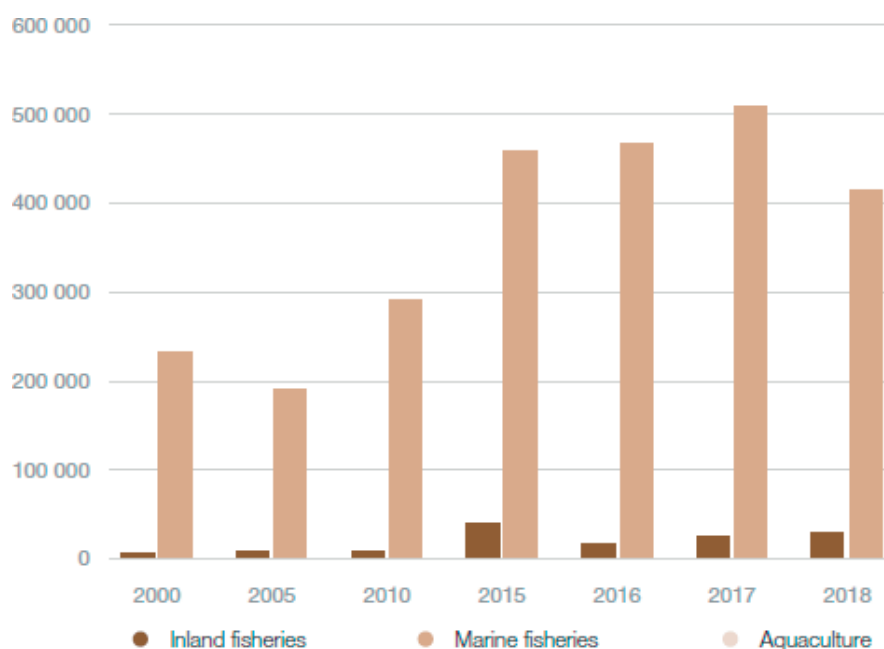
Além disso, Angola continua a enfrentar persistentes desafios de desenvolvimento, incluindo a dependência excessiva do petróleo, uma economia não diversificada, infra-estruturas deficientes, uma estrutura institucional e de governação fraca, má gestão de recursos, desenvolvimento limitado da capacidade produtiva, e um baixo nível de desenvolvimento do capital humano e das condições de vida. Antes da guerra civil, o sector das pescas era o terceiro maior sector económico depois do petróleo e da exploração mineira e uma importante fonte de emprego e rendimento para um grande número de angolanos. Nas últimas duas décadas, porém, a importância relativa do sector das pescas diminuiu, embora haja agora um interesse renovado em reavivá-lo como sector prioritário e fonte de crescimento económico e de diversificação das exportações. É também visado pelo governo como um sector chave para a redução da pobreza, segurança alimentar e nutricional, e diversificação da economia nacional.

De acordo com a FAO (2020a), a produção total de peixe em Angola foi estimada em 445.760 toneladas em 2018, na sua maioria provenientes de pesca marítima (413.230 toneladas), para além de mais de 30.000 toneladas da pesca interior e 1.750 toneladas da aquicultura (quadro 3.1 e figura 3.1). A pesca artesanal é responsável por cerca de metade da produção de peixe marinho, sendo os sectores da pesca industrial e semi-industrial responsáveis pela restante metade. A maioria da produção (89 por cento) é utilizada para consumo interno, estimado em 19,8 kg/capita em 2018, próximo da média mundial de 20,4 kg per capita por ano, mas superior à recomendação da Organização Mundial de Saúde de 14 kg per capita por ano e a média de 8,8 kg per capita na África Subsaariana. Angola é um importador líquido de alimentos, mas a produção nacional de peixe contribui em média com 30 por cento do consumo total de proteínas animais, atingindo mais de 50 por cento nas comunidades costeiras (FAO, 2020a).

Quadro 3.1 Produção de peixe em Angola, 2000-2018 (toneladas)

	2000	2005	2010	2015	2016	2017	2018
Pesca marítima	232 351	192 616	292 000	456 718	468 429	507 974	413 234
Pesca interior	7 000	10 000	10 000	38 514	18 061	23 601	30 773
Total pescas	239 351	202 616	312 000	495 232	486 490	531 575	444 007
Aquicultura de água doce	5	126	310	872	655	1 339	1 752
Produção total	239 361	202 868	302 620	496 976	487 800	534 253	445 759

Fonte: FAO (2020a).

Figura 3.1 Produção de peixe em Angola, 2000-2018 (toneladas)

Fonte: FAO (2020a)

Nota: Devido à escala, os valores para aquicultura podem ser lidos na tabela 3.1 abaixo.

O sector das pescas e da aquicultura proporciona empregos significativos, especialmente no sector artesanal. Estima-se que 150.000 pessoas ganham o seu sustento com o sector. Cerca de 45.000 pessoas vivem directamente da pesca marítima e outras 82.000 estão empregadas em actividades de apoio à pesca e à aquicultura. A pesca interior emprega aproximadamente 20.000 pessoas, das quais 8% são mulheres. Em muitas zonas costeiras, cerca de 50% da população depende directa ou indirectamente da pesca para o seu sustento e subsistência. Mais de 90 por cento do emprego encontra-se na pesca artesanal. As mulheres representam até 80% das pessoas envolvidas no processamento e comercialização artesanal (El Ayoubi e Failler, 2014; BAD, 2013; FAO, 2020b).

Em 2008, as exportações de peixe foram estimadas em 50 822 toneladas, avaliadas em 81,29 milhões de dólares, e as importações de peixe foram estimadas em 89,898 toneladas, avaliadas em quase US\$198 milhões. Nos anos anteriores, o comércio de peixe (tanto importação como exportação de peixe) teve valores superiores tanto em volume como em valor (tabela 3.1 e figura 3.1). Enquanto as importações de peixe consistem principalmente em pequenos pelágicos nutritivos e de baixo preço, as exportações de peixe são constituídas em grande parte por peixe demersal congelado de alto valor e crustáceos, infelizmente com pouca ou nenhuma transformação e adição de valor em Angola.

Tal como muitos outros países em desenvolvimento dotados de recursos marinhos, Angola tem a oportunidade de desenvolver um sector dinâmico da pesca e da aquicultura e reforçar a segurança alimentar e nutricional, promovendo simultaneamente a criação de valor acrescentado, a criação de emprego e a exportação de peixe e de produtos do mar de alto valor para mercados lucrativos. No entanto, tal como referido no Capítulo 1, isto requer políticas industriais activas que equilibrem os objectivos económicos, sociais e ambientais. Estas políticas podem aproveitar as vantagens comparativas do sector em Angola para atrair investimento e know-how técnico e de gestão no processamento e adição de valor para reforçar as exportações para mercados lucrativos na África, Ásia, Europa e Estados Unidos. Muitos países da Europa e da Ásia desenvolveram boas relações comerciais em Angola, incluindo nos sectores da pesca, da transformação e dos serviços de apoio. Os Estados Unidos também manifestaram um grande interesse em promover as relações comerciais na pesca e aquicultura angolanas.¹⁴ Estas relações comerciais podem ser aproveitadas para expandir oportunidades de investimento e transferir tecnologia para o sector angolano da pesca e da aquicultura para promover a adição de valor e diversificar a exportação de peixe e marisco.

3.2 Visão geral do sector da pesca e da aquicultura em Angola

3.2.1 Recursos Marinhos

Tem havido poucos levantamentos de peixe ao largo da costa angolana, e os que foram realizados no início raramente foram publicados. Foi esse o caso dos levantamentos realizados nas décadas de 1950 e 1960 por instituições da Europa Ocidental, seguidos de levantamentos realizados pela ex-União Soviética durante as décadas de 1970 e 1980. As fichas de identificação de espécies da FAO para o Atlântico Centro-Este fornecem material de identificação para espécies comerciais. Desde 2000, o Projecto FAO- Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (Norad), utilizando o navio de investigação avançada RV Dr Fridtjof Nansen, tem conduzido vários levantamentos reportados à FAO sobre espécies individuais e populações de peixes, incluindo populações partilhadas com a Namíbia (FAO, 2020b).¹⁵ A Comissão da Corrente de Benguela (BCC) informou em 2007 e 2011 sobre o estado das populações de peixes comerciais no Grande Ecosistema Marinho da Corrente de Benguela (GEMCB).¹⁶

No geral, os estudos de pesca marítima em Angola estimam uma biomassa explorável de cerca de 700.000 toneladas por ano, sendo a pesca angolana descrita em geral como sendo de intensidade moderada com unidades populacionais em geral em declínio. A maioria das unidades populacionais de interesse comercial, quer pelágicos ou demersais, incluindo crustáceos, são reportados como tendo sido total ou excessivamente explorados (El Ayoubi e Failler, 2014; Córdia e Ferreira, 2018). Infelizmente, estatísticas e dados de investigação pouco fiáveis tendem a indicar uma subestimação dos desembarques (Belhabib e Divovitch, 2015). A aquisição do navio de investigação Baía Farta em 2019 tem um potencial promissor para apoiar a investigação científica e a análise orientada em apoio ao sector.¹⁷

3.2.2 Zonas, frota e técnicas de pesca

Embora a pesca tenha lugar ao longo da costa angolana, as zonas de pesca em Angola podem ser divididas em três áreas importantes (figura 3.2). A zona de pesca sul, localizada na província do Namibe, estende-se para sul desde Lobito até à foz do rio Cunene, com maior riqueza de espécies a cerca de 100 metros de profundidade. É, de longe, a zona de pesca mais produtiva, com uma abundância de carapau, sardinha, atum, e uma gama de espécies demersais, incluindo douradas, pescadas, garoupas e corvinas. A zona central de pesca estende-se de Luanda a Benguela e produz principalmente sardinhas, carapaus e várias espécies demersais (pescadas, garoupas e douradas). A zona de pesca do norte estende-se de Luanda a Cabinda e inclui grandes populações de carapau e sardinhas e uma proporção menor de espécies demersais (FAO, 2020b).

¹⁴ Privacy Shield Framework, "Angola - tecnologia marinha (pesca e portos marítimos)", disponível em <https://www.privacyshield.gov/article?id=Angola-Marine-Technology> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

¹⁵ FAO, "EAF - Programa Nansen", disponível em <http://www.fao.org/in-action/eaf-nansen/en/> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

¹⁶ BCC, "Current news," disponível em <https://www.benguelacc.org/index.php/en/> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

¹⁷ MACAUHUB, "Angola recebe o navio de investigação científica Baía Farta," 23 de Julho. Disponível em <https://macauhub.com.mo/2019/07/23/pt-angola-recebe-navio-de-investigacao-cientifico-baia-farta/> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

Em Angola, as pessoas pescam para consumo pessoal, fins comerciais ou recreativos. De acordo com a Lei dos Recursos Biológicos Aquáticos de 2004 (FAO, 2020c),¹⁸ os pescadores e pescadoras de subsistência podem pescar até 20 kg de peixe por pessoa por dia sem uma licença. A pesca comercial inclui actividades artesanais, semi-industriais e industriais. Os pescadores e pescadoras artesanais utilizam barcos até 14 metros de comprimento, com motores de popa ou de bordo ou várias formas de velas. A lei estipula que uma zona costeira de quatro milhas náuticas seja exclusivamente reservada para fins artesanais, de subsistência, recreativos e de investigação.

As actividades de pesca artesanal têm lugar ao longo de toda a costa, com mais de 100 locais de desembarque regulares identificados. O maior número de comunidades de pesca artesanal organizada encontra-se nas províncias do norte. Cerca de 35.000 angolanos ganham o seu sustento com a pesca, trabalhando a bordo de milhares de pequenas embarcações (FAO, 2020a, 2020b, 2020c) estimadas em 3.500 a 9.000, que utilizam artes de pesca tradicionais. Utilizam *chatas* (barcos de cinco a sete metros de comprimento total, com um fundo plano e um motor exterior de cerca de 25 cavalos de potência), *catrongas* (7 a 14 metros de comprimento com um motor interior central de 40-100 cavalos de potência), ou canoas de madeira (normalmente entre 4 e 5,5 metros de comprimento, propulsionadas por velas).¹⁹

Figura 3.2 Mapa de Angola com os países limítrofes, zonas económicas exclusivas e delimitação da plataforma continental



Fonte: Kirkman SP e Nsingi KK (2019). Kirkman SP and Nsingi KK (2019). Marine biodiversity of Angola: Biogeography and conservation. In Biodiversity of Angola, Science and Conservation: A Modern Synthesis, Huntley BJ, Fernanda Lages VR and Ferrand N, eds. Springer: 43–52. Reproduzido sem alterações nos termos da Creative Commons Attribution 4.0 International Licence (<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>).

Nota: ZEE: Zona Económica Exclusiva; IBA: Important Bird and Biodiversity Area.

Os métodos de pesca artesanal incluem linhas de mão, redes envolventes-de arrasto de praia, redes de emalhar, redes envolventes-de arrasto e redes de elevação. Este último é um método de pesca como a rede de emalhar, mais comumente utilizado no sul de Angola para a captura de espécies pelágicas e demersais. Emprega uma rede perto da costa durante até dois dias que é depois recuperada por um guincho ou por um tractor na praia. Os pescadores e

¹⁸ Ver também a base de dados FAOLEX, "Angola", disponível em <http://www.fao.org/faolex/ results/details/fr/c/LEX-FAOC050971/> (acedida a 12 de Setembro de 2021).

¹⁹ Save Our Seas Foundation, "Assessing Angola's fisheries," disponível em <https://saveourseas.com/project/assessing-angolas-fisheries> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

pescadoras artesanais fornecem geralmente peixe aos mercados locais. Embora sejam os homens que vão ao mar para apanhar o peixe, são as mulheres que processam, comercializam e vendem o pescado.

A frota semi-industrial é composta por embarcações entre 14 e 20 metros de comprimento, enquanto o segmento da frota industrial é constituída por embarcações de 21 metros de comprimento ou mais. Os navios semi-industriais e industriais têm como alvo as espécies pelágicas, tais como o carapau, a sardinela e atum, ou espécies demersais tais como camarão, caranguejo, lagosta e outros peixes demersais. A pesca semi-industrial e industrial é realizada principalmente por embarcações estrangeiras alugadas ou em joint venture com empresas angolanas. Ao abrigo da lei de 2004 e regulamentos relacionados, os navios detidos por estrangeiros não estão autorizados a pescar em águas angolanas. Por este motivo, o leasing e as empresas mistas com cidadãos angolanos tornaram-se o costume. Os navios estrangeiros conhecidos por pescar em águas angolanas são da China, Japão, República da Coreia, Nigéria, Rússia, Espanha e Namíbia. Em 2016, um total de 113 navios de pesca foram licenciados para a captura de espécies demersais, dos quais 80 eram para a frota industrial e 33 para a frota semi-industrial. No mesmo ano, para as espécies pelágicas, foram licenciadas 100 embarcações de pesca industrial e 57 embarcações de frota semi-industrial (Códia e Ferreira, 2018).

A pesca com redes de cerco e o arrasto são as técnicas de pesca semi-industrial e industrial mais utilizadas. As unidades populacionais de peixes demersais são exploradas numa área que se estende de sul a norte de Angola, utilizando uma rede de arrasto de fundo multiespecífica que explora mais de 30 espécies de douradas, garoupas e pescadas. Várias destas unidades populacionais são alvo tanto da pesca industrial como da artesanal. Existe também um sector da pesca costeira recreativa de rápido crescimento no sul de Angola (Códia e Ferreira, 2018).

Em termos de pesca interior e aquicultura, Angola não tem grandes lagos, mas tem rios importantes que contêm várias espécies de água doce em grande procura no mercado local. As espécies de tilápia (localmente conhecidas como cacusso) estão entre os peixes de água doce mais abundantes capturados e apreciados em Angola. Outras espécies incluem o bagre e o camarão de água doce da espécie *Machrobrachium rosenbergii*, largamente criado no Sudeste Asiático para o mercado internacional. Para a sua pesca são utilizadas canoas cavadas feitas de troncos de árvores, barcos pequenos, aplainados e canoas de madeira de 3 a 4,5 metros de comprimento, operadas com remos ou varas, algumas motorizadas com pequenos motores. A dispersão das comunidades de pesca interior faz com que seja difícil de avaliar o estado dos recursos haliêuticos interiores. Embora incompleta, a informação disponível sobre capturas e desembarques parece indicar sinais claros de sobre-exploração em muitas das lagoas mais próximas dos grandes centros urbanos, com pescadores e pescadoras a terem de passar o dobro do tempo para capturar as mesmas quantidades que antes. A introdução de medidas de gestão baseadas em totais admissíveis de capturas cientificamente fundamentadas foi identificada como prioritária.

A produção aquícola em Angola é em pequena escala e focalizada principalmente em organismos de água doce pelas comunidades ou por operadores privados, utilizando tanques de terra ou gaiolas flutuantes. Em 2016, o país tinha três unidades de produção aquícola privadas registadas, com uma capacidade de produção instalada de 13 milhões de alevins por ano.²⁰ O principal constrangimento para o investimento em operações de aquicultura continua a ser o elevado custo das rações de peixe importado, tornando o peixe caro na ausência de uma ração barata produzida localmente. Em colaboração com projectos do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (IFAD, 2105, 2018), Angola tem visado a pesca interior e a aquicultura em água doce no âmbito do quadro da estratégia nacional de desenvolvimento para a segurança alimentar, alívio da pobreza e emprego, especialmente para os jovens e mulheres rurais.

A aquicultura marinha tem um potencial promissor, com vários projectos a estimar a produção anual a 39.660 toneladas, incluindo 16.660 toneladas de peixe marinho, 7.500 toneladas de camarão, 14.500 toneladas de mexilhão e 1.000 toneladas de ostras. Estes projectos serão realizados nas províncias do Namibe (quatro projectos), Benguela (três), Bengo (três), Cuanza Sul (um) e Luanda (um). A produção de algas marinhas está a ser explorada pelo Programa BCLME III. Foi lançada uma incubadora em 2018 na província de Luanda (Ramiros), projectando a utilização de biotecnologias para a piscicultura e uma produção anual estimada em 200.000 larvas de peixe, 1 milhão de moluscos e 10 milhões de larvas de crustáceos.

Em termos de locais de desembarque e portos, os navios de pesca industrial e semi-industrial utilizam os portos de Luanda, Kwanza Sul, Benguela e Namibe para o desembarque da captura, manutenção dos barcos e artes de pesca, e

²⁰ Alevins refere-se à fase de desenvolvimento da semente de peixe. Para mais referências ver Manual de Cultivo de Sementes de Peixe. (1993). "Nomenclature of Fish Seed" (Nomenclatura das Sementes de Peixe). Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Disponível em <https://www.fao.org/3/AC381E/AC381E02.htm>.

aquisição de abastecimentos de pesca. Geralmente, cerca de 70 por cento das capturas de peixe da frota semi-industrial e industrial são desembarcadas em Luanda. Para pescadores e pescadoras artesanais, foram identificados mais de 184 locais de desembarque ao longo da costa de Angola, dos quais 65 localidades em sete províncias costeiras foram seleccionadas para estatísticas e recolha de dados.

Porque os pescadores e pescadoras artesanais e as suas comunidades seguem o peixe ao longo da costa, e porque a maioria das embarcações artesanais pode ser trazida para terra em qualquer lugar nas praias arenosas de Angola, muitos destes pescadores e pescadoras não têm um local fixo para desembarcar as capturas (Du Preez, 2009).

Quadro 3.2 Principais espécies de peixe produzidas em Angola, 2000-2018 (toneladas)

	2000	2005	2010	2015	2016	2017	2018
Pesca interior	7 005	10 126	10 310	39 386	18 716	24 940	30 773
Pesca marítima	232 351	192 616	292 000	456 718	468 429	507 974	413 234
1. Crustáceos	3 554	2 750	2 410	4 726	2 563	2 746	3 413
2. Bacalhaus, pescadas, arincas	658	1 600	3 800	3 874	4 066	10 862	6 819
3. Solhas, alabotes, solas	592	8 800	4 600	1 570	6 000	24 694	332 32
4. Arenques, sardinhas, anchovas	108 211	46 000	83 700	211 008	149 540	199 922	137 885
5. Peixes marinhos não identificados	30 788	20 119	47 755	52 862	95 670	46 148	84 207
6. Peixes costeiros diversos	29 473	65 000	95 210	34 659	64 476	92 868	36 815
7. Peixes demersais diversos	2 205	3 300	1 150	12 186	15 190	6 780	12 800
8. Peixes pelágicos diversos	55 078	36 700	40 914	127 705	121 654	97 659	76 595
9. Tubarões, arraias, quimeras	750	3 300	1 450	3 461	3 105	3 809	2 642
10. Tunas, bonitos, peixe de bico	600	3 847	9 511	3 828	5 169	18 876	14 858
11. Moluscos	442	1 200	1 500	839	996	3 610	3 968
Aquicultura	5	126	310	872	655	1 339	1 752
Produção total	239 361	202 868	302 620	496 976	487 800	534 253	445 759

Fonte: FAO (2020a).

3.2.3 Produção e utilização do peixe

A produção de peixe em Angola tem sofrido grandes mudanças nos últimos 20 anos. A produção aumentou de 239.000 em 2000 para 445.700 toneladas em 2018, com picos de produção em 2015 e 2017 estimados em 496.104 e 532.914 toneladas, respectivamente (quadro 3.1, figura 3.1). Outros peritos acreditam que estes números subavaliem o volume em até 50% devido à pesca IUU. De acordo com Belhabib e Divovitch (2015), o total de capturas estrangeiras dentro da ZEE angolana rondava em média 250.000 toneladas/ano nos anos 2000 e estas capturas não foram contabilizadas. Cerca de 65 por cento das capturas industriais são espécies que também são capturadas pela pesca artesanal. Esta sobreposição ilustra a importância de abordar a questão da subnotificação e da pesca ilegal nas águas angolanas.

Em 2018, os desembarques comunicados eram na sua maioria de peixes marinhos (413.000 toneladas), para além de 30.000 toneladas da pesca interior e 1.750 toneladas da aquicultura de água doce. Os pequenos peixes pelágicos, que são muito importantes para o consumo doméstico devido aos seus preços baixos, utilização na cozinha tradicional angolana, e hábitos alimentares locais, representam 40 por cento da produção total. O resto das capturas marinhas é constituído por espécies de peixes demersais (28 por cento), grandes pelágicos (atum, bonito, peixe de bico, 3,5%), e quantidades menores de crustáceos e cefalópodes. A pesca interior (6,7%) produz principalmente peixes-gato e tilápias e a aquicultura produz pequenas quantidades (0,4 por cento) de tilápias e peixe-gato em tanques de água doce (quadro 3.2).

Os dados disponíveis mostram também que mais de 89 por cento do peixe capturado na ZEE de Angola permanece no país, com aproximadamente 70% sendo distribuídos como frescos ou congelados, e 20% como salgados e secos. O resto

(2 a 15%) é exportado (principalmente peixe demersal e camarões enviados directamente congelados a bordo para a UE e Ásia). Quantidades desconhecidas são informalmente exportadas para os países vizinhos (República Democrática do Congo, Zâmbia e Namíbia). A indústria conserveira e de farinhas de peixe costumava processar grandes quantidades de pelágicos no passado, mas a guerra civil destruiu infra-estruturas e causou uma perda de perícia, pelo que esta indústria não está actualmente a funcionar.

3.3 Importância socioeconómica de pesca e aquicultura em Angola

A pesca é uma importante actividade económica em Angola e representa 3-5 por cento do PIB, um contributo relativamente elevado em comparação com a média mundial de 0,5-2,5 por cento. Considerando que 90 por cento do PIB em Angola é dependente do petróleo, com preços e procura mundiais altamente flutuantes, a importância da pesca vai além da sua modesta contribuição para o PIB nacional (quadro 3.3). O sector oferece oportunidades significativas de investimento, inovação tecnológica, adição de valor, criação de emprego e exportações, particularmente para jovens empresários e licenciados angolanos. Isto é mais verdade para espécies de peixes demersais e crustáceos, que são muito procurados no mercado internacional. Como já foi referido, a maior parte do peixe produzido em Angola é consumida localmente. O consumo médio anual per capita de peixe em Angola aumentou de forma constante nas últimas décadas, de 13 kg em 1995 para 19,8 kg em 2018 (quadro 3.3). Este valor está muito acima da oferta anual per capita de peixe na África Subsaariana, que foi estimada em 8,8 kg/per capita em 2018, classificando os angolanos entre os maiores consumidores de peixes em África. Num país importador líquido de alimentos, a produção nacional de peixe contribui em média com cerca de 30% do consumo total de proteínas animais, atingindo níveis superiores a 50 por cento nas comunidades costeiras.

Estima-se que 150.000 pessoas ganham a vida com o sector, e cerca de 45.000 pessoas ganham directamente a vida com a pesca marítima. Destes, cerca de 35.000 pescadores e pescadoras artesanais operam entre 6.600 e 9.000 barcos de pesca artesanal nas águas costeiras angolanas. Outras 82.000 pessoas trabalham em actividades de apoio, tais como reparação de barcos, fornecimento e reparação de artes de pesca, distribuição, transporte, etc. Estes números podem até ser subestimados em até 50 por cento, segundo Du Preez (2009), que informou que se os operadores de redes envoltentes-de arrasto de praia fossem incluídos, poderia haver mais 130.000 a 140.000 pessoas envolvidas em actividades relacionadas com a pesca artesanal. A pesca interior emprega aproximadamente 20.000 pessoas, das quais 8 por cento são mulheres. Mais de 90 por cento do emprego na pesca e aquicultura é na pesca artesanal. As mulheres representam 50 a 80 por cento das pessoas envolvidas em actividades pós-captura (El Ayoubi e Failler, 2014; BAD, 2018; FAO, 2020b).

A comercialização de peixe doméstico ocorre em muitos locais de desembarque para a pesca artesanal ao longo da costa de Angola. Na maioria destes locais, existe geralmente um comércio animado, e pequenas unidades de processamento estão em funcionamento. Os métodos de conservação mais comuns são a secagem ao sol e a salga. No entanto, a distribuição de peixe no interior do país é limitada. Ainda não foi desenvolvido um sistema de distribuição de peixe a nível nacional – especialmente peixe fresco. A maior parte do peixe capturado por pescadores e pescadoras artesanais é consumida em comunidades piscatórias ou nas proximidades. Nenhuma das capturas artesanais é formalmente exportada.

O peixe nos locais de desembarque é vendido por pescadores e pescadoras a grossistas, geralmente mulheres que compram pequenas quantidades e subsequentemente as transportam para os mercados locais de peixe e vendem-nas frescas. Algumas também compram peixe para processamento por secagem ou salga, e também (raramente) para fumaça. O peixe processado é geralmente embalado em sacos e transportado em camiões para mercados de peixe em aldeias, ou para vilas e cidades maiores. Nas zonas interiores, as bicicletas são também utilizadas para o transporte. A maioria dos mercados de peixe encontram-se nas regiões mais densamente povoadas. Dada a elevada procura, o peixe é também importado, especialmente pequenos pelágicos, principalmente carapau. As importações de peixe foram estimadas em 89.900 toneladas em 2018, com picos de quase 172.000 e 11.000 toneladas em 2015 e 2017, respectivamente.

Angola foi um importante exportador de produtos agrícolas e de pesca durante a era colonial, e em 1990, os produtos da pesca eram ainda a quarta maior exportação de Angola (depois do petróleo, diamantes e café). Pelas razões explicadas anteriormente, o país perdeu a sua capacidade de comércio de peixe e os seus conhecimentos após a independência. As

tendências nos últimos 10 anos mostram um aumento das exportações e importações, incluindo exportações de espécies demersais e crustáceos, e importações de pequenos pelágicos, em particular carapau, principalmente da Mauritânia. O peixe importado responde à elevada procura interna de peixe pelágico. O quadro 3.3 e a figura 3.3 mostram as exportações e importações de peixe, tanto em volume como em valor, entre 2000-2018 (FAO, 2020a).

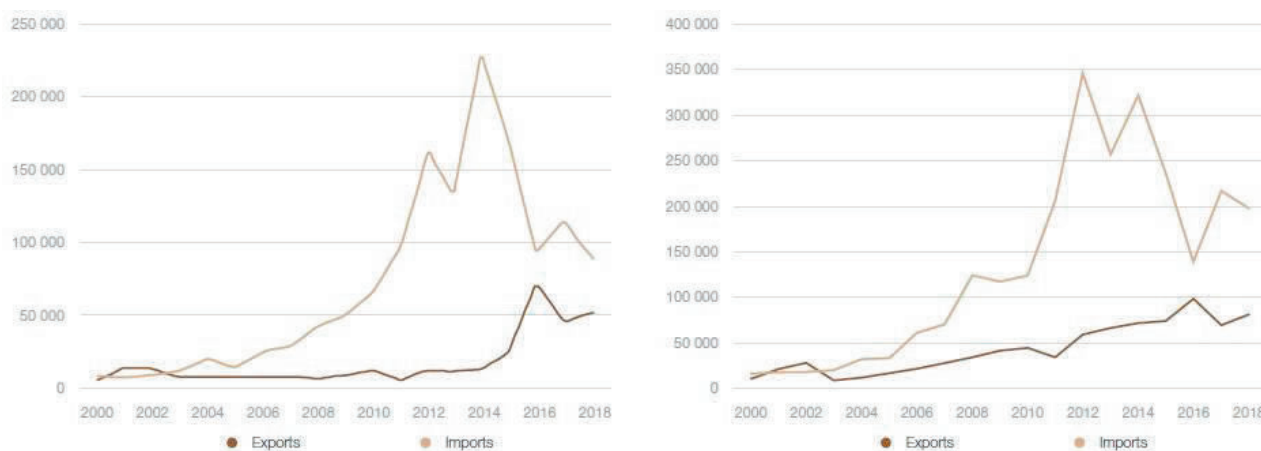
Quadro 3.3 Importância socioeconómica da pesca e da aquicultura em Angola, 2000-2018

	2000	2005	2010	2015	2016	2017	2018
Importações em toneladas	8 014	14 656	65 573	171 880	92 400	114 790	89 898
Importações em milhares de USD	16 336	33 381	124 092	236 096	139 266	217 060	197 810
Exportações em toneladas	5 427	7 531	12 035	24 723	70 971	45 305	50 822
Exportações em milhares de USD	10 839	16 840	44 764	74 159	98 739	69 597	81 289
Emprego	39 400	51 000	95 600	104 500	125 442	130 000	127 000
População (milhões)	16.39	19.43	23.36	27.88	28.80	29.82	30.81
Consumo aparente de peixe (kg/capita)	12.10	12.60	14.70	15.58	17.66	20.20	18.9
Proteínas de peixe/animal (por cento)	25.3	24.5	24.5	26	27	28	29.4

Fonte: FAO (2020a).

Figura 3.3 Importações e exportações de e para Angola, 2000-2018

(a) Em toneladas (b) Em milhares de USD



Fonte: FAO (2020a).

Nota: Devido à escala, os valores para aquicultura podem ser lidos na tabela 3.1 abaixo.

3.4 Governação e gestão de o sector das pescas e da aquicultura em Angola

Angola é um bom exemplo de um país costeiro que não conseguiu tirar partido dos seus ricos recursos marinhos devido, em grande parte, a uma fraca estrutura de governação e gestão e a distorções na economia criadas pela descoberta de petróleo. Desde a independência, muitos angolanos têm confiado na pesca para a sua subsistência e nutrição. A dependência intensiva dos recursos marinhos, associada a um sistema de governação fraco ou ausente durante os 27 anos de guerra civil, aumentaram a pressão sobre os recursos pesqueiros, levando a uma diminuição da produtividade e

diversidade e à sobrepesca de várias unidades populacionais que excedem os limites sustentáveis. Estreitamente ligados ao desenvolvimento das pescas são também a governação ambiental e a governação dos recursos hídricos. Embora Angola possua um enorme potencial para o desenvolvimento e exportação da aquicultura, o subsector continua relativamente subdesenvolvido. A relativa abundância de água doce do país e vários rios cujos estuários podem ser locais adequados para pisciculturas marinhas. O desenvolvimento do subsector da aquicultura a longo prazo eliminaria ou reduziria a pressão sobre as capturas naturais através da reconstituição dos recursos piscícolas nas águas do país. A piscicultura, que tem sido utilizada com sucesso nas Maurícias para reconstituir as unidades populacionais esgotadas, poderia ser a melhor via para Angola recuperar as suas unidades populacionais pesqueiras, tanto em águas marinhas como em águas doces.

Um problema igualmente importante para o sector das pescas e da aquicultura de Angola é a segurança alimentar e os riscos de qualidade colocados por infra-estruturas e conhecimentos inadequados que resultam em práticas pós-captura pouco higiénicas e exportações limitadas de apenas peixe e marisco congelados a bordo, com valor acrescentado nulo ou muito limitado. Além disso, as perdas pós-captura continuam a ser muito elevadas, especialmente no sector artesanal, que carece de infra-estruturas de desembarque adequadas, acesso a água potável ou limpa, electricidade, gelo e instalações de armazenamento, estradas, e transporte em cadeia de frio para mercados lucrativos.

Para ultrapassar os obstáculos altamente complexos e diversos do sector, o governo introduziu importantes reformas e adoptou políticas ao longo dos últimos 15 anos para monitorizar o estado dos principais recursos haliêuticos marinhos e melhorar a governação e os sistemas de gestão das pescas, as práticas de manuseamento e transformação, e o controlo da segurança e qualidade alimentar. O governo também promoveu a aquicultura comercial. Estas reformas foram consolidadas no Estado de direito desde 2004, e mais recentemente desde as eleições 2017/2018, as primeiras eleições democráticas de sempre em Angola nos tempos modernos.

3.4.1 Quadro legal e regulamentar

A informação oficial sobre os quadros jurídicos e institucionais de Angola é difícil de aceder nos principais websites e, quando disponível, está maioritariamente em português, a língua oficial do país. A FAO (2020c) fornece resumos em inglês e ligações para aceder aos quadros políticos, jurídicos e regulamentares de interesse para a agricultura, o ambiente, a pesca e a aquicultura nos seus países membros. A Caixa 3.1 apresenta as leis e decretos sobre pesca e aquicultura em Angola.

Caixa 3.1 Sistema legal e regulador da pesca e da aquicultura em Angola

Leis relevantes para a governação e gestão da pesca e da aquicultura

1. Lei n.º 6-A/04 de 08/10/2004 sobre Recursos Biológicos Aquáticos (Nova Lei da Pesca).
2. Lei n.º 16/05 de 27/12/2005 que altera a Lei n.º 6-A/04 sobre Recursos Biológicos.

Decretos presidenciais que regem a pesca e a aquicultura

1. Decreto Presidencial nº 172/20 de 18/6 2020 que aprova o Acordo sobre o Protocolo de Cooperação entre o Governo da República de Angola e o Governo da Federação Russa sobre Pescas e Aquicultura.
2. Decreto Presidencial nº 130/20 de 11/05/2020 sobre Medidas de Gestão da Pesca Marinha, Pesca Interior, Aquicultura e Produção de Sal para 2020.
3. Decreto Presidencial nº 29/19 de 16/1/2019 que aprova o Plano de Gestão da Pesca e Aquicultura (POPA) para 2018-2022.
4. Decreto Presidencial nº 93/19 de 25/02/2019 que aprova as medidas de gestão da pesca marítima, da pesca interior e da aquicultura para 2019.
5. Decreto Presidencial nº 28/15 de 20/01/2015 que aprova as medidas de gestão da pesca marítima e interior e da aquicultura para 2015.
6. Decreto Presidencial nº 15/14 de 10/01/2014 que aprova as medidas de gestão da pesca marítima, pesca continental e aquicultura para 2014.
7. Decreto Presidencial n.º 4/13 de 03/01/2013 que aprova as medidas de protecção para a gestão da pesca e da aquicultura marinhas em 2013.
8. Decreto Presidencial nº 139/13 de 24/09/2013 que aprova o Regulamento sobre a Pesca Continental.
9. Decreto Presidencial nº 317/11 de 30/12/2011 que aprova as medidas de gestão da pesca marítima para a pesca continental e a aquicultura em 2012.

Decretos executivos que regem a pesca e a aquicultura

1. Decreto Executivo n.º 82/13 de 18/03/2013 que aprova o modelo de formulário para solicitar uma licença de pesca desportiva e recreativa.
2. Decreto Executivo nº 159/2006 que regulamenta as práticas de pesca, 26/12/2006.
3. Decreto Executivo n.º 160/06 que regulamenta a malha da rede de pesca utilizada pelas embarcações comerciais, 26/12/2006.
4. Decreto Executivo nº 109/05 que aprova a tabela de tamanho e peso mínimos para a pesca autorizada de espécies de animais aquáticos, 25/11/2005.
5. Decreto nº 41/05 que estabelece o Regulamento Geral das Pescas, 13/6/2005.
6. Lei da Pesca n.º 20/92, 14/08/1992.
7. Decreto nº 44.398 que aprova o regulamento da pesca com redes de arrasto, 14/6/1962.
8. Decreto nº 2/93 que regulamenta as sanções e sanções aplicáveis à pesca, 02/02/1993.

Fonte: FAO (2020c).

A lei básica da pesca em Angola é a Lei 6-A/04 sobre Recursos Biológicos Aquáticos (muitas vezes referida como a Nova Lei da Pesca de 2004, em oposição à antiga Lei da Pesca 20/92. O seu artigo 1º foi alterado pela Lei nº 16/05 para clarificar a definição de "empresa angolana como uma empresa sediada em Angola, com pelo menos 51 por cento do capital detido por angolanos que exercem um controlo efectivo sobre a empresa".

A Lei das Pescas 6-A/04 incorpora disposições relevantes de instrumentos internacionais tais como a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que Angola ratificou, e define em conformidade as fronteiras marítimas para o controlo do esforço de pesca e do total admissível de capturas. A lei está estruturada em seis títulos principais que estabelecem as orientações gerais e os objectivos para a utilização e exploração dos recursos biológicos, recursos aquáticos, sistema jurídico da pesca, regras de conservação, regulamentação básica sobre navios de pesca e portos, e regras para a investigação científica e actividades de controlo. Define regras claras para a pesca artesanal, industrial e semi-industrial.

A pesca industrial e semi-industrial marinha é gerida por uma abordagem baseada em direitos sob a forma de quotas para cada embarcação, desagregadas do total global das capturas permitidas, reguladas por um conjunto de medidas de gestão, e aplicadas por um sistema de acompanhamento, controlo e vigilância. Os totais admissíveis de capturas são estabelecidos anualmente, depois de procurar aconselhamento técnico junto dos institutos e conselhos relevantes. As concessões de quotas individuais de navios são para 20 anos, e é cobrado um imposto em dólares americanos por tonelada de peixe capturado. É dada prioridade aos operadores angolanos com infra-estruturas terrestres (tais como fábricas de processamento) e capacidades técnicas e de gestão comprovadas. Além disso, a lei estabelece organismos e autoridades de gestão, bem como procedimentos para fins de monitorização e controlo, e define a responsabilidade e sanções pelo não cumprimento das regras de pesca, processamento e distribuição. Além disso, a lei regula os procedimentos de licenciamento para a aquicultura, bem como para as actividades de transformação e comercialização do pescado.

A Lei 6-A/04 é implementada através de decretos presidenciais e executivos anuais que definem os totais admissíveis de capturas e os períodos e zonas de defeso de pesca, ou que prevêm, por exemplo, contingentes isentos de direitos para a importação de carapau, um recurso partilhado entre Angola e a Namíbia. O último Decreto Presidencial, nº 130/20 de 15 de Maio de 2020, aborda medidas de gestão para a pesca marinha, aquicultura e produção de sal para esse ano.

A política de pescas a médio prazo é definida pelo Decreto Presidencial n.º 29/19, que aborda o Plano de Gestão da Pesca e Aquicultura para 2018-2022. Os seus objectivos globais são combater a insegurança alimentar e a pobreza e promover o desenvolvimento social e económico. Visa equilibrar o desenvolvimento do sector a nível nacional com a inserção competitiva do país na região e nos contextos internacionais através da regulação e coordenação de acções públicas e privadas na pesca e aquicultura. Os objectivos específicos da política têm em vista:

- Assegurar a exploração sustentável dos recursos, incluindo através do desenvolvimento da aquicultura marinha e de água doce
- Desenvolver sistemas, regras, regulamentos e instituições para melhorar a segurança e a qualidade do pescado
- Reduzir os desequilíbrios regionais e apoiar a coesão e a unidade nacional
- Promover o empreendedorismo, a eficiência económica e a competitividade das empresas de pesca
- Apoiar e promover o desenvolvimento integrado, coordenado e sustentável da pesca e da aquicultura, com vista a maximizar a sua contribuição global para o desenvolvimento social e económico e a minimizar o desperdício de recursos e investimentos.

Relativamente às MNP, o plano de gestão 2018-2022 destaca a necessidade de garantir a higiene e a qualidade sanitária do peixe e dos mariscos consumidos em Angola ou exportados. Visa estabilizar a contribuição da pesca interior e da aquicultura para a segurança alimentar e a estabilidade económica no interior do país, especialmente para os grupos desfavorecidos. As áreas alvo de atenção específica abrangem a reparação e construção naval, indústria para o fabrico de suprimentos, pesca marítima, pesca interior, aquicultura, produção de sal, transformação, comercialização e distribuição.

3.4.2 Quadro institucional

Ao mais alto nível político, o sector das pescas e da aquicultura tem sido da responsabilidade do Ministério das Pescas, do Ministério das Pescas e do Ambiente ou, desde Abril de 2020, do Ministério da Agricultura e Pescas (na sequência da fusão da agricultura, silvicultura e pescas). Em todos os casos, o ministro é assistido por um secretário de estado das pescas e da aquicultura e aconselhado por quatro conselhos sobre, respectivamente, assuntos gerais e de coordenação, orientação, técnica e questões científicas, e gestão integrada dos recursos aquáticos vivos. O nível seguinte de apoio estratégico e de gestão ao ministro e ao gabinete do ministro é composto por seis gabinetes para tratar de assuntos gerais, assuntos jurídicos, planeamento e estatística, controlo, coordenação, informação e documentação. Estas estruturas políticas e de governação superiores são aplicadas por quatro direcções-chave:

- A Direcção Nacional de Gestão e Conservação dos Recursos Biológicos Vivos, com um mandato para conceber, dirigir, controlar e implementar políticas de pesca e assegurar a sustentabilidade dos recursos haliêuticos
- A Direcção Nacional de Infra-estruturas Pesqueiras e Indústria, com mandato para prestar assistência técnica tanto à pesca artesanal como à industrial

- A Direcção Nacional de Vigilância e Controlo das Actividades de Pesca, encarregada do licenciamento, inspecção, controlo e vigilância das actividades de pesca para prevenir e impedir práticas irresponsáveis
- A Direcção Nacional de Aquicultura, encarregada do desenvolvimento da aquicultura comercial sustentável, tanto em zonas de água doce como em zonas marinhas.

Estas direcções são apoiadas por várias instituições públicas para investigação, apoio técnico, segurança e controlo de qualidade, investimento e formação, as quais incluem, entre outras, institutos de investigação pesqueira, desenvolvimento da pesca artesanal e da aquicultura, e da indústria e tecnologia pesqueira, bem como a Universidade da Pesca e Aquicultura e o Fundo de Desenvolvimento das Pescas. Estas instituições são apoiadas pelo Gabinete de Planeamento, Estudos e Estatísticas, que efectua análises e revisões, supervisiona a preparação de medidas políticas e estratégia global, e coordena a recolha e análise de estatísticas pesqueiras. A nível provincial, o ministério é representado por direcções provinciais, delegações e estações de campo. As direcções provinciais prestam contas à Direcção Nacional de Gestão das Pescas.

A pesca artesanal em Angola tem uma longa tradição de co-gestão através de cooperativas que foi formalizada através de leis governamentais,²¹ bem como através de planos nacionais integrados.²² A primeira cooperativa de pesca no país foi criada em 1978 (Du Preez, 2009) como uma empresa voluntária "de baixo para cima" caracterizada pela auto-ajuda mútua. Embora o movimento cooperativo tenha sido reforçado desde então, tem sido assimilado na estratégia mais ampla de redução da pobreza e segurança alimentar de Angola. Ao longo da costa angolana, estão registadas mais de 185 comunidades de pescadores e pescadoras artesanais, sendo o maior número localizado nas províncias do Norte. Em muitas destas comunidades, os pescadores e as mulheres estão organizados em cooperativas ou associações que estão reservadas apenas para cidadãos angolanos. Uma cooperativa é um grupo de 10 a 25 pessoas envolvidas na pesca com direitos e oportunidades iguais, enquanto que uma associação é um grupo de cooperativas com objectivos e interesses comuns.

Em 2000 foi lançado um programa de investimento específico para o subsector artesanal e financiado principalmente com fundos nacionais. O programa consiste no apoio à organização das comunidades piscatórias sob a forma de cooperativas e pequenas empresas, frequentemente financiadas com esquemas locais de microcrédito, combinados com investimentos em infra-estruturas e formação centradas em torno de centros de apoio à pesca novos e reabilitados. O Instituto para o Desenvolvimento da Pesca Artesanal e Aquicultura está mandatado para promover a pesca artesanal através do desenvolvimento de cooperativas, formação e desenvolvimento comunitário, projectos de assistência técnica, administração de subsídios e facilidades de crédito, e monitorização. O instituto está sediado em Luanda, com delegações provinciais. No total, emprega mais de 200 pessoas, cerca de um quarto das quais na capital e as restantes nas províncias (Du Preez, 2009). Um apoio adicional do governo às cooperativas de pescadores inclui formação (principalmente através da Agroprodesi em colaboração com a FAO), distribuição de kits, e estabelecimento de Centros de Apoio à Pesca Artesanal dedicados.

3.5 Quadro de cooperação internacional e regional

O sector das pescas é regido não só por políticas, regras e regulamentos nacionais, mas também por acordos internacionais e regionais ou acordos de cooperação que abrangem uma vasta gama de questões como a sustentabilidade, o combate à pesca ilegal, protecção do ecossistema marinho, etc. Em Angola, a estratégia de cooperação regional na pesca e aquicultura é sustentada pelos seus compromissos políticos na União Africana e na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), e a sua recente política de promoção da Cooperação Triangular Sul-Sul (SSTC). Além disso, Angola é membro de vários organismos regionais de pesca e organizações regionais

²¹ As cooperativas em Angola são reguladas pela Lei n.º 23/15 de 31 de Agosto de 2015 (*Lei das cooperativas*), que é aplicável a todas as cooperativas que operam no país, independentemente do seu objectivo socioeconómico (artigo 2.º), e define as cooperativas como pessoas colectivas independentes com capital e composição variáveis, funcionando com base no princípio do controlo democrático.

²² Com vista a reforçar o papel das cooperativas em resposta ao impacto da Covid-19, o governo de Angola, através de um decreto presidencial, adoptou um *Plano Integrado de Aceleração da Agricultura e Pesca Familiar 2020/2022 (Plano Integrado de Aceleração da Agricultura e Pesca Familiar 2020/2022)* a 4 de Setembro de 2020 (Decreto Presidencial n.º 227/20). O objectivo do plano é mitigar o impacto socioeconómico da Covid-19 e a dependência do petróleo, promover o crescimento económico sustentável e inclusivo, garantir a segurança alimentar e nutricional, aumentar a produção nacional, e promover investimentos em cadeias de valor.

de gestão da pesca que trabalham para assegurar uma exploração e utilização adequadas dos recursos aquáticos vivos partilhados.

3.5.1 União Africana e Cooperação Sul-Sul

A nível da União Africana, as duas políticas globais para o desenvolvimento nacional da pesca e da aquicultura são o Programa de Desenvolvimento Integral da Agricultura em África adoptado em 2003 e o Quadro Pan-Africano da Política das Pescas e Aquicultura (PAFPF) adoptado na Conferência dos Ministros Africanos das Pescas e Aquicultura em 2014. O PAFPF e a sua Estratégia de Reforma associada identificam sete objectivos políticos como críticos para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura em África:

- Reforçar a conservação e utilização sustentável dos recursos haliêuticos através do estabelecimento de governação subnacional e disposições institucionais para assegurar que a contribuição da sociedade gerada pelos sectores de África tem o maior impacto ao nível mais apropriado
- Desenvolver a pesca sustentável em pequena escala, melhorando e reforçando a contribuição da pesca de pequena escala para a redução da pobreza, segurança alimentar e nutricional, e benefícios socioeconómicos das comunidades pesqueiras e não só
- Realizar todo o potencial do sector aquícola para gerar riqueza e benefícios sociais e contribuir para o desenvolvimento da economia africana através do lançamento de estratégias de desenvolvimento sustentável lideradas pelo mercado
- Promover o comércio responsável e equitativo do peixe aproveitando significativamente os benefícios dos donativos da pesca e da aquicultura em África através da aceleração do comércio
- Reforçar a cooperação Sul-Sul (bilateral e regional) e o desenvolvimento de mecanismos coordenados entre comunidades económicas regionais, organismos regionais de pesca e grandes comissões baseadas no ecossistema marinho para assegurar a coerência das políticas de pesca e desenvolvimento da aquicultura e a sua adopção e adaptação
- Sensibilizar para o potencial e a importância do sector, com base nas tendências actuais e emergentes, desafios e necessidades, e reforço da capacidade dos governos e instituições para assegurar o desenvolvimento sustentável do sector
- Aumentar e consolidar a "voz africana" na governação e gestão da pesca em alto mar a fim de aumentar substancialmente para os estados membros os benefícios associados à exploração dos recursos do alto mar.

O PAFPF estabelece os princípios orientadores para a realização de reformas adequadas, enquanto a sua Estratégia de Reforma sugere passos de acção que poderiam ser aplicados no sector. A Estratégia de Reforma do PAFPF exige que os países se comprometam a reformar os seus sectores das pescas e da aquicultura através de acordos de desenvolvimento e exploração pesqueira e de aquicultura adequados, acompanhados por reformas fiscais que devem resultar na geração sustentável de benefícios a nível comunitário e na criação de riqueza ao longo de toda a cadeia de valor.

A SADC foi estabelecida em 1992 através de um tratado juridicamente vinculativo para substituir a Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral, estabelecida em 1980.²³ A missão da SADC é promover o crescimento sustentável e equitativo e o desenvolvimento socioeconómico através de sistemas eficientes e produtivos, cooperação e integração mais profundas, boa governação, e paz duradoura e a segurança.

Na área da pesca e aquicultura, os Chefes de Estado da SADC aprovaram o Protocolo de Pesca da SADC em 2001.²⁴ O protocolo apoia a utilização responsável e sustentável dos recursos aquáticos vivos e dos ecossistemas aquáticos de interesse para as partes estatais a fim de o fazer:

- Promover e melhorar a segurança alimentar e a saúde humana

²³ Ver o website da SADC em <https://www.sadc.int/about-sadc/> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

²⁴ O protocolo está disponível em [SADC_Protocol_on_Fisheries.pdf](#) (acedido em 12 de Setembro de 2021).

- Salvar o modo de vida das comunidades piscatórias
- Gerar oportunidades económicas para os habitantes da região
- Assegurar que as gerações futuras beneficiem destes recursos renováveis
- Aliviar a pobreza com o objectivo último da sua erradicação.

O protocolo é implementado através de uma estratégia aprovada em 2010 pelos ministros responsáveis pelo ambiente e recursos naturais, e consiste em cinco áreas de enfoque: aquicultura, gestão de recursos pesqueiros partilhados, combate à pesca IUU, pesca artesanal/artesanal, e comércio de peixe.

Em 2008, os ministros da SADC responsáveis pela pesca marítima assinaram uma Declaração de Compromisso de combate à pesca IUU que visa combater a pesca IUU:²⁵

- Melhorar a cooperação regional e interregional para erradicar a pesca IUU
- Reforçar a governação das pescas e os quadros legais para eliminar a pesca IUU
- Desenvolver um plano de acção regional em matéria de pesca IUU
- Reforçar a capacidade regional de controlo e vigilância da pesca.

O governo de Angola manifestou interesse em expandir e reforçar o CSTC na agricultura, pescas e aquicultura com vários países da SADC. Estes países incluem Moçambique (pesca artesanal e aquicultura), Zâmbia (cooperativas sustentáveis e lucrativas) e Zimbabué (mecanização adaptada à agricultura). Angola também manifestou interesse em cooperar com o Brasil na gestão do conhecimento e investigação Sul-Sul para uma agricultura familiar sustentável nos países lusófonos. Estão a ser exploradas oportunidades no âmbito das instalações SSTC do FIDA para mobilizar o conhecimento, especialização e recursos do Sul Global para acelerar a transformação rural e promover investimentos entre países em desenvolvimento.

3.5.2 Organismos regionais de pesca e organizações de gestão

Angola tem estado activamente envolvida numa vasta gama de acordos de cooperação regional para proteger o seu sector da pesca e da aquicultura. O ecossistema marinho de Angola é influenciado por duas correntes marinhas, a corrente de Angola vinda do norte e a corrente de Benguela vinda do sul (figura 3.2). Como tal, Angola partilha preocupações semelhantes sobre conservação e utilização dos recursos marinhos com os seus países marítimos vizinhos a norte e a sul. Consequentemente, Angola é um membro activo dos organismos regionais de pesca, como a Comissão para as Pescas do Atlântico Centro-Leste e a Conferência Ministerial sobre Cooperação Pesqueira entre Estados Africanos Limítrofes do Oceano Atlântico (ATLAFCO).²⁶ Angola é também um membro activo das organizações regionais de gestão das pescas, a Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (ICCAT), a BCC, e a Organização das Pescarias do Sudeste do Atlântico (SEAFO). Importa esclarecer que as decisões das organizações regionais de gestão das pescas são obrigatórias e devem ser implementadas pelos estados-membros, enquanto que os organismos regionais de pesca têm apenas um papel consultivo e as suas decisões não são vinculativas.

Criado em 2007, o BCC é constituído por Angola, Namíbia e África do Sul. Está mandatado para trabalhar no sentido de restaurar, manter e conservar a integridade do BCLME. O foco principal do BCLME é a gestão de recursos haliêuticos partilhados, monitorização ambiental, biodiversidade e saúde do ecossistema, mitigação da poluição, e minimização do impacto da extracção de diamantes marinhos e da extracção de petróleo e gás. O BCC comprometeu-se a implementar uma gestão baseada no ecossistema do ambiente marinho para abordar a utilização responsável dos seus recursos oceânicos e o desenvolvimento sustentável.

Para apoiar a gestão baseada no ecossistema, o BCC desenvolveu uma iniciativa para implementar o planeamento espacial marinho nos seus países membros. Um elemento-chave do processo é identificar uma rede de áreas marinhas

²⁵ A declaração está disponível em https://www.sadc.int/files/8314/7306/3262/SADC_Statement_of_Commitment_on_IUUU.pdf (acedido em 12 de Setembro de 2021).

²⁶ Ver o site da ATLAFCO em <http://www.atlafco.org/> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

ecológica ou biologicamente significativas que sejam importantes para os serviços por elas prestados e para o funcionamento saudável dos oceanos, e para os incluir em planos espaciais marinhos.

A SEAFO é uma organização regional de gestão das pescas responsável por assegurar a conservação a longo prazo e utilização sustentável dos recursos pesqueiros (excluindo as populações de peixes migradores) no alto mar do sudeste do Oceano Atlântico.²⁷ A sua Área de Convenção está situada na região do sudeste Atlântico, fora das ZEEs dos estados costeiros de Angola, Namíbia, África do Sul e do território ultramarino do Reino Unido de Santa Helena e suas dependências Tristão da Cunha e Ilha da Ascensão. Abrange uma área de cerca de 16 milhões de km².

A SEAFO foi criada em 1995 por preocupação de que certas populações de peixes transzonais de valor comercial exigissem uma melhor protecção para evitar que o seu potencial fosse comprometido devido a práticas de pesca insustentáveis no alto mar adjacente. Outros países/regionais membros/observadores da SEAFO são a UE, Islândia, Japão, Noruega, Polónia, República da Coreia, Federação Russa, Ucrânia e Estados Unidos, todos eles com uma história de pesca ou demonstraram um interesse real na pesca na área.

A ICCAT é uma organização pesqueira intergovernamental responsável pela conservação dos atuns e espécies afins no Oceano Atlântico e nos seus mares adjacentes²⁸. É responsável pela conservação de tunídeos e espécies afins no Oceano Atlântico e nos seus mares adjacentes. A ICCAT compila estatísticas de pesca dos seus membros e de todas as entidades que pescam estas espécies no Oceano Atlântico, coordena a investigação (incluindo a avaliação de unidades populacionais) em nome dos seus membros, e desenvolve medidas de gestão de base científica a serem discutidas, adoptadas e implementadas pelas as partes contratantes.

3.5.3 Pesca ilegal, não declarada e não regulamentada

Como foi dito anteriormente, Angola foi sujeita durante muitos anos durante a guerra civil e o período de reconstrução que se seguiu a práticas de pesca IUU por embarcações estrangeiras que tiraram partido das insuficientes capacidades de vigilância do país. Belhabib e Divovitch (2015) estimam que o total de capturas estrangeiras dentro das águas equivalentes da ZEE angolana foi em média de cerca de 250.000 toneladas/ano nos anos 2000. Cerca de 65 por cento das capturas industriais são espécies que também são capturadas pela pesca artesanal, pondo em perigo a subsistência e a segurança alimentar de uma grande parte das comunidades costeiras de Angola.

Em 2014, através do Decreto Presidencial No. 284/14, Angola adoptou um Plano Nacional de Acção para combater a pesca IUU. Angola é também signatária do Acordo da FAO sobre Medidas do Estado do Porto (PSMA), e ratificou o Acordo de Cumprimento da FAO em 2006. Até à data, Angola não foi incluída na lista amarela ou vermelha da UE para a pesca IUU. No Índice de Pesca IUU,²⁹ Angola está classificada em 52º lugar em 152 países do mundo, 18º lugar entre os 38 países em África, e 15º lugar nos 41 países do Atlântico Oriental, com uma pontuação global de 2,37/5. Tem uma pontuação elevada (4 a 5) em 12 critérios, mas necessita de melhorar significativamente em 17 critérios, nos quais obtém a pontuação mais baixa (1,0).

3.5.4 Medidas sanitárias e fitossanitárias

Em Angola, a base legal para a segurança dos peixes e mariscos é apresentada no Decreto 40/06 de 30 de Junho de 2006 intitulado Requisitos Gerais para a Segurança Alimentar dos Produtos da Pesca. Nomeia a Direcção Nacional de Infra-estruturas e Indústria como a autoridade competente para a inspecção de peixe e marisco destinados a mercados internacionais. É apoiada pelo Instituto Nacional da Indústria e Tecnologia, que realiza a inspecção oficial dos estabelecimentos de transformação para aprovação de exportação, verificando, pelo menos uma vez por ano, as infra-estruturas, condições de higiene, e aplicação de Boas Práticas de Fabrico e Planos de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controlo. Os navios congeladores são visitados após cada ciclo de pesca (60 a 80 dias). Se necessário, são recolhidas amostras de produtos para cada remessa e submetidas a testes químicos e microbiológicos antes da emissão de certificados sanitários. Reksten et al. (2020) analisaram o valor nutricional e a contaminação por metais pesados (cádmio, mercúrio e chumbo) das principais espécies de peixe capturadas e consumidas em Angola e constataram que eram altamente nutritivas e muito seguras em relação aos resíduos de metais pesados, em conformidade com o *Codex Alimentarius* e as normas internacionais dos principais países importadores de peixe.

²⁷ Ver o website da SEAFO em <http://www.seafo.org/> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

²⁸ Ver o website da ICCAT em <https://www.iccat.int/en/> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

²⁹ O índice está disponível em <https://iuufishingindex.net/profile/angola> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

Como já foi referido, Angola exporta peixe e marisco para vários países da Europa, África e Ásia. Estes diferentes países têm requisitos diferentes para a segurança e qualidade do peixe e marisco, com alguns países a realizarem uma avaliação no país do sistema de inspecção do país que pretende exportar, a fim de avaliar as suas medidas sanitárias e sistema de segurança alimentar (Ryder et al., 2014). Este é o caso da UE, que exige uma auditoria dos sistemas de segurança alimentar no país antes de autorizar as importações desse país e de enumerar os estabelecimentos a partir dos quais as importações de peixe são autorizadas.

Neste contexto, Angola foi sujeita a três auditorias oficiais pelo Serviço Alimentar e Veterinário da UE, em 2002, 2003 e 2007.³⁰ As auditorias avaliaram o sistema legal de segurança do peixe e marisco e o seu desempenho e procedimentos (estabelecimentos de licenciamento, amostragem e análise, laboratórios, capacidades técnicas dos serviços de inspecção, etc.). Relativamente às inspecções fronteiriças, o Sistema de Alerta Rápido da UE para Alimentos e Alimentos para Animais comunicou 19 notificações para Angola entre 2000 e 2019, com 18 notificações causadas por níveis inaceitavelmente elevados de sulfitos em crustáceos congelados.³¹

Angola ainda está acreditada para exportação para a UE, uma vez que o seu registo de segurança alimentar é considerado aceitável dado que a maioria dos produtos exportados são congelados a bordo com pouca ou nenhuma adição de valor em terra. Contudo, tal como acontece com muitos países africanos, Angola não pode exportar as suas pescarias para cadeias de supermercados ou hotéis de topo de gama devido aos seus elevados requisitos de segurança e qualidade alimentar e normas privadas relacionadas. A promoção do processamento em terra e da adição de valor exigiria o reforço das actuais medidas e infra-estruturas SPS para satisfazer os requisitos dos mercados internacionais. Programas de vigilância para avaliar e prevenir

A poluição biológica e química das zonas de pesca deve ser desenvolvida e implementada. O pessoal da Direcção Nacional de Infra-estruturas e Indústria necessita de formação sobre como inspecionar e certificar operações, práticas e produtos de processamento. As iniciativas de processamento em terra e de adição de valor acima mencionadas, programas de vigilância, e iniciativas para satisfazer requisitos elevados de segurança e qualidade alimentar, bem como normas privadas, exigiriam também investimento, desenvolvimento de capacidades e apoio institucional para satisfazer as normas sociais e ambientais privadas necessárias para o acesso nos principais mercados no estrangeiro.

3.6 Aproveitar os recursos aquáticos de Angola para promover a diversificação económica e a transformação estrutural: oportunidades e desafios

Angola tem feito progressos significativos nas reformas económicas e políticas desde o fim da guerra civil em 2002. No entanto, o país continua a enfrentar grandes desafios de desenvolvimento devido à sua elevada dependência do petróleo e obstáculos estruturais à diversificação económica.

As prioridades para uma futura estratégia de desenvolvimento, incluindo no contexto do plano de recuperação COVID-19, são mudar o foco e a dependência da economia em relação ao petróleo, reconstruir infra-estruturas e melhorar a capacidade e governação institucional, os sistemas de gestão financeira pública, o capital humano, e as condições de vida da população. Numa altura de desafios sociais urgentes, e particularmente quando o número de jovens desempregados está a crescer, é mais crítico do que nunca aproveitar o crescimento económico para um desenvolvimento sustentável e inclusivo, identificando potenciais sectores de crescimento ou actividades económicas. São necessários esforços colectivos a nível nacional, regional e internacional para criar um ambiente que seja favorável e apoie a Visão 2025 de Angola (Visão 2025), que visa alcançar quatro objectivos abrangentes:

- Promover e acelerar o crescimento e a competitividade através da diversificação económica
- Reduzir a pobreza através do desenvolvimento do capital humano e de intervenções específicas, especificamente a criação de emprego no sector privado

³⁰ As auditorias estão disponíveis em https://ec.europa.eu/food/audits-analysis/audit_reports/index.cfm (acedido em 12 de Setembro de 2021).

³¹ Ver o portal do Sistema de Alerta Rápido para Alimentos para Consumo Humano e Animal da Comissão Europeia em <https://webgate.ec.europa.eu/rasff-window/portal/?event=searchResultList> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

- Promover o crescimento equilibrado e o desenvolvimento harmonizado juntamente com a protecção dos recursos naturais
- Instaurar um governo eficiente e responsável, com ênfase no reforço institucional e desenvolvimento de capacidades dos recursos humanos.

3.6.1 Oportunidades para desenvolver o sector da pesca e da aquicultura

Instituições financeiras tais como o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), organizações internacionais de desenvolvimento (FAO, IFAD, CNUCED), e outros parceiros de desenvolvimento (incluindo a UE, Estados Unidos, China, Rússia, Japão, República da Coreia e Espanha) têm demonstrado um grande interesse em ajudar Angola a reestruturar a sua economia e reformar as suas políticas fiscais, comerciais e de investimento. A actividade dos doadores em Angola mudou nos últimos anos para uma maior presença em áreas transversais como o ambiente, descentralização, desenvolvimento do sector privado, e integração regional. O foco está também na saúde, agricultura/desenvolvimento rural, água, infra-estruturas, sociedade civil, investigação pesqueira, agro-indústria e cadeias de valor. O Documento de Estratégia do BAD para Angola de 2018 visa a diversificação económica e o crescimento através do sector privado não petrolífero, bem como a criação de emprego e a promoção da redução da pobreza. O Documento de Estratégia Nacional articula o envolvimento do BAD em dois pilares: estímulo à competitividade da economia e apoio ao desenvolvimento de infra-estruturas.

Em áreas relacionadas com comércio, investimento e tecnologia, a CNUCED tem ajudado Angola a desenvolver um Quadro de Política Comercial (CNUCED 2016c) e realizar uma Revisão da Política de Investimento (CNUCED 2020), Revisão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNUCED 2008a), e Revisão das Exportações Nacionais Ecológicas (CNUCED 2018a). Além disso, a CNUCED tem prestado apoio a Angola noutras áreas diversas, tais como a perspectiva de género na liberalização do comércio (CNUCED 2013), formação para o comércio,³² e desenvolvimento de capacidades no sector das pescas e da aquicultura,³³ bem como na agricultura e silvicultura (café, mel, madeira) (CNUCED 2018b).

Todos os parceiros de desenvolvimento de Angola concordam que a pesca e a aquicultura têm um potencial real para melhorar a competitividade do país nos mercados internacionais, promover a criação de valor acrescentado, criar empregos e aumentar as exportações de peixe e marisco de alto valor para mercados internacionais lucrativos. Angola também recebe dos seus parceiros assistência oficial ao desenvolvimento dirigida ao sector das pescas. Por exemplo, de acordo com a base de dados do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para o Desenvolvimento Económico e Cooperação (OCDE-CAD),³⁴ Angola recebeu 4,75 milhões de dólares do Fundo do BAD para um Projecto de Apoio às Pescas em 2019, bem como financiamento adicional da Noruega como parte do seu acordo bilateral sobre o sector das pescas. Este apoio é extremamente importante para o desenvolvimento do sector, que muitas vezes permanece subfinanciado, impedindo o seu significado socioeconómico. No entanto, o sector das pescas e da aquicultura é potencialmente importante para a realização da agenda de Angola em matéria de diversificação económica e transformação estrutural. Uma análise dos pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças (SWOT) do sector (quadro 3.4) confirma este potencial e identifica as medidas políticas necessárias para desbloquear constrangimentos vinculativos, aproveitar o potencial de exportação de peixe, e reforçar o papel que o sector pode desempenhar na segurança alimentar e nutricional nacional e no alívio da pobreza. Isto exigirá políticas inovadoras que equilibrem objectivos sociais, económicos e ambientais, com base na política nacional para o desenvolvimento económico, e que estejam estrategicamente alinhadas com a SDA 2030 e o Quadro Político da União Africana para as Pescas e Aquicultura (Estratégia Regional PAFPF). Tanto a SDA como o enquadramento orientam os esforços internacionais e regionais para promover a utilização sustentável e a conservação dos recursos biológicos aquáticos.

Quadro 3.4 Análise dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças da pesca marítima em Angola

Pontos fortes	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Litoral longo e rico e Zona Económica Exclusiva 	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada procura internacional de peixe e marisco

³² Programa Conjunto UE-CNUCED para Angola: Comboio para o Comércio I, disponível em <https://CNUCED.org/project/eu-CNUCED-joint-programme-angola-train-trade-ii> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

³³ CNUCED, "Centres of Excellence in the African and Asian regions", disponível em <https://CNUCED.org/topic/vulnerable-economies/least-developed-countries/centers-of-excellence> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

³⁴ Ver OECD, "DRC and CRS code lists," disponível em <https://www.oecd.org/dac/financiamento-desenvolvimento-sustentável/desenvolvimento-normas-financeiras/dacandescodistas.htm> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

- Quadro conducente à governação e gestão das pescas
- Potencial para processamento de peixe marinho e adição de valor
- Boa colaboração e trabalho em rede a nível regional e internacional
- Boas relações comerciais e redes com os principais importadores na Europa e na Ásia
- Reconhecimento da autoridade sanitária e fitossanitária competente pelo Serviço Alimentar e Veterinário da União Europeia
- Importante investimento recente em investigação, formação, infra-estruturas e capacidades sanitárias e fitossanitárias
- Elevado interesse de investidores nacionais e estrangeiros na pesca marítima em Angola
- Oportunidades reais de adição de valor competitivo em Angola antes da exportação
- Disponibilidade de mão-de-obra, em particular mão-de-obra feminina para processamento de peixe e marisco após a captura
- Oportunidades reais para reduzir as perdas pós-captura na pesca artesanal

Pontos fracos	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Forte dependência das exportações de produtos primários • Deficientes infra-estruturas de desembarque e manuseamento pós-captura • Burocracia demorada e complexa • Falta/insuficiência de trabalhadores e gestores qualificados • Falta de cadeia de valor de peixe e marisco, de oportunidades de investimento e de estudos de mercado 	<ul style="list-style-type: none"> • Corrupção e burocracia • Sobrepesca e gestão deficiente da pesca • Elevada rotação do pessoal nas instituições decisórias do país

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como já se estima que Angola se encontra nos seus limites de produção sustentável para a pesca marinha, os esforços para aproveitar o potencial do sector das pescas para a transformação socioeconómica do país devem concentrar-se no desenvolvimento do subsector da aquicultura, aumentando o valor acrescentado e satisfazendo os requisitos de exportação. Angola deve também controlar a pesca IUU e gerir eficazmente as actividades de pesca à escala industrial, particularmente através de acordos de licença de pesca que permitam às frotas pesqueiras internacionais um acesso sem restrições às suas capturas naturais.³⁵ Angola e outros países menos avançados com recursos pesqueiros significativos devem esforçar-se por negociar acordos de licença de pesca que sejam ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis para as necessidades de desenvolvimento dos seus respectivos países.

Angola pode aprender com a experiência de países africanos (quadro 3.5) como a Maurícia, Gana, Senegal e Namíbia, e fora de África, como o Chile e o Vietname, que desenvolveram o seu potencial de agregação de valor e criação de emprego através de um melhor processamento e exportação de peixe e marisco de alto valor. Os dados apresentados no quadro 3.5 mostram que os volumes de produção nos países africanos com ecossistemas aquáticos semelhantes a Angola se situavam entre 400.000 e 480.000 toneladas em 2018 (excepto para a África do Sul, que produziu cerca de 619.000 toneladas). Mas os dados também mostram diferenças importantes nos volumes e valores de exportação, com uma relação valor/tonelada que varia entre US\$1.600 para Angola, US\$2.834 para o Gana, US\$1.916 para a Namíbia, US\$1.938 para o Senegal, US\$3.700 para a África do Sul e US\$3.925 para a República Unida da Tanzânia.

³⁵ De acordo com a FAO, em 2018, 70% do total admissível de capturas e 80% das capturas de camarão provinham de actividades de pesca industrial e semi-industrial, através de acordos de licença de pesca assinados entre Angola e países e/ou regiões detentores de frotas de pesca transfronteiriças internacionais.

Algumas destas diferenças reflectem diferenças nas espécies do cabaz de exportação de cada país, particularmente para a República Unida da Tanzânia. Contudo, as diferenças nos volumes de exportação e nos rácios valor/tonelada indicam uma adição significativa do valor de processamento no Senegal e na Namíbia em comparação com Angola, reflectindo maiores oportunidades de emprego em terra. Ao mesmo tempo, estes países garantem a disponibilidade de peixe para consumo doméstico e a segurança alimentar nacional. De facto, o Gana e o Senegal têm a maior oferta de peixe doméstico em África, com 26,3 e 23,9 kg/per capita em 2018, respectivamente, acima da média mundial de 20,4 kg/per capita e da média da África Subsaariana de 8,8 kg/per capita.

Quadro 3.5 Produção e comércio de peixe e marisco de países africanos seleccionados, 2010-2018

País		2010	2015	2016	2017
Angola	Produção em toneladas	310 310	496 104	487 145	532 914
	Exportações em toneladas	12 035	24 723	70 971	45 305
	Exportações em milhares de USD	44 764	74 159	98 739	69 597
	Importações em toneladas	65 573	171 880	92 400	114 790
	Importações em milhares de USD	124 092	236 096	139 266	217 060
Gana	Produção (toneladas)	358 289	392 231	385 115	438 506
	Exportações em toneladas	24 536	34 148	43 342	69 241
	Exportações em milhares de USD	64 392	107 260	133 152	209 776
	Importações em toneladas	216 702	299 753	370 794	361 309
	Importações em milhares de USD	146 384	257 222	323 623	278 177
Namíbia	Produção em toneladas	430 401	547 546	537 508	512 703
	Exportações em toneladas	327 775	433 338	404 151	468 198
	Exportações em milhares de USD	783 413	620 159	643 843	747 738
	Importações em toneladas	31 948	24 441	27 150	26 793
	Importações em milhares de USD	51 604	41 524	59 227	48 909
Senegal	Produção em toneladas	409 795	426 650	476 241	535 879
	Exportações em toneladas	99 688	208 866	221 295	239 055
	Exportações em milhares de USD	240 235	352 903	377 692	408 330
	Importações em toneladas	6 614	19 384	18 631	31 109
	Importações em milhares de USD	5 800	20 039	22 552	36 929
África do Sul	Produção em toneladas	693 071	638 680	668 137	600 301
	Exportações em toneladas	179 803	154 993	205 840	182 775
	Exportações em milhares de USD	567 178	518 708	624 126	601 300
	Importações em toneladas	99 330	1648 95	193 079	214 601
	Importações em milhares de USD	243 644	325 655	364 274	427 851
R. U. Tanzânia	Produção em toneladas	359 331	387 486	384 994	409 918
	Exportações em toneladas	54 881	45 968	44 469	48 779
	Exportações em milhares de USD	154 121	161 718	142 622	187 368
	Importações em toneladas	5 946	19 644	25 033	17 302
	Importações em milhares de USD	4 607	17 337	21 780	14 608

Fonte: FAO (2020a).

A recente introdução de investimentos políticos e apoio técnico pelos parceiros de desenvolvimento para melhorar a investigação, gestão, infra-estruturas, processamento e controlo de qualidade da pesca em Angola são muito encorajadores. O BAD (2018) está a apoiar os esforços de Angola para organizar e modernizar a frota de pesca artesanal, semi-industrial e industrial e o processamento do pescado através de investimentos em infra-estruturas pesqueiras e gestão sustentável do recurso. Da mesma forma, o FIDA está a ajudar Angola no desenvolvimento da pesca interior e da aquicultura artesanal em água doce.

3.6.2 Projectos em curso na pesca e aquicultura

Em 2020, Angola adquiriu um navio de investigação com 74 metros de comprimento (o Baia Farta) por um custo de 80 milhões de dólares e inaugurou o Instituto Politécnico das Pescas (CEFOPECAS) de Angola, financiado pela Espanha, a um custo de 98 milhões de euros. O navio de investigação tem capacidades para operar ao longo de toda a costa marítima angolana. O CEFOPECAS está instalado numa área de cinco hectares e tem a capacidade de acomodar até 1.800 estudantes. Formará pessoal de nível médio como mestres pescadores costeiros e técnicos de máquinas e como especialistas em motores marítimos, instalações navais, aquicultura, tecnologia pesqueira, biologia marinha e recursos pesqueiros. Irá também leccionar cursos básicos para pescadores e pescadoras, conhecimentos de contramestre, e competências em electricidade naval, refrigeração e armazenagem frigorífica, processamento, manuseamento e conservação de peixe.

Outras actividades importantes empreendidas por Angola nos últimos dois anos incluem a organização da terceira edição da Feira Internacional da Pesca e Aquicultura em 2019, realizando o primeiro censo após a independência para recolher indicadores essenciais sobre agricultura, pecuária e pesca, criando a Agência Nacional de Observadores da Pesca, e assinatura do alvará que estabelece o Centro Regional de Coordenação do Controlo de Vigilância das Pescas da SADC em Maputo, Moçambique.

Capítulo 4

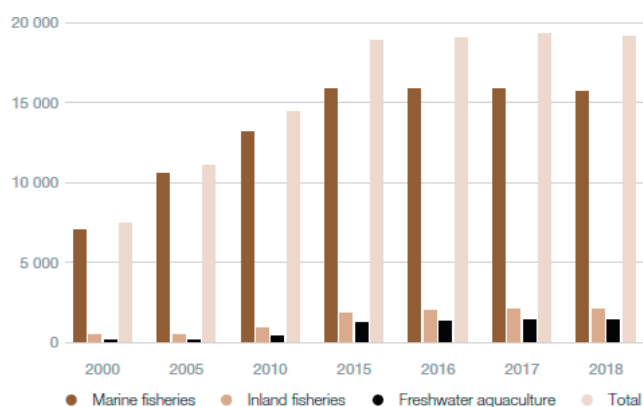
O SECTOR DAS PESCAS E DA AQUICULTURA NO HAITI: OPORTUNIDADES E DESAFIOS

4.1 O sector da pesca e da aquicultura no Haiti numa perspectiva histórica

A República do Haiti é uma ilha rodeada pelo Mar das Caraíbas a sul e a oeste, pelo Oceano Atlântico a norte, e República Dominicana a leste. Faz parte das Grandes Antilhas, que também incluem Cuba, Jamaica, Porto Rico e República Dominicana. O Haiti tem uma área de 27.750 km², com uma Zona Económica Exclusiva de cerca de 112.025 km² e uma linha costeira de quase 1.700 km, oferecendo um ecossistema marinho diversificado. Rios e lagos cobrem cerca de 22.000 hectares no Haiti e oferecem possibilidades de pesca interior e de aquicultura. Consequentemente, a pesca tem sido sempre uma importante fonte de alimento e nutrição, emprego e benefícios económicos no Haiti. A aquicultura de água doce tem vindo a ganhar um interesse constante ao longo dos anos. Várias explorações de aquicultura marinha têm estado em funcionamento, mas o potencial, locais e espécies não são totalmente conhecidos.

O Haiti é o único PMA do Hemisfério Ocidental, com um RNB per capita de 797 dólares. Em 2019, o Haiti classificou-se em 169º lugar entre 189 países no Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (Banco Mundial, 2020b). O Haiti é altamente vulnerável a riscos naturais, tais como furacões, inundações e terremotos, aos quais a maior parte da população está exposta.³⁶

Figura 4.1 Produção de peixe no Haiti, 2000-2018 (toneladas)



Fonte: FAO (2020a).

Por exemplo, o devastador terremoto de 2010 matou mais de 250.000 pessoas e feriu outras tantas, deslocou mais de 1,5 milhões de pessoas, e causou danos estimados em 14 mil milhões de dólares (Cavallo et al., 2010). O furacão Matthew, que atingiu o país em 2016, causou perdas e danos estimados em mais de 32% do PIB e atrasou significativamente os esforços de reconstrução empreendidos após o terremoto de 2010. O país foi novamente atingido por um terremoto devastador em 2021.

Espera-se que as alterações climáticas aumentem a frequência, intensidade e impactos de eventos climáticos extremos no país. Tal como acontece com todas as economias fracas e vulneráveis, o Haiti foi severamente afectado pela crise económica global de 2008-2009 e sofreu significativamente com as consequências da crise pandémica da COVID-19.

Em termos de governação política, o Haiti também tem, infelizmente, passado por uma contínua instabilidade política e dificuldades relacionadas com a governação. Por vezes, isto levou a uma total ruptura política e instabilidade, exigindo o destacamento de uma missão de manutenção da paz da ONU de 2004 a 2017. Para piorar a situação, o Haiti tem sofrido algumas das mais graves catástrofes naturais, incluindo, conforme acima referido, terremotos devastadores em 2010 e 2021, um surto de cólera em 2010-2011 e um furacão grave em 2016. A extrema pobreza da maioria dos haitianos que lutam pela sobrevivência em meio a agitação política e catástrofes naturais levou também a uma grave degradação

³⁶ ACAPS, "Haiti," disponível em <https://www.acaps.org/country/haiti/crisis/complex-crisis> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

ambiental, desde a desflorestação à destruição de mangais, à sobrepesca e à poluição marinha. A desflorestação no Haiti provocou graves deslizamentos de terras e deposição de sedimentos no ambiente aquático, impactando negativamente os recursos aquáticos vivos, recifes de coral e produção de algas (CRFM, 2010; Starbuck e Uiterwik, 2016).

Consequentemente, o Haiti depende há décadas da assistência de instituições internacionais e regionais, ONG, fundações filantrópicas e organizações eclesiais para construir a paz, a estabilidade política, o desenvolvimento económico e social, e para a restauração e conservação ambiental. Para enfrentar a complexa tarefa de gerir o grande número de actores no domínio do desenvolvimento, o governo do Haiti atribuiu ao Ministério da Coordenação e Cooperação Externa (MCFC) a responsabilidade de coordenar a ajuda internacional e alinhá-la com as políticas e prioridades nacionais. Isto deveria ser alcançado no quadro do plano nacional de coordenação da ajuda externa e assistência ao desenvolvimento, desenvolvida em 2010 e actualizada de três em três anos num plano de investimento acordado por todas as partes interessadas (Lahens, 2014).

Quadro 4.1 Produção de peixe no Haiti, 2000-2018 (toneladas)

	2000	2005	2010	2015	2016	2017	2018
Pesca marítima	6 990	10 610	13 210	15 910	15 910	15 910	15 750
Pesca interior	432	432	860	1 820	1 890	2 000	2 000
Total pescas	7 422	11 042	14 070	17 730	17 800	17 910	17 750
Aquicultura de água doce	12	32	360	1 220	1 290	1 400	1 400
Produção total	7 434	11 074	14 430	18 950	19 090	19 310	19 150

Fonte: FAO (2020a).

Estes são os contextos socioeconómicos e políticos em que o sector das pescas e da aquicultura é considerado de importância altamente estratégica pelo governo e pelas instituições internacionais de desenvolvimento para combater a pobreza, eliminar a insegurança alimentar e nutricional, criar oportunidades de emprego e promover a exportação, bem como a diversificação económica. Segundo a FAO (2020a), a produção total de peixe foi estimada em 19.150 toneladas em 2018, na sua maioria provenientes da pesca marítima (15.750 toneladas), para além de 2.000 toneladas da pesca interior e 1.400 toneladas da aquicultura (figura 4.1, quadro 4.1). Como acima referido, a pesca marinha artesanal representa mais de 82 por cento da produção total de peixe. A introdução de barcos motorizados e dispositivos de agregação de peixe (DAP) para a pesca ao largo durante as últimas décadas levou a importantes aumentos nas capturas marinhas.

A plataforma continental à volta do Haiti é relativamente estreita e facilmente acessível a quem pesca. A sua largura não excede um quilómetro da costa em muitos locais da linha costeira. Consequentemente, os recursos pesqueiros demersais costeiros são limitados, e os recursos pelágicos só estão presentes sazonalmente, com capturas limitadas e incertas. Ao mesmo tempo, mais de 52.000 haitianos ganham a vida com a pesca marinha na plataforma continental de fácil acesso. A pesca interior e a aquicultura empregam mais 1.500 pessoas, e mais 60.000 são empregados em actividades de apoio à pesca e à aquicultura (FAO, 2020b; MANRRD, 2010a). A maior parte da produção (98,5 por cento), complementada por importações significativas de peixe, destina-se ao consumo interno, estimado em 5,3 kg/per capita em 2018. Embora esta quantidade de consumo represente apenas 20 por cento da média mundial de 20,4 kg/per capita/ano, o peixe continua a ser a principal fonte de proteínas animais na maioria das zonas costeiras do Haiti, onde pode atingir mais de 50 por cento.

As exportações de peixe foram estimadas em 2018 em 269 toneladas, avaliadas em 10,6 milhões de dólares, e as importações representaram 25.340 toneladas, avaliadas em 54 milhões de dólares. As exportações de pescado para os Estados Unidos e Europa foram proibidas desde 2004, devido ao não cumprimento das medidas sanitárias. Consequentemente, as exportações são na sua maioria informais e dirigidas principalmente para a República Dominicana vizinha, com um pico de 486 toneladas em 2015. Considerando que as importações são constituídas exclusivamente por peixe pelágico e uma pequena quantidade (menos de 0,5 por cento) de crustáceos, as exportações são constituídas principalmente por peixe de alto valor, crustáceos, moluscos e moluscos.

Tal como muitos PEID, PMA e países das Caraíbas, a pesca e a aquicultura no Haiti apresentam oportunidades reais para apoiar a segurança alimentar e nutricional nacional e melhorar o emprego e a exportação de peixe e marisco de alto valor para mercados lucrativos. De facto, é reconhecido o potencial do Haiti para substituir as importações através do desenvolvimento da aquicultura e a redução das perdas pós-captura, criando valor e oportunidades de emprego. Ao mesmo tempo, o Haiti poderia melhorar as suas exportações de espécies de alto valor para mercados próximos, em particular as estâncias turísticas das Caraíbas e os Estados Unidos. Isto exigiria uma melhoria do sistema de governação e gestão da pesca e da aquicultura, infra-estruturas adequadas, desenvolvimento de capacidades de captura, manuseamento e processamento de peixe com padrões elevados, e criação das instalações sanitárias necessárias para satisfazer os requisitos de acesso ao mercado em mercados lucrativos, particularmente o MNP para peixe e produtos da pesca.

4.2 Visão geral do sector da pesca e da aquicultura no Haiti

4.2.1 Recursos marinhos

Infelizmente, o Haiti é um dos poucos países onde a informação fiável sobre os recursos haliêuticos e os recursos haliêuticos não está disponível, em grande parte devido à limitada capacidade de investigação e à falta de dados sobre desembarques e actividades de pesca. Isto é agravado pelo facto de, na prática, haver um acesso aberto à pesca marinha no Haiti. O Caribbean Research Fisheries Mechanism (CRFM, 2018) apresenta regularmente os dados disponíveis sobre os recursos haliêuticos de interesses comerciais partilhados pelos países que exploram o Mar das Caraíbas. Da mesma forma, a Comissão de Pescas do Atlântico Centro-Oeste (WECAFC) informa regularmente sobre o estado dos conhecimentos científicos relativos aos recursos haliêuticos explorados pelos seus membros (FAO, 2017). As capturas de grandes espécies pelágicas no Atlântico são oficialmente controladas pela ICCAT. As espécies marinhas são também exploradas nas florestas de mangais, onde se capturam principalmente caranguejos, camarões, peixes e mariscos (Ramdeen et al., 2012).

Com base nos relatórios disponíveis, observações de campo e levantamentos ad hoc, o potencial dos recursos pesqueiros marinhos no Haiti pode ser estimado em 25.000 toneladas por ano. A maioria dos recursos demersais da plataforma continental são total ou excessivamente explorados, devido à natureza de acesso aberto da pesca marinha, que representam o último recurso para muitos haitianos ganharem o seu sustento. A sobrepesca destes recursos é susceptível de continuar, com possibilidades limitadas de manter os actuais níveis de produção na ausência de medidas de gestão para reduzir a sobrepesca e proteger os juvenis e as zonas e estações de desova.

Grandes recursos pelágicos ocorrem sazonalmente a poucos quilómetros da costa, onde têm sido cada vez mais explorados utilizando DADs. Os pequenos recursos pelágicos costeiros têm sido referidos em vários relatórios, mas os peritos consideram improvável que estes representem um recurso considerável que possa apoiar uma pesca comercial orientada (Roest, 2002; JICA, 2011). Outros estudos especiais dirigidos a pescarias específicas têm sido conduzidos esporadicamente. As empresas de pesca nas Caraíbas financiaram um estudo em 2001 para estudar o potencial da apanha do pepino do mar na costa haitiana. O estudo, realizado por cientistas cubanos, estimou uma possível apanha de cerca de 7.200 toneladas de pepinos do mar das nove regiões pesqueiras do Haiti (CRFM, 2010). Espécies de peixes ornamentais têm sido capturadas há décadas, em águas frescas e salobras, por estabelecimentos privados principalmente nos departamentos do Nordeste e da Grande Anse.

4.2.2 Zonas, frota e técnicas de pesca

A pesca é praticada ao longo das costas do Haiti para consumo pessoal, fins comerciais ou recreativos. A pesca tem lugar em mais de 420 comunidades piscatórias costeiras, espalhadas por cerca de 42 aldeias piscatórias em 16 sub-regiões de pesca, mas principalmente nas águas próximas da costa dos departamentos Oeste, Grande Anse e Sudeste (Felix, 2012; MPCE, 2015). Em média, uma comunidade piscatória é composta por 126 pescadores e pescadoras com uma gama de 66 no sudoeste a 500 no nordeste.

A pesca marítima no Haiti é maioritariamente artesanal, utilizando mais de 26.000 barcos, dos quais apenas 1.200 são movidos a motor. A maioria (60 por cento) são canoas de madeira escavadas com 3,3 a 4 metros de comprimento ou dories de madeira de fundo plano (30 por cento) que variam em comprimento de 3,3 a 5 metros e são todas alimentadas quer por remo ou vela. Barcos a remos e barcos de fibra de vidro (15 por cento) operam desde 2004, começando na

Região Sudeste. Estão equipados com motores fora de borda de 15-25 cavalos de potência, com comprimentos até 6 metros, e operado por 3.000 a 5.000 pescadores e pescadoras (MANRRD, 2010a).

Os pescadores do Haiti utilizam mais de 20 tipos diferentes de artes de pesca, e muitos pescam a pé directamente na costa. Os pescadores e pescadoras artesanais utilizam anzóis, linhas, armadilhas de bambu, e lanças de pesca rudimentares. As armadilhas são utilizadas para apanhar lagostas e conchas-rainha, que também são apanhados à mão por mergulhadores que utilizam armas de arpões que também têm como alvo os tubarões. As linhas de pesca são utilizadas para a captura de várias espécies pelágicas como a dourada, o atum e o wahoo. A pesca com redes utiliza redes de emalhar ou tresmalhos que capturam peixe moído, e redes envolventes-de arrasto de praia para capturar principalmente sardinha, tainha e caranguejo. As redes de emalhar fixas são colocadas à noite e deixadas nesse local durante 12 a 18 horas antes de serem rebocadas para a praia. As redes de arrasto feitas de linha de nylon torcido são também normalmente utilizadas. Os pescadores e pescadoras artesanais colocam os palangres pelágicos a 20 a 50 metros de profundidade e cada pescador utiliza 10 linhas de cada vez. Os palangres colocados na plataforma/depósito têm 10 a 18 anzóis que são colocados a um metro de distância por aproximadamente 200 metros de comprimento. Estas linhas são ancoradas no fundo do mar por pedras ou deixadas à deriva. São utilizadas para capturar valiosos pelágicos costeiros. A pesca com anzóis e linhas é também por vezes feita através da imersão de uma lâmpada de 25 a 30 watts na água para atrair os peixes quando não há lua.

Desde 2004, a introdução de motores fora de bordo e DAP tem permitido aos pescadores e pescadoras ir ao largo e capturar espécies demersais e migratórias. Os DAP são plataformas flutuantes ancoradas ao largo para atrair pequenos peixes, que por sua vez servem de isco para grandes peixes, tornando a localização e captura dos peixes mais eficiente. Durante as últimas três décadas, tem havido um rápido desenvolvimento da pesca artesanal de DAP em pequena escala nalguns estados das Caraíbas, incluindo o Haiti. Valles (2016) pesquisou viagens de pesca com DAP em localidades ao longo de 610 km de costa no sul do Haiti – uma área com cerca de 21.700 pescadores e pescadoras. Valles refere um total de 21 DAP a serem utilizados em vários locais por cerca de 10 por cento da população pesqueira (e embarcações de pesca). A maioria das embarcações de pesca eram pequenas (até sete metros de comprimento) e equipadas com pequenos motores fora de borda (15 cavalos de potência). As principais técnicas de pesca eram linhas de pesca à deriva com isco vivo e corrico. As principais espécies desembarcadas foram atum albacora, marlim azul, atum preto e golfinho, com desembarques importantes (todas as espécies combinadas) nalgumas localidades (mais de 13,6 toneladas por ano). Os sistemas de recolha de dados do DAP eram fracos, excepto nos casos em que as pescas eram apoiadas por ajuda externa.

Globalmente, a pesca do DAP no sul do Haiti contribui para a segurança alimentar e ajuda a apoiar a subsistência dos que pescam. Contudo, há uma necessidade urgente de desenvolver planos nacionais de gestão da pesca e melhorar os sistemas de monitorização da pesca para assegurar uma pesca DAP rentável e biologicamente sustentável e facilitar a integração do Haiti nas principais organizações regionais de gestão da pesca. Em 2019, cerca de 120 DAP estavam em actividade nas Caraíbas ao largo das costas do Haiti (Schwartz, 2019). Consequentemente, as capturas de peixe marinho mais do que duplicaram desde 2005, atingindo 15.170 toneladas em 2018 (quadro 4.1 e figura 4.1). Enquanto que a pesca artesanal é feita principalmente por uma empresa autónoma ou unipessoal que envolve uma a três pessoas, a pesca ao largo é organizada em torno da associação de três a cinco homens que utilizam o barco, o motor e as artes de pesca de propriedade da associação ou subsidiados para capturar peixe do DAP de propriedade da associação. A pesca com recurso a rede envolvente-arrastante requer esforço de equipa. A operação de pesca envolve uma equipa de 8 a 30 homens, coordenada por um capitão. Requer investimentos importantes num peixe-galo e numa rede de cerco (propriedade do investidor ou da associação), vigilância para a procura de cardumes de peixes, calendarização para levar a equipa, barcos e rede de cerco para a água antes da fuga dos peixes, e coordenação para colocar a rede de cerco na água, cercar os peixes, e depois arrastá-los para a costa ou para o barco.

No Haiti, a pesca interior é praticada em mais de 22.700 hectares de lagos e rios, com importantes impactos sociais e económicos na segurança alimentar das comunidades rurais. Essa pesca é responsável por mais de 10% da produção nacional de peixe e proporciona emprego a cerca de 1.000 pescadores e pescadoras. Em 1951, um projecto de cinco anos apoiado pela FAO introduziu a carpa comum do Alabama nos Estados Unidos e da tilápia da Jamaica para os rios, lagos e canais de irrigação do Haiti. Esse projecto foi revitalizado em 1990 nos principais lagos do Haiti, em particular Azuei, Peligre e Miragoane, e em mais de 30 pequenos rios e barragens no Artibonite no Centro e Nordeste do país. De 1997 a 1999, foram realizadas oito operações de povoamento de peixe no grande lago de Azuei (11.700 hectares), num total de 400.000 pequenos peixes. Infelizmente, estas operações foram interrompidas após 2002, reduzindo a produção do lago para metade.

Após tentativas iniciais nas décadas de 1950 e 1960, a piscicultura no Haiti definiu na década de 1970 e em todos os anos, e praticamente desapareceu até ao início dos anos 2000, quando se verificou um ressurgimento através de projectos implementados pela FAO/PNUD, grupos religiosos, ONGs e organizações intergovernamentais (MANRRD, 2010b; ACP, 2012). Foi implementada uma série de projectos de pequena e média escala, com alguns dos quais resultaram em resultados importantes. Vários incubatórios e explorações comerciais de tilápias foram construídas. Desde o terramoto de 2010, tem havido um compromisso renovado por parte do governo e das ONGs para prosseguir a promoção da aquicultura, com particular atenção à aquicultura em pequena escala (Gordon et al., 2017).

As regiões costeiras do Haiti têm numerosas baías e sítios que oferecem um ambiente protegido para a aquicultura marinha. Já em 1987 foram realizados estudos para avaliar a possibilidade de cultivo de tilápias em jaulas de água salgada no Noroeste do Haiti. Desde então, vários estudos relataram a instalação da cultura de tilápias marinhas em jaulas e a criação de camarão marinho nas regiões Norte e Centro Norte, respectivamente. As possibilidades de cultura marinha de algas marinhas, spirulina, enguias e moluscos suscitaram interesse e perspectivas. A cultura de moluscos foi integrada num programa de replantação de mangais para a criação de meios de subsistência alternativos e reposição de habitat. No entanto, a maioria dos estudos não atraiu investidores devido à ausência de experiência estabelecida no país e à falta de know-how nacional. É também provável que o risco de conflitos com a pesca marinha artesanal, na ausência de uma governação forte, tenha desencorajado muitas empresas (ACP, 2012; MANRRD, 2010b).

4.2.3 Produção e utilização do peixe

Nos últimos 15 anos tem havido aumentos significativos na produção de peixe no Haiti, especialmente desde a introdução de barcos de pesca motorizados e DADs que permitiram aos pescadores explorar a pesca ao largo para além da plataforma continental. A produção mais do que duplicou desde 2000, aumentando de 7.430 toneladas em 2000 para 19.740 toneladas em 2018 (quadro 4.1, figura 4.1). Vários relatórios consideram estes números subavaliados. Félix (2012) relatou a produção de conchas-rainha, lagostas, camarões e caranguejos três vezes superior aos dados comunicados oficialmente à FAO (quadro 4.2). Do mesmo modo, Ramdeen et al. (2012) trabalharam na reconstrução da captura total do Haiti e da Ilha de Navassa entre 1950 e 2010, tendo chegado a dados que eram aproximadamente três vezes mais elevados do que as estatísticas da FAO. De acordo com estes autores, uma grande parte desta discrepância deveu-se a uma captura de subsistência não reportada e uma melhor contabilização das capturas artesanais de crustáceos.

Em 2018, as capturas de peixe no Haiti foram constituídas na sua maioria por peixes marinhos (15.140 toneladas), para além de 2.000 toneladas da pesca interior e 1.400 toneladas da aquicultura. Os peixes marinhos representaram a maior parte (82,2%) da produção total. O resto das capturas marinhas era composto por crustáceos, moluscos e uma pequena quantidade de peixes ornamentais. A pesca interior (10,4%) produziu principalmente tilápias e peixes-gato, e a aquicultura produziu cerca de 1.400 toneladas (7,3%) de tilápias, carpas e peixes-gato cultivados em tanques de água doce (quadro 4.2).

Quadro 4.2 Principais espécies de peixe produzidas no Haiti, 2000-2018 (toneladas)

	2000	2005	2010	2015	2016	2017	2018
Pesca interior	432	432	860	1 820	1 890	2 000	2 000
Pesca marítima	6 980	10 600	13 200	15 880	15 880	15 880	15 730
1. Caranguejos, aranhas do mar	150	250	100	200	200	200	200
2. Lagostas, lagostins, lavagantes	900	800	400	250	250	250	250
3. Camarões, camarões	530	550	50	100	100	100	100
4. Peixes marinhos	5 100	8 700	12 500	15 130	15 130	15 130	15 130
5. Abalones, guinchos, conchas	300	300	150	200	200	200	50
Aquicultura	12	32	360	1 220	1 290	1 400	1 400
Produção total	7 434	11 074	14 430	18 950	19 090	19 310	19 150

Fonte: FAO (2020a).

Os peixes marinhos capturados no Haiti consistem em pelágicos das famílias *Clupeidae* (arenques e sardinhas), *Scombridae* (atum, bonitos) e *Carangidae* (cavala, chicharro, pompanos). Os peixes demersais são constituídos pelas famílias *Sphyrnidae* (barracuda, snappers), *Serranidae* (garoupas) e *Sparidae*, tais como as douradas. Os crustáceos incluem principalmente caranguejos, lagostas, camarões e camarões. Embora capturados em pequenas quantidades, o marisco concha-rainha (carne e concha) e os peixes ornamentais são de grande interesse para a exportação.

4.3 Importância sócio-económica da pesca e da aquicultura no Haiti

Apesar da sua baixa contribuição para o PIB nacional (2,5%), o sector das pescas e da aquicultura é considerado altamente estratégico para a economia haitiana no seu conjunto e, mais especificamente, para o desenvolvimento social e económico das comunidades costeiras e rurais. Estas comunidades são o lar das pessoas mais marginalizadas e mais pobres do Haiti, e a pesca é um último recurso para eles ganharem a vida e alimentarem as suas famílias. Apesar da clara evidência de deterioração dos recursos pesqueiros, o número de pescadores tem vindo a aumentar constantemente em paralelo com os níveis de pobreza e desemprego do país e a falta de recursos humanos e capacidade técnica para controlar a pesca ilegal e fazer cumprir as leis e regulamentos da pesca. Consequentemente, a pressão tem vindo a aumentar nos recursos marinhos, particularmente na plataforma continental, onde opera a maioria dos pescadores e pescadoras artesanais.

Estima-se que 52.000 homens estejam envolvidos na pesca e mais de 20.000 mulheres limpam, processam e vendem o peixe (ver Quadro 4.3). As mulheres dos mercados ambulantes são as principais compradoras do peixe, fornecendo meios de subsistência a mais de 416.000 pessoas. As mulheres estripam, limpam, salgam ou secam os peixes e depois arrastam-nos a pé, em mulas, motocicletas, barcos ou autocarros para os mercados interiores. Outras pessoas envolvidas na pesca incluem os artesãos que consertam barcos e redes e fazem armadilhas, e vendedores de anzóis, fio de nylon para redes e outras artes de pesca. O seu número varia de alguns milhares a mais de 20.000, dependendo dos relatórios. Isto também indica a natureza altamente instável e volátil destes trabalhos (MANRRD, 2010a; MPCE, 2016; FAO, 2020b).

Embora na sua maioria artesanais, muitos jovens são pescadores e pescadoras a tempo inteiro, enquanto outros alternam entre a agricultura e a pesca. Uma minoria dos que pescam são proprietários de barcos e de artes de pesca. Os barcos e equipamento de pesca, tais como redes e compressores, são tipicamente propriedade de homens. As poucas mulheres que compram redes e armadilhas são invariavelmente esposas ou mães de pescadores. Os bens mais caros e valiosos são motores fora de bordo, barcos de fibra de vidro e redes de cerco de 100 a 200 metros de comprimento. Os DAP são habitualmente fornecidos por ONG ou doadores multilaterais ou bilaterais e são propriedade de associações de pesca, embora algumas sejam cada vez mais propriedade de empresários privados (MANRRD, 2010a; MPCE, 2016). Mais de 98 por cento do peixe produzido no Haiti é consumido localmente. O consumo médio anual per capita de peixe é baixo, cerca de 5,3 kg/capita em 2018, dos quais mais de metade é importado. No entanto, existem grandes diferenças entre o interior do país e a costa, onde o peixe representa a principal fonte de proteína animal. Várias regiões costeiras têm possibilidades limitadas de cultivo e agricultura, fazendo do peixe a principal fonte de proteína animal.

Quadro 4.3 Importância socioeconómica da pesca e da aquicultura no Haiti, 2000-2018

	2000	2005	2010	2015	2016	2017	2018
Produção total (toneladas)	7 434	11 074	14 430	18 950	19 090	19 310	19 150
Importações (toneladas)	9 054	9 432	12 507	22 128	17 645	26 926	25 340
Exportações (toneladas)	361	327	367	486	344	346	269
População (milhões)	8.47	9.20	9.95	10.67	10.84	10.98	11.12
Emprego	37 600	43 000	48 840	52 000	80 000	80 000	87 000
Consumo aparente de peixe (kg/capita)	2.3	3.1	3.9	5.8	n.d.	n.d.	5.3

Fonte: FAO (2020a).

Nota: n.d.: não disponível.

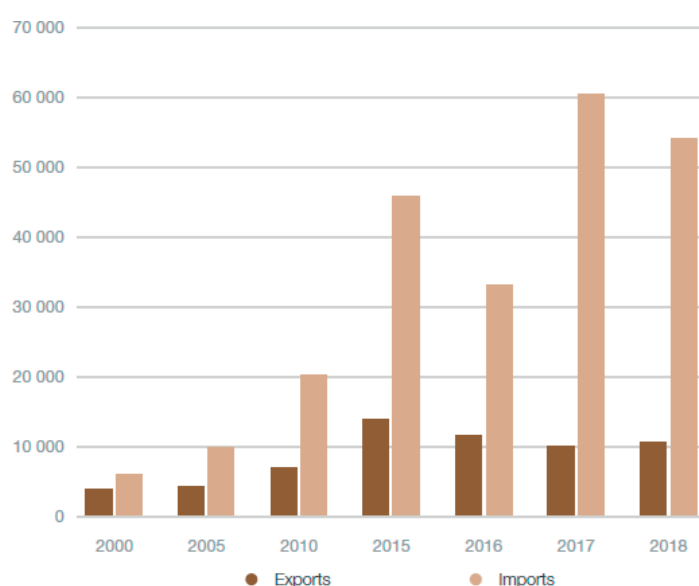
O peixe é vendido nos muitos locais de desembarque de pesca artesanal ao longo das costas do Haiti. Depois de capturados, os peixes são classificados em categorias de venda, referidas por cor. *Pwason woz* (peixe rosa) é a mais desejável, *pwason blan* (peixe branco) é menos desejável ou de segunda classe, e *Karabela* (peixe azul, por vezes chamado de peixe preto), é a categoria menos desejável, composta de peixes pequenos, juvenis e capturas acessórias das outras categorias. As categorias não correspondem estritamente à cor do peixe; estão relacionadas com uma combinação de critérios de mercado, principalmente o tamanho e as espécies.

Mais de 12.000 mulheres locais e 7.000 mulheres comerciantes (conhecidas como "Madame Saras") comercializam a segunda categoria de peixe e os produtos secos e salgados. O peixe da primeira categoria é vendido através de redes piramidais de agências (mais de 100 redes e 1.600 compradores) para os mercados metropolitanos e para exportação, principalmente para a República Dominicana. A Direcção das Pescas e Aquicultura (DFA) do Ministério da Agricultura estima estes comerciantes em 20.000 agentes e cerca de 12 empresas exportadoras sediadas na capital de Port-au-Prince (MANRRD, 2010a). Em 2010, o valor da primeira venda da captura foi estimado em 3 mil milhões de cabaças haitianas (74 milhões de dólares), e um valor acrescentado de 2 mil milhões de cabaças (49 milhões de dólares). (MANRRD, 2010a).

Embora a pesca offshore produza peixe muito maior e mais valioso, os pescadores não exploram plenamente as oportunidades devido à falta de gelo acessível, de instalações de armazenamento e de transporte refrigerado. O peixe não vendido fresco é processado por mulheres principalmente através de salga e secagem ao sol. São depois armazenados nas vigas nas suas casas em polietileno ou, por vezes, sacos de serapilheira até haver peixe suficiente para que uma viagem para comercializar seja rentável, sendo o factor condicionante o custo de transporte.

A julgar pelos dados oficiais (FAO, 2020a; MANRRD, 2010a), a quantidade de peixe e marisco exportada do Haiti sempre foi pequena, menos de 500 toneladas por ano, com um valor estimado em 10 milhões de dólares em 2018 (figura 4.2). Muitos peixes e crustáceos marinhos e as grandes espécies pelágicas capturadas no Haiti são muito procuradas nos países vizinhos das Caraíbas, nos Estados Unidos e na Europa. No início dos anos 2000, cerca de oito unidades privadas de transformação estavam a funcionar no país, mas sem qualquer controlo oficial do MANRRD, DFA ou outra autoridade competente. Consequentemente, o Haiti foi proibido de exportar produtos da pesca para os mercados da UE e da América do Norte até que medidas sanitárias e de qualidade possam ser implementadas por uma autoridade competente designada (MANRRD, 2010a). As medidas sanitárias são ainda mais complicadas para espécies de peixes de recife de alto valor ou crustáceos, que podem apresentar riscos de charuatera ou biotoxinas, respectivamente, na ausência de medidas de sanidade adequadas (Ryder et al., 2014). Além disso, o Haiti foi incluído na lista negra por não cumprimento das regras da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Extinção (CITES) relativas à apanha de conchas-rainha.

Figura 4.2 Exportações e importações de peixe do Haiti, 2000-2018 (milhares de USD)



Fonte: FAO (2020a)

O sector da pesca e da aquicultura no Haiti oferece oportunidades reais de investimento, melhor processamento pós-captura, adição de valor e criação de emprego, particularmente para as mulheres e os jovens. Estâncias noutros estados das Caraíbas, o mercado dos EUA e os muitos navios de cruzeiro que levam turistas às Caraíbas têm uma grande procura de espécies de peixes demersais, crustáceos e grandes pelágicos. No entanto, a recuperação das exportações consistentes de peixe do Haiti para estes mercados requer infra-estruturas adequadas, melhores práticas e instalações de segurança alimentar para implementar medidas sanitárias e de conservação para satisfazer os MNP dos mercados internacionais.

4.4 Governação e gestão do sector das pescas e da aquicultura no Haiti

4.4.1 Quadro legal e regulamentar

O quadro legal e regulamentar da pesca e da aquicultura no Haiti é relativamente fraco e desactualizado. A base de dados da FAO sobre textos jurídicos e regulamentares nacionais para a agricultura, pescas e silvicultura identifica apenas seis textos legislativos para a pesca e a aquicultura que datam de antes de 1980, incluindo dois em "Pesca" e quatro em "Mar".³⁷ Os textos políticos de nível superior incluem a pesca e a aquicultura sob o tema global da agricultura, recursos naturais e desenvolvimento rural. A título comparativo, os vizinhos Cuba e Jamaica promulgaram 93 e 32 textos sobre pesca e aquicultura, respectivamente, para se alinharem com o CCRF da FAO e outros instrumentos internacionais pós-1990. Os textos jurídicos sobre protecção ambiental no Haiti são mais recentes, particularmente em relação a áreas marinhas protegidas.

Um decreto de 1977 estabeleceu o limite das águas territoriais do Haiti a 12 milhas náuticas e o da sua ZEE a 200 milhas náuticas. Com este decreto, o governo declarou que a administração, gestão e exploração da ZEE são da competência exclusiva e soberana das autoridades haitianas e que a ZEE se expande para 200 milhas náuticas da linha de base a partir da qual o mar territorial é medido. A lei básica da pesca no Haiti é um decreto de 1978 que rege a prática das actividades de pesca, licenciando, equipamento de pesca e gestão da pesca, com artigos específicos sobre os períodos de fecho para a pesca da lagosta e da concha-rainha e a malhagem legal das redes de pesca. Os 147 artigos do decreto abordam também a organização de cooperativas, a pesca interior, a poluição das águas, a preservação de certas espécies, e as sanções a aplicar no caso de pescadores e pescadoras não cumpridores.

A DFA é directamente responsável pela aplicação das disposições do decreto de 1978. A sua missão consiste em recolher e analisar dados estatísticos e avaliar e gerir os recursos aquáticos vivos em águas marinhas, salobras e doces, incluindo a aquicultura. É também responsável pela prestação de apoio institucional ao sector, monitorização, reforço e regular as actividades de pesca, controlar as operações pós-captura e de processamento, e garantir a segurança e a qualidade. Infelizmente, a DFA está muito constrangida pela falta de recursos humanos e financeiros, tornados mais difíceis porque não dispõe de orçamento próprio.

Relativamente à conservação, o Decreto Presidencial de 2013 criou – no Sudoeste da Península do Sul – uma área protegida e geriu os recursos naturais de Port-Salut/Aquin para proteger e manter legalmente os seus sistemas naturais e a biodiversidade a longo prazo, respondendo ao mesmo tempo às necessidades das comunidades dependentes destes sistemas. Esta grande área protegida cobre mais de 34.500 hectares e combina parques nacionais, habitats, espécies, zonas húmidas e áreas marinhas protegidas.

4.4.2 Quadro institucional

O Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural (MANRRD) é a principal instituição pública responsável pela definição da política económica do governo na agricultura, criação de animais, desenvolvimento rural e recursos naturais renováveis. Como tal, o MANRRD é responsável pelo desenvolvimento da política da pesca e da aquicultura e pela aplicação da governação do sector e do sistema de gestão. O MANRRD está mandatado para estabelecer orientações para o sector, pilotar investimentos públicos, coordenar a acção dos diferentes actores e implementar os serviços básicos necessários, tais como a recolha de dados, fornecimento de informação, assistência técnica, e extensão.

³⁷ FAOLEX database, "Haiti – Country Profiles," disponível em <http://www.fao.org/faolex/country-profiles/general-profile/en/?iso3=HTI> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

Em termos de estrutura organizacional, o ministério é composto por várias direcções-gerais que supervisionam 14 Direcções Técnicas – incluindo uma para planeamento, monitorização e avaliação e outra para questões administrativas. Uma das 14 direcções é a DFA, que supervisiona todos os assuntos e actividades ligados a este sector. A DFA, anteriormente conhecido como Bureau of Fisheries and Coastal Resources ou o Fisheries and Fish Farming Service, operou inicialmente sob a Direcção dos Recursos Naturais antes de se tornar uma direcção separada.

A nível regional e provincial, 10 direcções departamentais actuam como delegações locais do MANRRD para supervisionar os Gabinetes Comuns de Agricultura, encarregados de prestar serviços comunitários aos agricultores. Todas as 14 direcções técnicas estão em teoria representadas dentro de cada Direcção Departamental. No entanto, devido à falta de recursos financeiros e humanos, a DFA está frequentemente sub-representada.

Para além da DFA, o Ministério do Ambiente é responsável pela política nacional de protecção ambiental, incluindo a protecção do ambiente marinho e da biodiversidade. Em colaboração com várias ONG, organizações intergovernamentais e comunidades piscatórias, a Agência Nacional de Áreas Protegidas do Ministério do Ambiente implementou vários projectos para áreas marinhas protegidas.^{38 39} Do mesmo modo, o Colégio de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Kiskeya do Haiti realiza ocasionalmente trabalhos de investigação no domínio da pesca e da aquicultura e pode ser solicitado a realizar investigação no domínio da pesca, caso existam fontes de financiamento.

Um ponto digno de nota é que, no Haiti, o domínio da pesca artesanal tem uma longa tradição de co-gestão através de cooperativas e associações. Muitos estudos de campo (MANRRD, 2010a) salientam a natureza individualista dos pescadores e pescadoras artesanais e a insuficiente coesão das comunidades piscatórias no Haiti, com empresários inovadores e ousados muitas vezes vistos com desconfiança. Isto não é específico do Haiti, pois os pescadores e pescadoras artesanais que exploram recursos partilhados em muitos países em desenvolvimento tendem a competir entre si, particularmente quando a pesca é uma questão de sobrevivência e na ausência de governação para regular o acesso. A natureza de acesso livre da pesca marítima no Haiti, associada a uma supervisão insuficiente por parte do MANRRD e à insuficiente capacidade do DFA, levou ao aparecimento de cooperativas e associações de pescadores e pescadoras a um ritmo sem precedentes nas Caraíbas. Em 2000, o número destas organizações foi estimado de forma conservadora em 140 (MANRRD, 2010b). Consequentemente, o vazio criado por uma política governamental inadequada, falta de aplicação e de serviços de apoio, e fraca coordenação institucional, tem sido efectivamente ocupado por ONG e organizações intergovernamentais que assumiram a tarefa de mobilizar pescadores e pescadoras e encorajar a formação de cooperativas e associações de comercialização e comunidades de áreas marinhas protegidas.⁴⁰

Os pescadores e pescadoras responderam positivamente, primeiro para reduzir o papel dos intermediários que controlavam os preços do peixe, mas também para tirar partido das vantagens financeiras externas e assistência técnica. As cooperativas e associações de comercialização que foram criadas negociam preços e condições de compra de fornecimentos, equipamento e peixe capturado, desenvolvem vias para a criação de empréstimos para os seus membros, e estão muitas vezes dispostas a desempenhar um papel eficaz e a influenciar a tomada de decisões na gestão das pescas. Algumas desenvolveram-se mais em cooperativas de fornecimento que armazenam e vendem material, equipamento de pesca e peças sobressalentes aos seus membros a preços razoáveis e propiciam-lhes programas de formação, educação e sensibilização. Tendo em conta as dificuldades e obstáculos que a DFA enfrenta na implementação de regras de gestão adequadas, as experiências com a gestão comunitária têm sido bem-sucedidas em várias áreas pesqueiras, particularmente no departamento do sudeste. No entanto, a sustentabilidade destes esquemas de gestão comunitária ainda é altamente dependente dos sistemas financeiros e assistência técnica internacionais.

4.5 Quadro de cooperação internacional e regional

Como acima referido, o sector das pescas do Haiti é regido não só por políticas, regras e regulamentos nacionais, mas também por compromissos internacionais e regionais ou acordos de cooperação que abrangem uma vasta gama de questões como a sustentabilidade, o combate à pesca ilegal, a protecção do ecossistema marinho, etc. O Haiti tem estado exposto ao escrutínio da comunidade internacional e dos meios de comunicação há muito tempo, devido à sua história e

³⁸ Ver o site da agência em <https://www.anap.gouv.ht/> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

³⁹ Fondation pour la Protection de la Biodiversité Marine, disponível em <https://www.foprobim.org/> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

⁴⁰ Ibid.

geografia particulares. O Haiti foi em tempos uma colónia francesa rica antes de se tornar a primeira nação independente da América Latina e das Caraíbas em 1804, a segunda república das Américas, o primeiro país a abolir a escravatura, e o único país da história moderna estabelecido por uma revolta de escravos bem-sucedida. O Haiti é também membro fundador das Nações Unidas, da Organização dos Estados Americanos, da Associação dos Estados das Caraíbas e da Organização Internacional da Francofonia. A nível regional, é membro da Comunidade das Caraíbas e da Comunidade dos Estados da América Latina e das Caraíbas. Assim, no Haiti, as obrigações em matéria de pesca e aquicultura são sustentadas pelos seus compromissos com vários acordos internacionais e regionais e pelos requisitos específicos regidos pelos organismos regionais de pesca.

4.5.1 Organismos regionais de pesca e organizações de gestão

O Haiti é membro de dois organismos regionais de pesca, nomeadamente a Comissão das Pescas do Atlântico Centro-Oeste (WECAFC), que opera sob os auspícios da FAO, e do Mecanismo Regional de Pesca das Caraíbas (CRFM). Os objectivos da WCAFC são promover a conservação, gestão e desenvolvimento efectivos dos recursos marinhos vivos dentro da sua área de competência e abordar problemas de gestão e desenvolvimento das pescas enfrentados pelos membros da comissão.⁴¹ Ao fazê-lo, a WCAFC visa promover a aplicação da CCRF da FAO e dos seus instrumentos conexos, assegurar uma atenção adequada à pequena escala, pesca artesanal e de subsistência, e coordenar e cooperar estreitamente com outras organizações internacionais em assuntos de interesse comum.

A CRFM é uma organização intergovernamental criada em 2003 para promover e facilitar a utilização responsável da pesca e de outros recursos aquáticos pelos seus 15 membros das Caraíbas.⁴² A CRFM é composta por três organismos – o Conselho Ministerial, Fórum das Pescas das Caraíbas, e Secretariado do CRFM. O Conselho Ministerial é o mais alto órgão de decisão responsável pela formulação da política do mecanismo. É composto pelos ministros responsáveis pelas pescas em cada Estado membro. O Caribbean Fisheries Forum é composto por um representante de cada membro associado e observador. O fórum é responsável por rever e recomendar propostas para aprovação pelo Conselho Ministerial, rever o plano de trabalho e orçamento do CRFM e outras disposições para a gestão e desenvolvimento sustentável das pescas nos estados membros, promover a protecção e reabilitação dos habitats pesqueiros, e encorajar a adopção de práticas pós-captura que mantenham o valor nutricional e a qualidade do peixe e dos produtos da pesca.

Outras instituições de interesse para a pesca e aquicultura no Haiti são o Instituto das Pescas do Golfo e Caraíbas (GCFI) e a Iniciativa Internacional dos Corais de Coral (ICRI). O GCFI foi fundado em 1947 para promover o intercâmbio de informações actuais sobre a utilização e gestão dos recursos marinhos na região do Golfo do México e das Caraíbas envolvendo os sectores científico, governamental e comercial para fornecer uma perspectiva ampla sobre questões relevantes, e encorajando o diálogo entre grupos que muitas vezes operam de forma relativamente isolada uns dos outros.⁴³

Após 37 anos de funcionamento sob o patrocínio da Universidade de Miami, em 1985, o GCFI tornou-se uma organização independente sem fins lucrativos regida por um Conselho de Administração eleito pelos seus membros e junto deles. As reuniões anuais do GCFI são dedicadas a apresentações técnicas e workshops sobre questões actuais relevantes para a utilização e gestão dos recursos marinhos na região do Golfo do México e das Caraíbas. Estas actividades estão documentadas no documento Actas Anuais do GCFI, que é divulgado em mais de 80 países. As reuniões anuais são organizadas por patrocinadores governamentais, académicos ou do sector privado em países de toda a região.

A ICRI é uma parceria informal entre nações e organizações que trabalham para preservar os recifes de coral e ecossistemas relacionados em todo o mundo.⁴⁴ Embora a iniciativa seja um grupo informal cujas decisões não são vinculativas para os seus membros, as suas acções podem ser significativas para realçar a importância dos recifes de coral e ecossistemas relacionados para a sustentabilidade ambiental, segurança alimentar e bem-estar social e cultural.

4.5.2 Pesca ilegal, não declarada e não regulamentada

⁴¹ Ver o website da WECAFC em <http://www.fao.org/fishery/rfb/wecafc/en> (acedido em 12 de Setembro de 2021); ver também WECAFC (2017).

⁴² Ver o website CRFM em <https://www.crfm.int/> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

⁴³ Consultar o sítio web do GCFI em <https://www.gulfbase.org/organization/gulf-and-caribbean-fisheries-institute> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

⁴⁴ Ver o sítio web da ICRI em <https://www.icriforum.org/> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

Relativamente à pesca ilegal, não regulamentada e não declarada, o Haiti tem uma lei de pesca obsoleta, e os regulamentos de implementação são basicamente inexistentes. Os sistemas de recolha de dados sobre desembarques e actividades de pesca são muito fracos, e a aplicação das disposições da lei das pescas de 1978 é inexistente. Consequentemente, as capturas de peixe são suficientemente regulamentadas ou bem comunicadas. No entanto, surpreendentemente, o Haiti pontua 2,48/5 no Índice de Pesca IUU.⁴⁵ Embora a pontuação seja baixa, é ligeiramente melhor do que a média da região das Caraíbas e da América Central (2,24/5) ou da vizinha Cuba (2,26) e da República Dominicana (2,30). A Jamaica tem uma pontuação ligeiramente superior a 2,57/5. A Comissão Europeia informa sobre a pesca IUU nas Caraíbas e tem países de cartão amarelo ou vermelho como Belize, Panamá, Curaçao, São Cristóvão e Nevis, e São Vicente e Granadinas no passado.⁴⁶

Um estudo do PNUA (2013) sobre questões ambientais transfronteiriças entre o Haiti e a República Dominicana identifica as principais questões de preocupação na agricultura, silvicultura, recursos costeiros e marinhos, recursos de água doce e inundações, e problemas ambientais com a indústria e o comércio. O estudo relata que os recursos costeiros e marinhos criam confrontos e tensões entre comunidades de ambos os lados da fronteira, bem como entre pescadores e pescadoras haitianos e as autoridades dominicanas. Ao mesmo tempo, estas questões representam uma oportunidade de cooperação, seguindo o exemplo da cooperação entre pescadores e associações de mulheres em Pedernales (República Dominicana) e Anse-à-Pitre (Haiti), no Sul. O estudo do PNUA identificou cinco questões principais: pesca transfronteiriça ilegal e sobrepesca, corte de mangais para madeira e criação de salinas, áreas marinhas protegidas e biodiversidade, comércio transfronteiriço de espécies marinhas, e contaminação de estuários, lagoas costeiras e do mar. O estudo também identificou tendências e causas e propôs um caminho a seguir, incluindo um plano para implementar e financiar as suas recomendações.

4.6 Aproveitar os recursos aquáticos do Haiti para promover a diversificação económica e a transformação estrutural: oportunidades e desafios

As sucessivas crises políticas e catástrofes naturais no Haiti têm causado uma pobreza desenfreada, levando muitos haitianos a procurar oportunidades para a subsistência e segurança alimentar na costa. A pesca artesanal tem um historial de servir como rede de segurança social, absorvendo muitos haitianos sub-empregados e desempregados. Dada a fraca governação do sector no Haiti, uma situação de facto de livre acesso aos recursos tem prevalecido durante muitas décadas, colocando uma grande pressão sobre os recursos costeiros e levando a que as capturas de várias unidades populacionais piscícolas excedessem de longe e durante muitos anos os limites sustentáveis.

A introdução de barcos de pesca motorizados e a utilização de DAP durante as últimas duas décadas abriu oportunidades de pesca offshore, aumentando a captura tanto em quantidade como em valor. Igualmente preocupantes são as perdas significativas pós-captura no sector, devido a infra-estruturas de desembarque desadequadas, e falta de acesso a água potável ou limpa, electricidade, gelo e instalações de armazenamento, estradas, e transporte em cadeia de frio para os mercados.

Estas limitações de infra-estruturas e de capacidade estão também a dificultar o desenvolvimento da pesca interior. Enquanto que as operações de aquicultura têm sido implantadas em águas marinhas, salobras e doces para produzir tilápias, carpas, camarão, enguia e marisco, o subsector não atraiu investidores na ausência de uma experiência estabelecida e know-how de sustentabilidade no país. Além disso, o pressuposto de que as operações de aquicultura de água doce podem ser implantadas em mais de 22.000 hectares de terra não adequada para a agricultura provou ser um erro e um desperdício de recursos (ACP, 2012). De facto, é provável que o risco de conflitos entre agricultores terrestres e piscicultores, por um lado, e entre a aquicultura marinha e os pescadores e pescadoras marinhas artesanais, por outro, desencorajará muitas iniciativas de aquicultura, especialmente na ausência de uma governação, serviços de apoio e know-how eficazes (ACP, 2012; MANRRD, 2010b). Além disso, a necessidade de racionalizar as estratégias de adaptação às alterações climáticas e de mitigação em qualquer acção de desenvolvimento no sector das pescas é maior para o Haiti porque é um dos países mais expostos do mundo ao impacto das alterações climáticas (Cheung et al., 2019; Boyd e Ryan, 2019).

⁴⁵ O índice está disponível em <http://iuufishingindex.net/profile/haiti>.

⁴⁶ Comissão Europeia, "Illegal Fishing," disponível em [Illegal-fishing-overview-of-existing-procedures-third-countries_en.pdf](https://ec.europa.eu/euipo/illegal-fishing-overview-of-existing-procedures-third-countries_en.pdf) (europa.eu) (acedido em 12 de Setembro de 2021).

4.6.1 Oportunidades para desenvolver o sector das pescas e da aquicultura

Actualmente, é difícil prever um aumento significativo da produção da pesca marítima. No entanto, o sector da pesca e da aquicultura oferece algumas oportunidades para aumentar a produção e melhorar a segurança alimentar nas zonas rurais, desde que as questões de acesso à terra, água e mercados sejam resolvidas, e que sejam encontradas soluções a longo prazo para aceder a sementes e rações a um custo acessível, financiamento, serviços de apoio e know-how. Do mesmo modo, a redução das perdas pós-captura poderia aumentar a disponibilidade de peixe para consumo local e exportação.

O processamento e comercialização pós-captura oferecem boas oportunidades de investimento, inovações tecnológicas, adição de valor e criação de emprego, particularmente para as mulheres e jovens haitianos, que representam actualmente uma grande proporção da população. A proximidade das estâncias turísticas das Caraíbas e do mercado norte-americano, onde existe uma grande procura de espécies de peixes demersais, crustáceos e grandes pelágicos, é uma vantagem real para o Haiti. No entanto, conseguir exportações consistentes de peixe para estes e outros mercados requer infra-estruturas adequadas, melhores práticas e instalações sanitárias para satisfazer as normas do mercado internacional. Os MNP que dificultam as exportações do Haiti relacionam-se com a sustentabilidade, legalidade, protecção do consumidor e regras da CITES.

Em 2004, as regras sanitárias e fitossanitárias e a sua aplicação pelo DFA foram consideradas insuficientes pelo Gabinete Alimentar e Veterinário da UE e a U.S. Food and Drug Administration, pondo fim às importações de peixe e marisco do Haiti por estes mercados (MANRRD, 2010a). Além disso, o Haiti foi incluído na lista negra por não cumprimento das regras da CITES relativas à exploração da concha-rainha. Actualmente, a maior parte das exportações são informalmente dirigidas através da República Dominicana, o que limita volumes, espécies e rendimentos.

A concha-rainha está listada no Apêndice II da CITES desde 1992. O Apêndice II inclui espécies que, embora actualmente não estejam ameaçadas de extinção, podem vir a está-lo sem controlos comerciais. A CITES regula o comércio internacional através de um sistema de licenças concebido para assegurar que o comércio é legal e não ameaçará a sobrevivência da espécie na natureza. A concha-rainha é muito pescada pela sua carne, e as conchas e pérolas são procuradas por coleccionadores de jóias. Uma vez que estes animais são de crescimento lento, de maturidade tardia (3-5 anos), e tendem a agregar-se em águas pouco profundas para desovar, são particularmente vulneráveis à pesca excessiva (U.S. Fish and Wildlife Service, 2012).

Uma análise SWOT do sector das pescas do Haiti (quadro 4.4) identifica o que precisa de ser abordado para desbloquear o potencial de exportação de peixe de uma forma que se alinhe com o papel que o sector desempenha na segurança alimentar e nutricional nacional e no alívio da pobreza. Este esforço exigirá também políticas inovadoras que equilibrem objectivos sociais, económicos e ambientais que se alinhem com a política nacional de desenvolvimento económico e a Agenda de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para 2030 e iniciativas regionais. Estes quadros políticos guiam os esforços internacionais e regionais para promover a utilização sustentável e a conservação dos recursos aquáticos vivos nas Caraíbas.

A melhoria da governação e gestão da pesca e da aquicultura sustentáveis no Haiti é uma questão recorrente que tem sido discutida em fóruns nacionais, regionais e internacionais há décadas. Vários projectos financiados através da assistência bilateral e multilateral e das ONG têm sido implementadas ao longo dos anos. Um projecto da FAO de 2000 prestou apoio ao desenvolvimento de uma pesca e aquicultura nacional com ênfase na actualização do decreto de 1978 e na promulgação de regulamentos de aplicação e execução para assegurar a coerência entre a pesca internacional e a política de instrumentos de aquicultura e leis e regulamentos haitianos sobre desenvolvimento socioeconómico, agricultura, ambiente e gestão de recursos naturais. Muitos relatórios e instituições relacionadas com a proposta política da FAO, incluindo os Planos de Acção Nacionais MANRRD (2010-2014) para o desenvolvimento das pescas (MANRRD, 2010a) e aquicultura (MANRRD, 2010b), bem como a estratégia nacional de alto nível para transformar o Haiti num país de economia emergente até 2030 (MPCE, 2015). Estes diferentes planos apresentam uma boa análise dos problemas, obstáculos e possíveis soluções do sector, bem como estratégias de implementação e orçamentos estimados.

4.6.2 Projectos em curso na pesca e aquicultura

A estratégia nacional do Haiti (MPCE, 2016), que é a sua política ao mais alto nível para transformar o país numa economia emergente até 2030, propõe a reconstrução do Haiti ao longo de quatro pilares fundamentais: território, economia, sociedade e instituições. Para cada pilar, foi identificado um conjunto de programas e subprogramas nacionais para execução através de projectos específicos. Todos os quatro pilares têm relevância para pesca e aquicultura. Contudo, o sector é especificamente abordado no âmbito do Pilar 2 (desenvolvimento económico), com o Programa 2.2 a abordar a política nacional de modernização e desenvolvimento da agricultura e o Programa 2.3 a abordar a pesca e a aquicultura.

O Programa 2.3 é composto por sete subprogramas a serem apoiados por projectos trienais que abordam as necessidades de cada uma das 16 zonas de pesca. Para 2014-2016, o plano de acção para implementar o Programa 2.3 priorizou a gestão das pescas, o desenvolvimento da cadeia de desembarque e de infra-estruturas de frio, o desenvolvimento da cadeia de valor, o aumento da produção através do desenvolvimento da aquicultura, e a implantação de DAP na pesca marinha (MPCE, 2016). O orçamento para o plano trienal de investimento foi estimado em 771,32 milhões de gourdes haitianos (equivalente a 103 milhões de dólares em 2021).

Na altura em que este relatório foi redigido, não era possível avaliar as realizações, tirar lições ou prever o desempenho dos planos trienais em curso e futuros. O relatório intercalar 2014-2016 indicou um baixo nível de desembolso (menos de 20%) e de implementação. Os poucos relatórios disponíveis confirmam que a DFA tem estado principalmente envolvido em apoiar a implementação de projectos conduzidos por instituições bilaterais e internacionais. Entre estes, foram levados a cabo projectos pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECID) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), nas zonas de pesca do Sudeste e do Sudoeste, respectivamente, como discutido abaixo. Outros projectos financiados externamente referem-se principalmente à protecção marinha ou são pequenos projectos de caridade em aquicultura.

A AECID tem vindo a implementar projectos de desenvolvimento da pesca e da aquicultura no Departamento do Sudeste do Haiti desde 2006. O objectivo é melhorar os rendimentos e meios de subsistência, condições de trabalho, e segurança dos pescadores e das mulheres e comerciantes, bem como para proporcionar formação e apoio técnico e organizacional às associações de pescadores. O projecto encontra-se na sua oitava fase bianual e tem proporcionado formação e assistência técnica sobre técnicas e artes de pesca, segurança no mar, segurança e qualidade dos peixes. Construiu Centros Comunitários de Pesca Marítima para reforçar as associações de pescadores e a co-gestão.

Quadro 4.4 Análise dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças da pesca marinha no Haiti

Pontos fortes	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none">• Litoral longo e Zona Económica Exclusiva• Longa tradição e experiência de trabalho de gestão comunitária e cooperativas e associações• Disponibilidade de uma força de trabalho jovem• Grande procura de peixe e produtos da pesca no país e nas estâncias turísticas vizinhas• Uma vasta diáspora haitiana interessada em boas oportunidades de investimento• A resiliência e o optimismo dos haitianos e os seus laços inabaláveis com a terra e o mar	<ul style="list-style-type: none">• Elevada procura internacional de peixe e marisco• Assistência financeira e técnica internacional para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura e restauração dos ecossistemas aquáticos no Haiti• Oportunidades reais de agregação de valor competitivo no Haiti antes da exportação• Disponibilidade de mão-de-obra, em particular de mão-de-obra jovem e feminina, para processamento pós-captura de peixe e marisco• Oportunidades reais para reduzir as perdas pós-captura na pesca artesanal
Pontos fracos	Ameaças
<ul style="list-style-type: none">• Serviços de apoio e gestão da pesca inexistentes• Deficientes infra-estruturas de desembarque e manuseamento pós-captura• Incumprimento das medidas sanitárias e fitossanitárias e das regras relativas à concha-rainha no âmbito da Convenção sobre o Comércio Internacional e das Espécies Ameaçadas de Extinção• Falta/insuficiência de trabalhadores e quadros qualificados	<ul style="list-style-type: none">• Corrupção e instabilidade política• Sobrepesca e gestão deficiente da pesca• Exposição a catástrofes naturais e falta de preparação• Pobreza desenfreada e governo ineficiente

Fonte: Elaborado pelos autores.

Relativamente à pesca interior e aquicultura, a AECID realizou estudos para estimar o potencial de produção de peixe das massas de água, e forneceu equipamento de pesca e formação em aquicultura e conservação de peixe, comercialização, e desenvolvimento da cadeia de valor.

O outro programa importante tem sido financiado pelo BID desde 2015, num total de 15 milhões de dólares americanos.⁴⁷ O objectivo geral do programa é melhorar o rendimento dos pequenos pescadores e pescadoras em três departamentos do sul do Haiti (Sul, Sudeste e Grande Anse) através do desenvolvimento sustentável da pesca artesanal. Os objectivos específicos são:

- Reforçar a gestão institucional do sector das pescas para a sustentabilidade dos recursos e para a melhoria das condições sanitárias e de segurança alimentar para a comercialização de produtos do mar
- Melhorar a qualidade do peixe nos locais de desembarque através da melhoria das infra-estruturas públicas
- Aumentar a produtividade da pesca artesanal e reduzir as perdas económicas através do estabelecimento de um esquema de gestão das pescas baseado nos direitos de pesca.

A fim de alcançar estes objectivos, e em coerência com os desafios identificados, o programa está a financiar três componentes:

1. Reforço institucional e sistema de informação

⁴⁷ Projecto BID HA-L1096, Programa de Desenvolvimento da Pesca Artesanal, disponível em <https://www.iadb.org/en/project/HA-L1096>.

2. Infra-estruturas públicas

3. Reforço das capacidades das partes interessadas.

Tal como com Angola, o Haiti também recebe modestos recursos de ajuda ao desenvolvimento ultramarino em apoio ao seu sector pesqueiro. De acordo com a base de dados OECD-DAC, o montante total recebido pelo Haiti de doadores oficiais entre 2003 e 2017 foi de cerca de 9,28 milhões de dólares. Só em 2017, o Haiti recebeu 450.000 dólares do governo de Espanha como parte do projecto plurianual acima descrito para reforçar a pesca e a aquicultura no departamento do sudeste do Haiti. Este apoio dirigido pelos parceiros de desenvolvimento é extremamente vital para desenvolver o sector das pescas e aumentar a sua importância socioeconómica numa economia estruturalmente fraca e vulnerável, como a do Haiti.

Capítulo 5

LIÇÕES E RECOMENDAÇÕES POLÍTICAS

5.1 Aprender com os outros: a indústria do salmão no Chile

Este estudo centrou-se em dois países menos avançados, Angola e Haiti, e as suas vantagens comparativas em recursos marinhos, dadas as suas longas linhas costeiras, bem como o potencial para diversificar e modernizar as suas economias através do desenvolvimento do sector das pescas e da aquicultura. Há lições que Angola e Haiti poderiam aprender com as experiências de outros países em desenvolvimento como as Maurícias, África do Sul, Vietname, China e Chile, para citar apenas algumas. Para o Haiti, as experiências de PEID como as Maurícias e as Seychelles poderiam ser valiosas. Para economias dependentes de produtos de base, como Angola e muitos outros países menos avançados com longas linhas costeiras (incluindo o Haiti), a rápida diversificação económica e transformação estrutural conseguida pelo Chile com base no desenvolvimento bem-sucedido do sector das pescas e da aquicultura apresenta um excelente modelo e experiência dos quais se poderiam extrair lições relevantes.

Em menos de três décadas, o Chile, que era historicamente um país dependente de mercadorias (cobre) e uma economia pobre como a maioria dos países em desenvolvimento, tornou-se o segundo maior país produtor e exportador de salmão do mundo, tornando as exportações do Chile mais diversificadas e tornando-o no mais eficiente produtor de produtos da pesca de alto valor. Compreender como esta notável conquista foi alcançada irá gerar lições importantes para Angola e o Haiti e outros países menos avançados que são ricos em recursos aquáticos vivos.

Há duas importantes razões para destacar o Chile como modelo para Angola e Haiti e outros países menos avançados. A primeira são as semelhanças na trajectória de desenvolvimento entre o Chile e os PMA dependentes de mercadorias. Até meados da década de 1970, o Chile estava totalmente dependente de uma única mercadoria, o cobre, para a produção, exportação, rendimento, emprego e receitas governamentais. Mais de 60 por cento das exportações do Chile consistiam em cobre bruto, e as minas de cobre dominavam as actividades económicas do país directa ou indirectamente. Assim, embora o Chile tivesse um rendimento per capita superior ao da maioria dos PMA, em termos de dependência de mercadorias para a produção e exportação, as semelhanças eram notórias. Isto torna a bem-sucedida diversificação económica e de exportações do Chile exemplar para tirar lições.

A segunda razão para destacar o Chile como modelo a seguir é porque em menos de quatro décadas, o país foi capaz de modernizar e diversificar a sua economia e desenvolver a sua capacidade de exportação em sectores onde não tinha revelado anteriormente vantagens comparativas. Entre os sectores visados estava o sector das pescas e da aquicultura, particularmente a produção e exportação de salmão que satisfaz os requisitos das normas de melhores práticas internacionais. A realização que resultou deste esforço é espantosa (Caixa 5.1), especialmente considerando o afastamento do Chile do centro económico internacional, o que limita a integração do país nas cadeias de valor globais.

Uma grande parte da explicação para a realização do Chile reside na aplicação da política industrial e no seu alinhamento e complementaridade com as políticas comerciais e de investimento. Esta é uma das lições importantes que Angola e Haiti podem tirar das experiências de países como o Chile e outros que aplicaram uma política industrial de nova geração para desenvolver um sector de pesca e aquicultura dinâmico e competitivo internacionalmente. Por exemplo, tanto o Chile como Angola são países ricos em recursos – o cobre no caso do Chile, o petróleo no caso de Angola. Ambos os países também tiveram padrões semelhantes de dependência de uma única mercadoria para produção e exportação, com as empresas estatais a desempenharem um papel importante. No entanto, o desempenho a longo prazo da sua economia tem sido muito diferente. O Chile tem aumentado constantemente as ligações entre a indústria do cobre e o resto da economia, enquanto Angola tem permanecido totalmente dependente das exportações de petróleo bruto. Além disso, enquanto que o Chile reduziu progressivamente o seu nível de dependência de recursos, Angola tornou-se mais dependente dos recursos: o cobre representa actualmente 50 por cento das exportações chilenas, já o petróleo representa 94 por cento das exportações angolanas.

O Chile seguiu uma estratégia de diversificação económica em duas vertentes: (1) diversificação "dentro" da indústria (aumento do valor acrescentado na indústria do cobre, melhorando a qualidade da extracção do cobre e exportando produtos transformados e complementando isto com o desenvolvimento de serviços auxiliares/logísticos internos); e (2) diversificação "entre" indústrias (desenvolvimento da pesca, como exportações de salmão de alta qualidade, e aumento das exportações de bens agrícolas de alto valor acrescentado, como a produção de frutas e legumes e de vinho) (Meller

e Simpasa, 2011). Além disso, o Chile criou mecanismos que lhe permitiram poupar as rendas da extracção de minerais e investir em despesas críticas de crescimento. Especificamente, o Chile implementou (1) uma regra de excedente fiscal estrutural que esteriliza os níveis de despesa do país contra as flutuações do cobre, assegurando assim a estabilidade macroeconómica e gerando também a acumulação de riqueza quando os preços do cobre são elevados; e (2) fundos soberanos para administrar as rendas poupadas.

O Chile investiu uma poupança significativa em investigação e desenvolvimento (I&D), em formação sobre competências avançadas (ou seja, bolsas de estudo para incluir as universidades chilenas nas melhores do mundo), e no financiamento e mentoria de empresas em fase de arranque de elevado crescimento. No entanto, ao contrário do que acontece no Chile, a dotação de recursos em Angola não levou a um crescimento inclusivo e à redução da pobreza. O efeito do crescimento económico na redução global da pobreza tem sido pequeno, uma vez que muitos dos benefícios do crescimento se acumularam para aqueles que já se encontravam acima do limiar da pobreza. O crescimento tem sido impulsionado principalmente pelo aumento dos preços do petróleo, que pouco tem feito para criar empregos e expandir oportunidades para além da relativamente pequena força de trabalho já empregada na indústria petrolífera. Assim, para Angola, a diversificação económica continua a ser um objectivo essencial para proporcionar um crescimento mais inclusivo no sector petrolífero face ao declínio dos preços do petróleo, e para criar emprego para a população do país em rápido crescimento, urbana e jovem.

A questão é, quais são as políticas e estratégias que permitiram ao Chile implementar com sucesso a diversificação, nomeadamente através da transferência de capital e de mão-de-obra para novos sectores e actividades económicas, particularmente no sector das pescas e da aquicultura? A caixa 5.1 resume os resultados de um estudo da CNUCED sobre o sucesso do Chile em desenvolver uma indústria de salmão moderna e altamente competitiva e orientada para a exportação. Embora o estudo tenha sido realizado há mais de uma década, as lições a tirar ainda são relevantes. Sempre que possível, a informação do estudo foi actualizada com informação recente relevante.

Caixa 5.1 Aprendizagem bem-sucedida e recuperação da indústria do salmão no Chile

O surgimento e desenvolvimento da indústria chilena do salmão demonstra o importante papel da promoção da capacidade produtiva e da transformação económica estrutural através da política industrial, da transferência de tecnologia, de um sistema eficaz de governação e gestão, e do investimento em infra-estruturas de controlo de qualidade.

A política industrial e a transferência de tecnologia permitiram ao Chile construir uma indústria do salmão globalmente competitiva e inovadora. Começando do zero, essa indústria tornou-se um dos principais sectores de exportação do Chile e um contribuinte significativo para o desenvolvimento do país. Actualmente, o Chile é o segundo maior produtor mundial de salmão e adquiriu a capacidade de fabricar as tecnologias necessárias para produzir outras espécies de peixe. No final de 2019, o Chile exportava anualmente salmão no valor de 5 mil milhões de dólares.

O desenvolvimento bem-sucedido da indústria sublinha a abordagem do Chile em matéria de desenvolvimento industrial e económico. O Chile promoveu a inovação científica e tecnológica que acrescenta valor ou gera novas indústrias com base na sua dotação de recursos naturais. Neste caso, a longa linha costeira, fontes abundantes de água doce e ilhas, e boas condições climáticas fazem parte dos seus recursos naturais – que, com as tecnologias apropriadas, têm desempenhado um papel vital no desenvolvimento da indústria do salmão.

O desenvolvimento da indústria do salmão foi um processo gradual e meticuloso, e o sucesso não foi assegurado. O Chile empreendeu várias experiências, incluindo tentativas de povoamento de rios e lagos ao longo de vários anos, para que o país pudesse dominar as tecnologias de piscicultura. Solicitou o apoio técnico de várias instituições internacionais com experiência em melhores práticas de piscicultura e piscicultura e utilizou as suas instituições nacionais para adquirir, assimilar, desenvolver e difundir tecnologias de piscicultura. Algumas das primeiras empresas foram criadas por instituições públicas e investigadores que tinham acumulado alguns conhecimentos e competências operacionais básicos em piscicultura.

Vários actores nacionais proeminentes que promovem o desenvolvimento de empresas e tecnologias facilitaram a difusão das tecnologias de cultivo do salmão. Entre outros, a Fundación Chile, Corporación de Fomento de la Producción e o Instituto Tecnológico del Salmón desempenharam papéis proeminentes no desenvolvimento da indústria do salmão no Chile. A Fundación Chile criou a Salmones Antártica como uma empresa limitada, que demonstrou a viabilidade comercial

da criação, reprodução e produção de salmão em grande escala. Além disso, a empresa realizou actividades de investigação sobre procedimentos de cultivo e prestou assistência técnica a pequenos produtores e produtores emergentes. O rápido crescimento da Salmones Antártica estimulou o interesse privado e levou à expansão da indústria. A estreita cooperação entre as agências governamentais e os produtores de salmão desempenhou um papel vital no crescimento da indústria, especialmente no desenvolvimento de regulamentos de licenciamento, normas sanitárias e apoio a actividades de investigação e desenvolvimento (I&D). Do mesmo modo, as instituições de I&D trabalharam em estreita colaboração com a agência nacional de pesca, a Comissão Nacional para a Ciência e Tecnologia, e a indústria do salmão.

A indústria também tem sido bem-sucedida na assimilação de tecnologias estrangeiras e no desenvolvimento da capacidade tecnológica indígena. Algumas das principais realizações incluem a aquisição e desenvolvimento de tecnologias utilizadas na produção de barcos de poços, sequenciação de genomas patogénicos do salmão, desenvolvimento de vacinas para controlar algumas infecções do salmão, e substituição de ingredientes de farinha de peixe por alternativas derivadas de vegetais na formulação de rações de salmão. Além disso, a experiência resultante da transferência de tecnologia está agora a ser utilizada para desenvolver tecnologias necessárias para a criação de outras espécies de peixes. Consequentemente destas medidas, a produção de salmão no Chile cresceu cerca de 17 vezes entre 1990 e o início dos anos 2000. A sua quota na produção global de salmão e truta de viveiro aumentou de cerca de 10% em 1990 para cerca de 35% dentro do mesmo período.

Hoje, o Chile deixou de ser um aprendiz para se tornar um actor importante na produção e comercialização de produtos de salmão. As exportações da indústria aumentaram de cerca de 291 milhões de dólares em 1993 para cerca de 1,4 mil milhões de dólares em 2004 e 5 mil milhões de dólares em 2019. O salmão chileno está agora a ser exportado para novos mercados na Ásia e Europa de Leste. Os produtos de exportação também evoluíram de salmão principalmente congelado sem cauda e decapitado que era mais fácil de processar, armazenar e transportar para a exportação de produtos de valor acrescentado. Como foram adquiridas e desenvolvidas localmente tecnologias de processamento e embalagem de vários produtos de peixe, a proporção de produtos de valor acrescentado triplicou. O investimento directo estrangeiro desempenhou um papel marginal nas primeiras fases de desenvolvimento da indústria. Contudo, a entrada de grandes empresas estrangeiras na indústria chilena do salmão nas últimas duas décadas facilitou a introdução de novas tecnologias e a expansão da produção, fomentou a integração vertical, e aumentou a dimensão média das empresas.

Fonte: Baseado na CNUCED (2006b)

5.2 Quadro político para o desenvolvimento do sector da pesca e da aquicultura em Angola

Durante a última década, o governo de Angola introduziu reformas importantes na governação do sector das pescas e da aquicultura e dedicou um montante significativo de investimento público a infra-estruturas, investigação, formação e cooperação regional. Adoptou igualmente políticas para melhorar a gestão das pescas e desenvolver a aquicultura comercial de água doce. Ainda assim, 90 por cento do peixe actualmente capturado em Angola é consumido domesticamente, com um processamento muito limitado para prolongar o prazo de validade e a comercialização ou para melhorar o valor e o rendimento dos muitos operadores. Além disso, as más práticas de manipulação e processamento pós-captura levam a perdas e desperdícios importantes de peixe, reduzem a qualidade nutricional do peixe, e expõem os consumidores a problemas de segurança alimentar. Também põe em risco a sustentabilidade dos recursos. Além disso, o baixo preço do peixe associado à baixa qualidade significa que os pescadores e pescadoras artesanais tendem a sobre pescar para sustentar a sua subsistência. Finalmente, o acesso aos mercados lucrativos nacionais, regionais e internacionais é limitado pela competitividade limitada, baixa eficiência, e não conformidade com o SPS e outros requisitos do mercado.

Tendo em consideração o novo ambiente político e socioeconómico em Angola, recomenda-se que o país dê prioridade à promoção de cadeias de valor na pesca marinha, ao investimento num processamento pós-captura eficiente, e ao

estabelecimento de sistemas credíveis de inspecção e segurança e controlo de qualidade do pescado e melhoria da entrada no mercado. A pesca e a aquicultura no interior têm o potencial dentro da estratégia geral de Angola para promover a segurança alimentar integrada e as agro-indústrias de pequena escala. Por outro lado, a aquicultura marinha tem algum caminho a percorrer. Vários projectos para peixes, crustáceos e crustáceos têm mostrado resultados

promissores em termos de viabilidade económica e técnica. No entanto, Angola precisa primeiro de adquirir conhecimentos básicos sobre potenciais locais e espécies adequados, particularmente em relação ao acesso a suprimentos (rações, sementes), gestão de doenças de peixes e tecnologia de aquicultura.

Estes aspectos são fundamentais para atrair o investimento privado para um sector considerado de alto risco para os investidores. A este respeito, a experiência de outros países africanos que fazem fronteira com o Oceano Atlântico pode revelar-se útil. A maioria destes países tem encontrado dificuldades no desenvolvimento da aquicultura marinha no Oceano Atlântico. Os poucos países africanos que desenvolveram a aquicultura marinha (por exemplo, Senegal, Marrocos, África do Sul) têm-se dedicado principalmente à produção de marisco e alguma produção de robalo e dourada. A África do Sul tem dificuldades em competir no mercado europeu com espécies de peixe semelhantes produzidas na Grécia e na Turquia. Por outro lado, muitos países africanos (por exemplo, Nigéria, Gana, Zâmbia) dedicaram-se com sucesso à aquicultura de tilápia e de peixe-gato em água doce.

A promoção da pesca marinha requer a integração da conservação, gestão e utilização sustentável, juntamente com cadeias de valor pesqueiro eficientes que se alinhem com Visão 2025 e os compromissos regionais e internacionais de Angola. A este respeito, há lições importantes a aprender do Chile, Maurícias, Namíbia, Senegal, Gana e vários outros países em desenvolvimento para aumentar significativamente o valor acrescentado e a criação de valor nas pescas, garantindo ao mesmo tempo a segurança alimentar e nutricional nacional.

Com base nisto, Angola deve adoptar uma visão para promover um sector onde cadeias de valor fortes e eficientes da pesca e da aquicultura contribuam para a redução da pobreza, crescimento económico e social, emprego, segurança alimentar e nutricional, sustentabilidade social e ambiental, e sustentabilidade económica e diversificação das exportações. Tal visão pode ser alinhada com a Visão 2025 para a gestão, conservação e desenvolvimento de recursos pesqueiros sustentáveis para contribuir para garantir a segurança alimentar e o desenvolvimento socioeconómico da população a fim de melhorar a subsistência das pessoas e a prosperidade da nação.

Para implementar esta visão, o Ministério da Agricultura e Pescas deve identificar formas e meios de reforçar a governação, gestão e capacidade técnica das partes interessadas, e para desenvolver um ambiente propício para promover as melhores práticas, segurança e qualidade alimentar, investimento e acesso ao mercado (CNUCED, 2020).

O objectivo geral da política de concepção de uma cadeia de valor marinha seria desenvolver um sector da pesca marinha com cadeias de valor de peixe e marisco eficientes e competitivas que contribuam significativamente para o crescimento, diversificação económica e das exportações, e desenvolvimento económico de uma forma social e ambientalmente responsável.

O quadro 5.1 propõe metas aspiracionais e objectivos estratégicos realistas que podem apoiar o desenvolvimento das cadeias de valor de peixe e de marisco no decurso desta década. Algumas das políticas e objectivos estratégicos podem ser desenvolvidos gradualmente ao longo de 2021-2025 através de um conjunto de actividades programáticas e de alto impacto que podem conduzir a um sector privado melhor organizado, bem apoiado, e competitivo. O período de 2025-2030 deve ser dedicado à aprendizagem e à extracção de lições de países bem-sucedidos em África e de outras regiões em desenvolvimento e aumentando-as para atrair mais investidores.

Os objectivos da estratégia a curto e longo prazo são os seguintes:

- Adquirir análise da cadeia de valor e desenvolvimento do conhecimento, e melhorar competências e know-how
- Tirar lições práticas de política da Maurícia e do Chile sobre a melhor forma de aproveitar de forma sustentável e o sector das pescas e da aquicultura para o desenvolvimento socioeconómico, incluindo a diversificação das exportações e a adição de valor
- Desenvolver instituições, incluindo instalações de I&D dedicadas ao sector das pescas e da aquicultura e ao sector agrícola
- Testar operações promissoras de pós-captura e de cadeia de valor
- Desenvolver um subsector de aquicultura sustentável que reconstitua e apoie as reservas locais de peixe
- Melhorar a segurança e as normas de qualidade dos peixes
- Criar um ambiente propício com serviços de apoio eficientes

- Valorizar e divulgar experiências bem-sucedidas
- Reforçar o investimento público e privado orientado para o sector das pescas e da aquicultura.

A CNUCED já propôs apoio técnico para desenvolver uma cadeia de valor e uma política de promoção comercial para 2021-2030. A política a longo prazo pode ainda ser transformada numa proposta para um período de cinco anos que traduza as metas e objectivos do quadro 5.1 em actividades concretas realizadas através de um plano de acção e apoiadas por um orçamento detalhado, uma estratégia de mobilização de recursos, e um plano de monitorização, avaliação e elaboração de relatórios.

A CNUCED propõe apoio ao desenvolvimento de capacidades e competências através dos Centros de Excelência Regional de Pesca e Aquicultura que foram criados recentemente para ajudar os PMA que aspiram a desenvolver a sua capacidade de exportar produtos de base aquática.⁴⁸ O BAD e a UE são doadores potenciais para desenvolver e financiar o projecto em colaboração com a CNUCED. Ambos têm dado prioridade ao desenvolvimento da cadeia de valor do peixe e marisco nos países em desenvolvimento nos seus programas de assistência. A FAO lançou a iniciativa FISH4ACP para apoiar o desenvolvimento de cadeias de valor de peixe e marisco em 10 países de África, Caraíbas e Pacífico, embora a partir de agora essa iniciativa não inclua Angola.⁴⁹ Do mesmo modo, o BAD iniciou um trabalho preliminar de análise de clusters marinhos seleccionados para identificar possibilidades e obstáculos a cadeias de abastecimento promissoras que possam ser incorporadas em actividades mais amplas para promover a produção de produtos de alto valor acrescentado, substituição de importações, e promoção de exportações.⁵⁰

Quadro 5.1 Matriz de acções para as intervenções estratégicas propostas para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura em Angola

	Entidade responsável	Prazo	Ações prioritárias
OBJECTIVO 1: As partes interessadas têm uma sólida compreensão das cadeias de valor do peixe e do marisco e desenvolvem estratégias específicas de melhoria e planos de investimento	Ministério da Agricultura e Pescas (MINAGRIP) (incluindo direcções provinciais, delegações, estações de campo e institutos de investigação, tais como o Gabinete de Estudos de Planeamento e Estatística, assistido por Centros de Apoio à Pesca Artesanal); em colaboração com as direcções nacionais de infra-estruturas (infra-estruturas do mercado da pesca), AgroProdesi, a Agência para o Investimento Privado e Promoção das Exportações (AIPEX), e as associações e cooperativas de pescadores e pescadoras e da indústria relevantes	Até Dezembro de 2023	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar e validar áreas prioritárias para o desenvolvimento de capacidades juntamente com o governo, entidades do sector privado, universidades e organizações não governamentais (ONG) (principais partes interessadas nacionais) • Desenvolver acções de formação orientada e organizar sessões de formação em conjunto com as instituições nacionais de formação, integrando a formação nos currículos das instituições relevantes país

⁴⁸ No âmbito do seu trabalho em curso sobre pescas, a CNUCED criou Centros de Excelência, que são concebidos para servir como centros de rede para o desenvolvimento de capacidades e o intercâmbio de experiências nas regiões africanas e asiáticas. O Centro Asiático de excelência está alojado na Universidade Nha Trang (Viet Nam) e o Centro Africano encontra-se no Centro de Investigação Pesqueira das Maurícias. Os dois Centros de Excelência também oferecem oportunidades aos profissionais da política e às partes interessadas dos PMA e outras economias em desenvolvimento de beneficiarem de formação orientada e prática sobre temas relacionados com o comércio e o desenvolvimento das pescas.

⁴⁹ FAO, "FISH4ACP: Unlocking the potential of sustainable fisheries and aquiculture in Africa, the Caribbean and the Pacific," disponível em <http://www.fao.org/in-action/fish-4-acp/en/> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

⁵⁰ Ver BAD, "Angola", disponível em <https://www.afdb.org/en/countries/southern-africa/angola> (acedido em 12 de Setembro de 2021).

Objectivo 1.1: Analisar as principais cadeias de valor de peixes e mariscos em Angola e mercados, e elaborar perfis de desenho para o desenvolvimento de cadeias de valor seleccionadas

MINAGRIP em colaboração com o Ministério da Indústria e Comércio (MINDCOM), AgroProdesi, AIPEX, Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), universidades relevantes, e pescadores e pescadoras e associações industriais e cooperativas relevantes

Até Dezembro de 2023

- Em linha com as áreas prioritárias estabelecidas no Objectivo 1, identificar e dar prioridade aos principais cadeias de valor de peixes e mariscos num fórum consultivo com os principais intervenientes nacionais
- Fornecer formação em análise da cadeia de valor e do mercado aos principais actores nacionais
- Efectuar análises da cadeia de valor e do mercado, e esboçar perfis de desenvolvimento seleccionados

Objectivo 1.2: Avaliar necessidades de investimento e restrições, e desenvolver e promover planos de investimento

AIPEX em colaboração com a MINAGRIP, MINDCOM, INAPEM e pescadores e pescadoras e indústria associações e cooperativas relevantes

Até Dezembro de 2022

- Se necessário, fornecer formação específica sobre a avaliação das necessidades e limitações de investimento, incluindo o desenvolvimento de planos de investimento
- Validar os planos de investimento através de um processo de consulta às principais partes interessadas
- Conceber e realizar campanhas de promoção e comunicação para os planos de investimento

Objectivo 1.3: Actualização cadeias de valor seleccionadas e ter planos de investimento em infra-estruturas validados pelas partes interessadas e financiadas

MINAGRIP em colaboração com a AIPEX, AgroProdesi, MINDCOM, INAPEM e pescadores e pescadoras e associações industriais e cooperativas relevantes

Até Dezembro de 2024

- Identificar modalidades e desenvolver planos para o financiamento de valorização da cadeia de valor
- Elaborar estratégias de mobilização de recursos com o cunho das partes interessadas do país
- Organizar um workshop de validação com cunho nacional com o cunho das partes interessadas do país, incluindo chegar a acordo sobre os papéis e responsabilidades nos esforços de mobilização de recursos, bem como na monitorização e avaliação

OBJECTIVO 2: Melhorar significativamente o desempenho das cadeias de valor de peixes e mariscos através de serviços de apoio reforçados, adopção de boas práticas, e o cumprimento de requisitos regulamentares e de acesso ao mercado

MINAGRIP em colaboração com AIPEX, AgroProdesi, MINDCOM, INAPEM, Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU), Ministério dos Transportes (MINTRANS), ONG, universidades e associações e cooperativas de pescadores e industriais relevantes

Até Dezembro de 2027

- Identificar e priorizar os principais prestadores de serviços de apoio num amplo workshop consultivo com as principais partes interessadas nacionais
- Desenvolver e fornecer currículos de capacitação para os principais prestadores de serviços de apoio
- Estabelecer quadros de monitorização e formar as instituições de execução relevantes para monitorizar e fornecer apoio para alcançar o cumprimento e implementar boas práticas

Objectivo 2.1: Reforçar a capacidade institucional e técnica da autoridade competente para a inspecção do peixe e promover o seu reconhecimento pelos principais mercados

MINAGRIP em colaboração com AIPEX, AgroProdesi, MINDCOM, o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MIREX), INAPEM e as universidades e centros de formação profissional relevantes, tais como o SEFOPESCAS

Até Dezembro de 2026

- Efectuar uma avaliação abrangente das necessidades da Autoridade de Inspeção do Peixe, e desenvolver um plano de reforço das capacidades e um pacote de formação em conjunto com as instituições nacionais de formação
- Implementar formação através de instituições nacionais de formação, e assegurar um acompanhamento e orientação eficazes

Objectivo 2.2: Reforçar a capacidade dos actores da cadeia de valor para implementar as melhores práticas e melhorar o cumprimento da regulamentação e requisitos de acesso ao mercado

MINAGRIP em colaboração com AgroProdesi, AIPEX, INAPEM, MINDCOM, MASFAMU, universidades e centros de formação profissional, e pescadores e pescadoras e associações e cooperativas industriais relevantes

Até Julho de 2027

- Efectuar uma avaliação exaustiva das necessidades dos actores da cadeia de valor, e desenvolver planos de desenvolvimento de capacidades e pacotes de formação em conjunto com instituições de formação nacionais
- Implementar formação através de instituições nacionais de formação e assegurar um acompanhamento e orientação eficazes

Objectivo 2.3: Melhorar o conhecimento das instituições financeiras e dos potenciais investidores sobre as oportunidades de investimento, os riscos e medidas de atenuação para reduzir os riscos, e aumentar a vontade de investir

Banco de Angola e AIPEX em colaboração com o MINAGRIP, o Ministério das Finanças (MINFIN), Prodesi, e instituições financeiras internacionais

Até Julho de 2023

- Identificar oportunidades de investimento e riscos relacionados e medidas de mitigação através de um processo consultivo com as principais partes interessadas nacionais, com base na análise da cadeia de valor e nas avaliações das necessidades realizadas
- Identificar potenciais instituições financeiras e investidores, e desenvolver perfis e estratégias para o seu envolvimento
- Realizar uma campanha de comunicação para abordar instituições financeiras e potenciais investidores com informações relevantes sobre como apoiar o sector das pescas e da aquicultura

OBJECTIVO 3: Melhorar e racionalizar a inclusividade e a sustentabilidade social e ambiental nas diferentes fases das cadeias de valor seleccionadas

MINAGRIP, em colaboração com o Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente (MCTA), AIPEX, INAPEM, MINDCOM, AgroProdesi, ONG, universidades e associações e cooperativas de pescadores e de mulheres e da indústria relevantes

Até Dezembro de 2023

- Analisar a inclusividade e a sustentabilidade social e ambiental do sector das pescas e da aquicultura com base na investigação existente.
- Chegar a acordo sobre acções prioritárias com os principais intervenientes nacionais
- Colocar em prática/aperfeiçoar a monitorização e avaliação emecanismos de informação
- Reforçar a aplicação de normas relevantes para assegurar a inclusividade e a sustentabilidade social e ambiental

Objectivo 3.1: Incluir organizações de actores da cadeia de valor nos processos de tomada de decisão e assegurar o seu acesso a serviços de apoio eficientes para melhorar o seu desempenho e os rendimentos e meios de subsistência dos seus agentes

MINAGRIP em colaboração com a AIPEX, INAPEM, AgroProdesi, MINDCOM, MINTRANS, e as associações e cooperativas de pescadores e de mulheres relevantes e da indústria

Até Julho de 2022

- Através de um amplo processo de consulta com os intervenientes-chave nacionais, identificar os principais processos decisórios que envolvem os sectores-alvo, bem como modalidades de envolvimento com organizações de actores da cadeia de valor
- Estabelecer/reforçar mecanismos para implementar o processo de envolvimento
- Colocar em prática/reforçar a monitorização relevante, avaliação e mecanismos de informação para acompanhar a participação dos actores em questão

Objectivo 3.2: Instaurar mecanismos para assegurar o desenvolvimento da cadeia de valor que se traduzam numa distribuição equitativa dos benefícios e contribuam positivamente para a segurança alimentar e nutricional, rendimentos dignos e acesso aos serviços sociais

MINFIN em colaboração com o Ministério da Economia e Planeamento, MINAGRIP, MASFAMU, Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, e ONG

Até Dezembro de 2027

- Com a ajuda da análise dos mecanismos de tributação e redistribuição existentes, identificar pontos-chave de entrada juntamente com os principais intervenientes nacionais, com vista a melhorar estes mecanismos para os sectores em questão
- Colocar em prática/reforçar mecanismos relevante de monitorização, avaliação e informação

Objectivo 3.3: Melhorar a sustentabilidade ambiental através de instrumentos de mercado e aumento da consideração dada às alterações climáticas em cadeias de valor seleccionadas

MCTA em colaboração com MINAGRIP, AIPEX, INAPEM, AgroProdesi, MINDCOM, MINTRANS, ONG, e associações e cooperativas de pescadores e industriais relevantes

Até Julho de 2025

- Identificar boas práticas globais para instrumentos de mercado e para incluir as alterações climáticas em cadeias de valor seleccionadas
- Desenvolver estratégias para pôr em prática essas boas práticas, adaptadas ao contexto angolano
- Implementar um projecto-piloto e avaliar os resultados para uma possível replicação

Fonte: Elaborado pelos autores.

5.3 Quadro político para o desenvolvimento do sector da pesca e da aquicultura no Haiti

Como se constatou no Capítulo 4, o sector da pesca e da aquicultura no Haiti é altamente estratégico, não só para a segurança da alimentação nacional, como para a criação de emprego e redução da pobreza, mas também para a diversificação económica e das exportações e para a transformação estrutural. No entanto, o sector está altamente subdesenvolvido. Sofre de impedimentos complexos e multidimensionais com graves implicações para o sector, o ambiente aquático, a biodiversidade, e as comunidades cuja subsistência depende da sustentabilidade do ecossistema aquático. A modernização do sector exigirá um equilíbrio cuidadoso entre medidas de conservação, exploração e utilização fortes e focalizadas.

O Haiti implementou recentemente vários projectos destinados a melhorar a governação e a gestão das pescas, a modernização das infra-estruturas, fornecendo incentivos para operações de aquicultura, e encorajando a transformação, segurança e controlo de qualidade. Ainda assim, apesar dos ricos recursos aquáticos, a maior parte do peixe actualmente capturado pelos haitianos é consumido internamente, com processamento limitado para acrescentar valor, prolongar o prazo de validade e facilitar a comercialização, ou melhorar o rendimento dos muitos operadores ao longo das cadeias de valor da pesca e da aquicultura. Além disso, as más práticas de manuseamento e processamento pós-captura conduzem a perdas e desperdícios importantes de peixe (estimados em 40% nalguns casos), reduzir a qualidade nutricional do peixe, e expor os consumidores a problemas de segurança alimentar. Também compromete a sustentabilidade dos recursos. Os baixos rendimentos da pesca, combinados com os baixos preços do peixe de qualidade das categorias 2 e 3, forçam os pescadores e pescadoras artesanais a pescar mais para ganhar a vida. Como as exportações para mercados lucrativos são proibidas devido ao não cumprimento do SPS e outros requisitos do mercado, a riqueza extraída da pesca e da aquicultura no Haiti permanece baixa e depende das exportações informais para a vizinha República Dominicana.

Tendo em consideração o ambiente político e socioeconómico no Haiti e a situação do seu sector das pescas e da aquicultura, o quadro 5.2 apresenta cinco objectivos que requerem uma acção urgente.

Em suma, as áreas-chave de intervenção política no desenvolvimento do sector das pescas e da aquicultura do Haiti passam por:

- Revisão dos quadros jurídicos e institucionais para a gestão da pesca e da aquicultura
- Criação de um ambiente propício e incentivos para promover o desenvolvimento socioeconómico do sector
- Actualização de infra-estruturas chave, com enfoque no desembarque, práticas pós-captura e infra-estruturas de comercialização
- Reforçar a capacidade do governo para implementar políticas e governação do sector
- Aumentar a capacidade do sector privado para acrescentar valore exportar produtos da pesca que satisfaçam as normas internacionais.

Quadro 5.2 Matriz de acções para as intervenções estratégicas propostas para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura no Haiti

	Entidade responsável	Prazo	Acções prioritárias
<p>Objectivo 1: Rever os quadros jurídicos e institucionais para a gestão da pesca e da aquicultura</p>	<p>Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural (MANRRD), em colaboração com o Ministério do Ambiente (MDE), universidades relevantes, instituições de apoio ao sector privado, associações industriais e ONG</p>	<p>Até Dezembro de 2025</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Considerar a indústria pesqueira nas suas diferentes categorias – subsistência, comercial, recreativa (que precisa de ser desenvolvida), e científico (para ajudar a promover a agenda da economia azul para o futuro) – com vista a acomodar uma abordagem abrangente • Desencadear processo de actualização da legislação relevante para a alinhar com o direito internacional, incluindo a introdução de disposições sobre Zonas Marítimas de jurisdição nacional (incluindo mar territorial, plataforma continental, jurisdições de Zona Económica Exclusiva) bem como com regulamentos para o alto mar, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar; e transpor para o país o direito ambiental internacional sobre o ambiente marinho • Instaurar ou actualizar as leis de concorrência do Haiti relacionadas com a investigação científica sobre pescas, gestão dos recursos costeiros e outros tipos de produtos da pesca (particularmente camarão e enguias) • Estabelecer quadros legais para promover as exportações de pesca sustentável

Objectivo 2: Criar um ambiente propício e incentivos para promover o desenvolvimento socioeconómico do sector, inclusive através do desenvolvimento da aquicultura

MANRRD em colaboração com o MDE, Ministério do Comércio e Indústria (MCI), universidades relevantes, instituições de apoio do sector privado, associações industriais e ONG

Até Dezembro de 2026

- Descentralizar a administração das pescas do MANRRD para as regiões
- Apoiar as instituições existentes para o desenvolvimento da pesca sustentável e criar novas instituições, incluindo centros de investigação (universidades públicas regionais) e serviços profissionais/de extensão
- Estabelecer um centro de vigilância das pescas (Centre de Surveillance de Pêche), com o objectivo de monitorizar as actividades das embarcações estrangeiras que operam em alto mar e zonas marítimas, monitorizar as actividades globais de pesca, aplicar as leis e controlar os operadores económicos do sector das pescas e da aquicultura
- Criar um observatório económico (Observatoire Economique) para melhorar a governação dos recursos e a difusão da informação económica

Objectivo 3: Melhorar as infra-estruturas chave, com enfoque no desembarque, práticas pós-captura e infra-estruturas de comercialização

MANRRD em colaboração com o Ministério das Obras Públicas, Transportes, Comunicação e Energia (MTPTC), Ministério da Economia e Finanças (MEF), MCI, universidades relevantes, instituições de apoio ao sector privado, associações industriais e ONG

Até Dezembro de 2028

- Estabelecer um planeamento espacial de áreas específicas para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura
- Identificar as zonas mais promissoras/prioritárias para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura a nível nacional, incluindo a região Sul (Le Grand-Sud)

Objectivo 4: Desenvolver a capacidade do governo para implementar a governação do sector das pescas e da aquicultura e do sector privado, a fim de acrescentar valor e exportar produtos da pesca que satisfaçam as normas internacionais

Sistema das Nações Unidas em colaboração com instituições financeiras internacionais, a Organização Internacional de Normas, universidades relevantes, associações industriais e ONG

Até Dezembro de 2028

- Desenvolver a capacidade das instituições governamentais para implementar e aplicar os quadros de governação do sector
- Aumentar a capacidade do sector privado para melhorar o cumprimento das leis e regulamentos
- Desenvolver pacotes de formação abrangentes a vários níveis e criar um centro de formação dedicado à pesca.

Objectivo 5: Facilitar os fluxos de investimento público e privado para o sector das pescas e da aquicultura

Centro de Facilitação do Investimento no Haiti em colaboração com MANRRD, MDE, MEF, instituições de apoio ao sector privado, associações industriais e ONG

Até Dezembro de 2024

- Organizar uma reunião consultiva abrangente e estabelecer mecanismos para actualizar os actores-chave sobre os processos e passos com vista a melhorar a gestão sustentável da pesca, validar e priorizar acções, e discutir os próximos passos para um programa nacional. Os actores relevantes devem incluir agências do sistema da ONU (CNUCED/UNDP/FAO), MANRRD, MDE, MEF, MTPTC, MCI, universidades e institutos de formação profissional (Institute National de Formation Professionnelle), instituições de apoio ao sector privado, associações industriais, instituições de micro-finanças, ONG e doadores institucionais

Fonte: Elaborado pelos autores.

Estas áreas de intervenção política propostas devem ser abordadas em simultâneo, dando prioridade a actividades chave em cada região de pesca sob cada área. Essencial para a sustentabilidade das intervenções é a necessidade de melhorar as infra-estruturas e práticas pós-captura, sistemas de inspecção piscícola credíveis, segurança e qualidade para um melhor processamento, adição de valor e exportação.

O plano estratégico de alto nível do Haiti (MPCE, 2016) tem o mérito de fornecer uma visão a longo prazo que se alinha com a Agenda de Desenvolvimento Sustentável de 2030 e com as muitas iniciativas internacionais, regionais e locais que abraça. Os planos trienais do Haiti, a política nacional para 2018-2022, e a implementação do plano e da política na agricultura, pescas e aquicultura fornecem um roteiro para actualizar, conceber e implementar programas de campo adaptados a cada região de pesca e às suas comunidades. Os resultados dos vários projectos implementados por instituições bilaterais e multilaterais e ONG para melhorar a pesca, a aquicultura, a conservação e a biodiversidade têm de ser avaliados colectivamente com vista a extrair lições a fim de replicar e melhorar as experiências de sucesso noutras regiões pesqueiras, com o envolvimento das comunidades pesqueiras e do sector privado.

A este respeito, a CNUCED, juntamente com outras organizações internacionais, poderá ajudar o Haiti a avaliar como tirar lições valiosas de países mais bem-sucedidos.

A principal recomendação política deste relatório é destacar a importância da política industrial como um instrumento dirigido ao sector das pescas e da aquicultura como fonte de crescimento, diversificação económica e agregação de valor. A experiência chilena descrita anteriormente neste capítulo demonstra que, com as políticas correctas, o investimento público em infra-estruturas básicas, formação de competências, transferência e actualização de tecnologia, e melhoria da qualidade, mesmo economias de baixo rendimento e dependentes de mercadorias, como o Haiti, poderiam desenvolver um sector pesqueiro dinâmico que pudesse competir com os melhores do mundo.

De facto, este estudo também demonstrou que existem numerosas organizações internacionais e regionais e parceiros de desenvolvimento que têm as capacidades e a vontade de fornecer desenvolvimento de competências técnicas a países menos avançados como o Haiti. Uma destas organizações é a CNUCED, que apoia os PMA através dos seus Centros de Excelência de Pesca e Aquicultura e das suas vastas redes de conhecimentos úteis.

A CNUCED propôs a mobilização de recursos para desenvolver e implementar projectos ao longo de dois percursos simultâneos, ou seja, tanto projectos de curto como de médio prazo que avaliam experiências bem-sucedidas nas zonas de pesca do Sudeste e Sudoeste para as adaptar, replicar e alargar a outras regiões de pesca, com enfoque no desbloqueio do seu potencial para melhorar as actividades de pós-captura e comercialização.

Os projectos de longo prazo devem ser consagrados na Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030, com metas comerciais relacionadas com o SDG 14 que orientarão o desenvolvimento de capacidades e o investimento nas melhores práticas e instrumentos de mercado para melhorar a sustentabilidade dos recursos, a legalidade, o ambiente, a sociedade e a protecção dos consumidores. Os desafios fundamentais para o desenvolvimento a longo prazo da pesca e da

aquicultura decorrem da falta de capacidade do MANRRD/DFA e da sua aplicação desigual do Estado de direito. Consequentemente, o MANRRD/DFA esforça-se por fornecer serviços e infra-estruturas básicas para o bem-estar económico e físico das comunidades pesqueiras. A insuficiente transparência e responsabilidade na gestão dos recursos aquáticos vivos contribui para o subfinanciamento das instituições estatais, com o resultado de que a maioria dos projectos são financiados por doadores internacionais.

O MANRRD/DFA está também limitado pela limitada capacidade institucional e técnica. A governação precisa de ser reforçada através da melhoria do Estado de direito e do reforço da responsabilização do MANRRD/DFA. A CNUCED pode apoiar futuros programas que abordem estas questões tanto a nível nacional como local. A CNUCED pode também ajudar o MANRRD/DFA e o sector privado a melhorar a sua capacidade de gestão eficaz e eficiente e mobilizar recursos e prestar serviços às comunidades pesqueiras, melhorando e racionalizando as relações nacionais-locais e inter-agências, a coordenação, e a comunicação sobre questões políticas e orçamentais.

5.3 Desafios ao desenvolvimento dos sectores da pesca e da aquicultura em Angola e no Haiti

Apesar dos esforços nacionais e internacionais para desenvolver os sectores da pesca e da aquicultura em Angola e no Haiti, estes recursos continuam subdesenvolvidos, artesanais e/ou tradicionais, com pouca ou nenhuma adição de valor ou operações à escala industrial. Para além da falta de recursos financeiros e técnicos, há também insuficiências nas áreas das políticas e estratégias sectoriais. Nos casos em que existem boas políticas, existe uma fraca capacidade institucional e de recursos humanos para implementar eficazmente essas políticas, especialmente as que se centram na promoção de capacidade produtiva e transformação económica estrutural. Consequentemente, os países são incapazes de aproveitar plenamente o potencial dos seus recursos naturais, incluindo a pesca e a aquicultura, para acelerar a sua

transformação e desenvolvimento. Muitas vezes existem lacunas entre as ambições políticas e a implementação. Nalguns casos, os recursos financeiros, incluindo dos doadores, não estão alinhados com as políticas e estratégias ou falharam em sectores-alvo de vantagem comparativa, tais como a pesca. Noutros casos, as instituições encarregadas de implementar as políticas carecem de capacidade técnica ou humana para realizarem eficazmente o seu trabalho. Os sectores da pesca e da aquicultura em ambos os países estão entre os mais severamente subfinanciados ou com poucos recursos, tanto em termos de recursos humanos como técnicos.

Tanto em Angola como no Haiti, a chave para aproveitar o potencial do sector das pescas para o desenvolvimento socioeconómico e desbloquear o seu comércio e potencial de desenvolvimento é aumentar a capacidade produtiva e melhorar a utilização e manutenção da capacidade existente. Tal deve basear-se num diagnóstico cuidadoso dos constrangimentos vinculativos, explorando eficazmente a capacidade produtiva comparativa e as vantagens competitivas, mas também desafiando e indo além das vantagens comparativas existentes. Tais abordagens são particularmente importantes para aumentar a diversificação das exportações, construir a competitividade das exportações e promover gradualmente a transformação económica estrutural. As abordagens devem incluir esforços no sentido de fomentar o empreendedorismo, a industrialização e a actualização tecnológica, inclusive aprendendo com as experiências bem-sucedidas de outros países em desenvolvimento como o Chile e as Maurícias – dois países que tiraram o máximo partido dos seus sectores pesqueiros.

A par da promoção da capacidade produtiva e da transformação económica estrutural baseada nas suas vantagens comparativas, Angola, Haiti e outros países menos avançados que possuem recursos marinhos e de água doce precisam de desenvolver o seu subsector de aquicultura, aumentar o valor acrescentado, e satisfazer as normas internacionais de qualidade e segurança alimentar, bem como as normas ambientais.

Os PMA devem também abordar os desafios que enfrentam com actividades de pesca ilegal, não regulamentada e não declarada, e participar em acordos de licença de pesca mutuamente benéficos, permitindo às frotas pesqueiras internacionais um acesso sem restrições às águas marinhas, incluindo as Zonas Económicas Exclusivas. Tais acordos devem ser ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis ou de apoio às necessidades de desenvolvimento dos PMA.

REFERÊNCIAS

- ACP II (2012). Strategic assessment of aquaculture potential in Haiti: Project ACP II on Strengthening Fisheries Management in ACP Countries. Disponível em <http://acpfish2-eu.org/index.php?page=haiti>.
- AfDB (2013). The Republic of Angola: Fisheries Sector Support Project 2014–2019. African Development Bank. Disponível em https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/Angola_-_Fisheries_Sector_Support_Project_-_Appraisal_Report.pdf.
- Aiginger K and Rodrik D (2020). Rebirth of industrial policy and an agenda for the twenty-first century. *Journal of Industry, Competition and Trade*. 20(2). Disponível em <https://drodrik.scholar.harvard.edu/publications/rebirthindustrial-policy-and-agenda-21st-century>.
- Belhabib D and Divovitch E (2015). Rich fisheries and poor data: A catch reconstruction for Angola, 1950–2010. Working Paper No. 2014-12. Fisheries Centre, University of British Columbia. Vancouver, BC, Canada.
- Boyd R and Ryan JC (2019). Economic consequences of climate change for the fisheries sector in six Caribbean countries. In: CFRM Research Paper Collection Volume 9.
- Caribbean Regional Fisheries Mechanism Secretariat. Belize: 173–252. Disponível em https://www.crfm.int/uwohxjxf/index.php?option=com_k2&view=item&id=653:crfm-research-paper-collection-volume-9&Itemid=236.
- Cavallo EA, Powell A and Becerra O (2010). Estimating the direct economic damage of the earthquake in Haiti. IDB Working Paper No. 163. Inter-American Development Bank. Washington, DC.
- Chang H-J (1997). The economics and politics of regulations. *Cambridge Journal of Economics*. 21(6): 703–728.
- Cheung WL, Reygondeau G, Wabnitz CCC, Tamburello N, Singh-Renton S and Joseph AB (2019). Climate change effects on Caribbean marine ecosystems and fisheries: National projections for 6 pilot countries: Jamaica, Haiti, Dominica, St. Lucia, St. Vincent and the Grenadines, and Grenada. In: CFRM Research Paper Collection Volume 9. Caribbean Regional Fisheries Mechanism Secretariat. Belize: 98–172. Disponível em https://www.crfm.int/uwohxjxf/index.php?option=com_k2&view=item&id=653:crfm-research-paper-collection-volume-9&Itemid=236.
- Códia N and Ferreira V (2018). The governance of the Angolan industrial and semi-industrial fisheries: A governability assessment of the commercial fishery. Master's thesis. Disponível em <https://munin.uit.no/bitstream/handle/10037/14182/thesis.pdf?sequence=2&isAllowed=y>.
- CRFM (2010). Report of the multidisciplinary survey of the fisheries of Haiti. Funded by the Commission of the European Union Under Lomé IV – Project No. 7: ACP:RPR: 385. Caribbean Regional Fisheries Mechanism. Disponível em https://www.crfm.int/~uwohxjxf/images/Haiti_Baseline_Survey.pdf.
- CRFM (2018). Fisheries statistics and information report of the CRFM members. Caribbean Regional Fisheries Mechanism. Disponível em https://www.crfm.int/~uwohxjxf/images/CRFM_Statistics__Information_Report__2016_Final.pdf.
- Du Preez ML (2009). Fishing for sustainable livelihoods in Angola: The co-operative approach. SAIIA Occasional Paper No. 45. South African Institute for International Affairs. Disponível em https://media.africaportal.org/documents/SAIIA_Occasional_Paper_45.pdf.

El Ayoubi H and Failler P (2014). Industries des pêches et de l'aquiculture en Angola. Rapport n°6 de la revue de l'industrie des pêches et de l'aquiculture dans les Pays de la COMHAFAT/ATLAFCO. Ministerial Conference on Fisheries Cooperation between African States Bordering the Atlantic Ocean. Rabat. Morocco.

EU (2018). Value chain analysis for development. Methodological brief, frame and tools. European Union. Disponível em <https://europa.eu/capacity4dev/valuechain-analysis-for-development-vca4d-/documents/methodological-brief-eng>.

FAO (1993). Compliance Agreement. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome. Disponível em <http://www.fao.org/iuu-fishing/international-framework/faocompliance-agreement/en/>.

FAO (1995). Code of Conduct for Responsible Fisheries (CCRF). Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome. Disponível em <http://www.fao.org/3/v9878e/v9878e00.htm>.

FAO (2009). Port States Measures Agreement. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome. Disponível em <http://www.fao.org/port-state-measures/background/parties-psma/en/>.

FAO (2014). Value chain dynamics and the small-scale sector: Policy recommendations for small-scale fisheries and aquiculture trade. FAO Fisheries and Aquiculture Technical Paper No. 581. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome. Disponível em http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/fisheries/docs/Value_chain_dynamics_and_the_small-scale_sector.pdf.

FAO (2017). Caribbean fisheries scientists review status of main fish stocks in the region. FAO Regional Office for Latin America and the Caribbean Press release. Food and Agriculture Organization of the United Nations. 17 November. Disponível em <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/en/c/1068877/>.

FAO (2020a). Statistics – Introduction. Food and Agriculture Organization of the United Nations Fisheries Division. Rome. Disponível em <http://www.fao.org/fishery/statistics/en>.

FAO (2020b). The fisheries and aquiculture country profile for Angola. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome. Disponível em <http://www.fao.org/fishery/facp/AGO/en>.

FAO (2020c). The fisheries and aquiculture legal framework for Angola. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome. Disponível em <http://www.fao.org/faolex/country-profiles/general-profile/en/?iso3=AGO>.

FAO (2020d). The state of world fisheries and aquiculture. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome. Disponível em <http://www.fao.org/fishery/sofia/en>.

Felix M (2012). Supply chain analysis for fresh seafood in Haiti. United Nations University. Reykjavik. Disponível em <https://www.crfm.int/images/documents/Fishery%20Research%20Documents/Supply%20Chain%20Analysis%20for%20Fresh%20Seafood%20in%20haiti.pdf>.

Gordon A, Plumblee J, Higdon G, Davis J and Vaughn D (2017). Engineering aquiculture in rural Haiti: A case study. International Journal for Service Learning in Engineering, Humanitarian Engineering and Social Entrepreneurship. 12(2): 15–33. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/321503953_Engineering_Sustainable_Aquiculture_in_Rural_Haiti_A_Case_Study.

IFAD (2015). The Republic of Angola: Artisanal Fisheries and Aquiculture Project. East and Southern Africa Division Programme. Management Department, International Fund for Agricultural Development. Disponível em <https://www.ifad.org/documents/38711624/40089492/Design+Report++March+2015.pdf/cd76ea82-bdce-4635-b2bf-6ad702b60ffd?t=1611229922000>.

IFAD (2018). Angola: Country Strategic Opportunities Programme 2019–2024. International Fund for Agricultural Development. Disponível em <https://webapps.ifad.org/members/eb/125/docs/EB-2018-125-R-26-Rev-1.pdf>.

JICA (2011). Fisheries of Haiti: Final country report. Japan International Cooperation Agency. Disponível em https://openjicareport.jica.go.jp/pdf/12058533_03.pdf.

Kirkman SP and Nsengi KK (2019). Marine biodiversity of Angola: Biogeography and conservation. In Biodiversity of Angola, Science and Conservation: A Modern Synthesis, Huntley BJ, Fernanda Lages VR and Ferrand N, eds. Springer: 43–52.

Krueger, Anne O. (1974). “The Political Economy of the Rent-Seeking Society”. The American Economic Review. Vol. 64, No. 3 (Jun., 1974), pp. 291–303 (13 pages). <https://www.jstor.org/stable/1808883>.

Kucera D and Roncolato L (2016). The manufacturing services dynamic in economic development. International Labour Review. 155(2).

Lahens JR (2014). L’aide internationale à Haïti favorise-t-elle le développement international ? Maitrise en environnement. Université de Sherbrooke. Canada. Disponível em https://www.usherbrooke.ca/environnement/fileadmin/sites/environnement/documents/Essais_2014/Lahens_JR__2014-08-04_.pdf.

Lin J (2010). New structuralist economics: A framework for rethinking development. Policy Research Working Paper No. 5197, World Bank. Washington, DC.

Lin J and Monga C (2014). The evolving paradigm of structural change. In: International Development: Ideas, Experience and Prospects, Currie-Alde B, Kanbur R, Malone M and Medhora R, eds. Oxford University Press: Chapter 16.

McMillan M and Rodrik D (2011). Globalization, structural change and productivity growth. NBER Working Paper No. 17143. National Bureau of Economic Research. Cambridge, MA.

MANRRD (2010a). Programme National 2010–2014 pour le Développement de la Pêche Maritime en Haïti. Ministry of Agriculture, Natural Resources and Rural Development.

MANRRD (2010b). Programme National 2010–2014 pour le Développement de l’Aquiculture à Haïti. Ministry of Agriculture, Natural Resources and Rural Development.

Meller, Patricio & Simpasa, Anthony. (2011). The Role of Copper in Zambia and Chile – Economic and Policy Issues. Disponível em http://gdn.int/sites/default/files/WP43_Chile_Zambia_Copper.pdf.

MPCE (2016). Mise en oeuvre du plan stratégique de développement d’Haïti. Rapport de mi-parcours du programme triennal d’investissement et son cadre 2014–2016. Ministry of Planning and External Development. Disponível em http://omrh.gouv.ht/Media/Publications/Autres/mpce_rapport_mi_parcours_pti_2014_2016_24062015.pdf.

Ocampo, JA, Rada C and Taylor L (2009). Growth and Policy in Developing Countries: A Structuralist Approach. Columbia University Press. New York.

Ramdeen R, Belhabib D, Harper S and Zelle D (2012). Reconstruction of total marine fisheries catches for Haiti and Navassa Island (1950–2010). In: Fisheries catch reconstructions: Islands, Part III. Fisheries Centre Research Reports 20(5), Harper S, Zylich K, Boonzaier L, Le Manach F, Pauly D and Zeller D, eds. Fisheries Centre, University of British Columbia. Vancouver, BC: 37–45. Disponível em <http://www.seaaroundus.org/doc/publications/chapters/2012/Ramdeen-et-al- Haiti-Navassalsland.pdf>.

Reksten AM, Correia Victor AMJ, Nascimento Neves EB, Christiansen SM, Ahern M, Uzomah A, Anne-Katrine Lundebye A-K, Kolding J and Kjelleve M (2020). Nutrient and chemical contaminant levels in five marine fish species from Angola. Foods (6): 1–19.

Rodrik D (2014). An African growth miracle? NBER Working Paper No. 20188. National Bureau of Economic Research. Cambridge, MA.

Roest FC (2002). Strategic review for upgrading the organizational and institutional arrangements and capabilities of the Department of Fisheries in Haiti. Integrated Caribbean Regional Agriculture and Fisheries Development Programme, CARICOM Fisheries Unit. Caribbean Community.

Ryder J, Karunasagar I and Ababouch L, eds. (2014). Assessment and management of seafood safety and quality: Current practices and emerging issues. FAO Technical Paper No. 574. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome.

Salazar-Xirinaches J, Nubler I and Kozul-Wright R (2014) Transforming economies: Making industrial policy work for growth, jobs and development. International Labour Organization. Geneva.

Schwartz T (2019). Artisanal fish ethnographic value chain in Haiti. Schwartz Research Group Blog. April 26. Disponível em <https://timothyschwartzhaiti.com/artisanal-fishing-haiti/>.

Starbuck K and Uiterwik K (2016). Identifying ocean and coastal research opportunities in Haiti. The Urban Harbors Institute at the University of Massachusetts. Boston. Disponível em https://scholarworks.umb.edu/uhi_pubs/49/.

Stiglitz J and Greenwald B (2015). Creating a Learning Society: A New Approach to Growth, Development and Social Progress. New York. Columbia University Press. UNCTAD (2006a). The Least Developed Countries Report 2006: Developing Productive Capacities (United Nations Publication, Sales No. E.06.II.D.9. New York and Geneva).

UNCTAD (2006b). "A case study of the salmon industry in Chile." United Nations Conference on Trade and Development. Geneva.

UNCTAD (2008a). Science, technology and innovations policy review of Angola. UNCTAD/SDTE/STICT/2008/1. United Nations Conference on Trade and Development. Geneva. Disponível em https://unctad.org/system/files/officialdocument/sdtestict20081_en.pdf.

UNCTAD (2008b). Export competitiveness and development in LDCs: Policies, issues and priorities for least developed countries for action during and beyond UNCTAD XII. United Nations Conference on Trade and Development. Geneva. Disponível em https://unctad.org/system/files/officialdocument/aldc20081_en.pdf.

UNCTAD (2013). Who is benefitting from trade liberalization in Angola? A gender perspective. UNCTAD/DITC/2013/3. United Nations Conference on Trade and Development. Geneva. Disponível em https://unctad.org/system/files/officialdocument/ditc2013d3_en.pdf.

UNCTAD (2016a). Benchmarking productive capacities in least developed countries. United Nations Conference on Trade and Development. Geneva. Disponível em https://unctad.org/system/files/official-document/webaldc2015d9_en.pdf.

UNCTAD (2016b). Trade and environment review 2016: Fish trade. UNCTAD/DITC/TED/2016/3. United Nations Conference on Trade and Development. Geneva.

UNCTAD (2016c). Trade policy framework. UNCTAD/DITC/TNCD/2015/5. United Nations Conference on Trade and Development. Geneva. Disponível em https://unctad.org/system/files/official-document/ditctncd2015d5_en.pdf.

UNCTAD (2018a). National green export review of Angola – Baseline report. United Nations Conference on Trade and Development. Geneva. UNCTAD/DITC/TED/2017/8. 23 October. Disponível em <https://unctad.org/webflyer/national-green-export-review-angola-baseline-report>.

UNCTAD (2018b). Coffee, honey, timber: Angola eyes cleaner, greener economic growth. 29 June. United Nations Conference on Trade and Development. Geneva. Disponível em <https://unctad.org/news/coffee-honey-timber-angolaeyes-cleaner-greener-economic-growth>.

UNCTAD (2019). The Least Developed Countries Report: The present and future of external development finance – old dependence, new challenges. Geneva. Disponível em <https://unctad.org/webflyer/least-developed-countriesreport-2019>.

UNCTAD (2020a). Investment policy review of Angola. UNCTAD/DIAE/PCB/2019/4. United Nations Conference on Trade and Development. Geneva. 6 January Disponível em <https://unctad.org/webflyer/investment-policy-review-angola>.

UNCTAD (2020b). Harnessing the potential of fisheries and aquiculture in least developed countries: A training manual. United Nations Conference on Trade and Development. Geneva. UNCTAD/ALDC/MISC/2020/4.

UNEP (2013). Haiti – Dominican Republic: Environmental challenges in the border zone. United Nations Environmental Programme. Disponível em https://postconflict.unep.ch/publications/UNEP_Haiti-DomRep_border_zone_EN.pdf.

UNIDO (2009). Agro value chain analysis: The UNIDO approach. United Nations Industrial Development Organization Staff Working Paper. Disponível em https://www.unido.org/sites/default/files/2010-02/Agro_value_chain_analysis_and_development_0.pdf. United Nations (1982). United Nations Convention on the Law of the Sea. Disponível em https://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf.

U.S. Fish and Wildlife Service (2012). Importing queen conch: What you need to know. September. Disponível em <https://www.fws.gov/international/pdf/factsheet-importqueen-conch-2013.pdf>.

Valles H (2016). A snapshot view of the moored fish aggregating device (FAD) fishery in South Haiti. Proceedings of the 68th Gulf and Caribbean Fisheries Institute. Panama City, Panama 9–13 November 2015.

WECAFC (2017). Desk review of FADs fisheries development in the WECAFC region and the impact on stock assessments. Eighth Session of the Scientific Advisory Group. Western Central Atlantic Fishery Commission. Disponível em <http://www.fao.org/3/a-bs248e.pdf>.

World Bank (2020a). The World Bank in Angola. Disponível em <https://www.worldbank.org/en/country/angola>.

World Bank (2020b). The World Bank in Haiti. Disponível em <https://www.worldbank.org/en/country/haiti>.

